

Ação Jovem: Metodologia, Resultados e Perspectivas





Governador do Estado
Carlos Moisés da Silva

Secretário de Estado da Agricultura, da Pesca
e do Desenvolvimento Rural
Altair Silva

Presidente da Epagri
Edilene Steinwandter

Diretores

Célio Haverroth
Desenvolvimento Institucional

Giovani Canola Teixeira
Administração e Finanças

Humberto Bicca Neto
Extensão Rural e Pesqueira

Vagner Miranda Portes
Ciência, Tecnologia e Inovação



ISSN 1413-9618 (Impresso)

ISSN 2674-9521 (*On-line*)

Setembro/2021

DOCUMENTOS Nº 343

Ação Jovem:
Metodologia, Resultados e Perspectivas



Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

Florianópolis

2021

Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri)
Rodovia Admar Gonzaga, 1.347, Itacorubi, Caixa Postal 502
88034-901, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil
Fone: (48) 3665-5000
Site: www.epagri.sc.gov.br

Editado pelo Departamento Estadual de Marketing e Comunicação (DEMC)/Epagri

Revisores ad hoc: Clovis Dorigon e Simone Bianchini

Editoração técnica: Márcia Cunha Varaschin

Revisão textual: Laertes Rebelo

Diagramação: Vilton Jorge de Souza

Fotos: Aires Carmen Mariga e fotos de arquivo Epagri

Capa: Flávia Maria de Oliveira (Significado da capa: a foto do Cetre/Florianópolis é uma homenagem e referência aos Centros de Treinamento da Epagri, espaços onde ocorre o processo de formação com jovens. A árvore frondosa é simbologia de território, mas também de raízes fortes que os jovens herdam de suas famílias, futuro, beleza e segurança, o céu “é o limite” para os jovens.)

Primeira edição: setembro 2021

Tiragem/Impressão: 500 exemplares

É permitida a reprodução parcial deste trabalho desde que a fonte seja citada.

Ficha catalográfica

GERBER, R.M. **Ação Jovem: Metodologia, Resultados e Perspectivas**. Florianópolis, SC: Epagri, 2021. 180p. (Epagri. Documentos, 343).

Jovem rural e do mar; Sucessão familiar; Extensão rural.

ISSN 1413-9618 (impresso)

ISSN 2674-9521 (*On-line*)



Autora

Rose Mary Gerber

Antropóloga, Dra.

Extensionista Social, Analista de Extensão

Epagri, Departamento de Extensão Rural e Pesqueira

Avenida Admar Gonzaga, 1.347, Itacorubi

Florianópolis, SC

(48) 3665-5303

gerber@epagri.sc.gov.br

Apresentação

A Ação Jovem, que iniciou em 2012, tem o propósito de ser uma política pública assumida pela Epagri de forma perene e continuada com o objetivo de contribuir com jovens que estão optando por permanecer no espaço rural de Santa Catarina, mas desejam qualidade de vida, respeito como cidadãos e profissionais, conectividade e acesso a informações.

É com satisfação que apresentamos uma publicação que deixará registrada na memória da Extensão Rural e Pesqueira de Santa Catarina uma narrativa que disserta sobre os princípios teóricos e metodológicos, os resultados alcançados até o momento e os desafios de uma trajetória construída a muitas mãos no intento de consolidar a metodologia Epagri de atuar com jovens de forma diferenciada por meio da Ação Jovem.

Trata-se de um trabalho que vem despertando interesse em outros estados brasileiros e no exterior, sendo já uma bem-sucedida experiência de replicabilidade no estado vizinho do Rio Grande do Sul. Desejamos que este material possa servir de inspiração e exemplo de trabalho efetivo com jovens, seja no espaço rural ou pesqueiro.

Diretoria Executiva

Prefácio

Sobre o jovem, muito se escreveu. O próprio Aristóteles, há mais de dois mil anos, mencionava a capacidade dos jovens. O conceito de juventude, inegavelmente, é muito amplo. Para essa reflexão aponta-se um conceito contemporâneo da antropóloga mexicana Maritza Urteaga, que, ao referir-se ao conceito de juventude, ressalta que “tanto os conceitos da infância como os de juventude são formações discursivas em cada cultura, em diferentes momentos” (URTEAGA, 2011, p.151).

O que dizer então dos jovens rurais e pescadores? Sim, eles, como os jovens urbanos, convivem com uma série de incertezas, possuem desejos, vontades, ansiedade, medos, dificuldades, dentre tantas outras inquietações, para definir seus itinerários e encontrar o próprio lugar em um mundo em contínuas mudanças.

Mas o que teria de específico quando falamos em jovens do espaço rural ou pescador? Na concepção de Wanderley (2007, p.23-34), importa entender que a dinâmica do espaço rural relativa aos jovens, precisa ser relacionada, por um lado, com a “situação social”, que se liga às possibilidades econômicas da família, à cidadania, às oportunidades e desigualdades sociais no espaço em que vive. E, por outro lado, com a “condição social”, que diz respeito a requisitos como apoio da família para a autonomia, serviços de instituições e acesso a políticas públicas que oportunize e facilite ser agricultor ou pescador, ou morador desses espaços, bem-sucedido, com qualidade de vida e feliz.

Por que olhar para esses jovens? Trabalhar com as juventudes, no plural, torna-se relevante pela tomada de consciência das singularidades relativas às qualidades e potencialidades destes jovens, como sua capacidade e vontade de inovar, de reconhecer sua identidade e gosto pelo espaço rural ou pescador, e pela sua condição de sujeitos de direito. Daí a necessidade de compreender e respeitar suas escolhas em diferentes esferas sociais.

Nesse sentido, a extensão rural pública de Santa Catarina, Epagri ousou ir além das orientações tecnológicas e elaborou uma proposta embasada na metodologia da Pedagogia da Alternância e da Pedagogia da Cooperação, que está sendo relatada e avaliada nesta obra sob o olhar socioantropológico de Rose Mary Gerber.

A autora apresenta, de forma objetiva e didática, resultados quantitativos e qualitativos demonstrados através de relatos dos próprios jovens que participaram da proposta de formação emancipadora que vem possibilitando, efetivamente, com sua aplicação, o protagonismo de jovens agricultores e pescadores atendidos pela Epagri.

Entende-se que a metodologia utilizada contribui com apontamentos significativos, pois amplia as oportunidades para os jovens criarem e exercitarem seus próprios processos de desenvolvimento, com autonomia, apoiados pelos pais e acompanhados pelos extensionistas municipais. A proposta criou condições de diálogo e de reflexão sobre a complexidade que envolve a agricultura familiar e a pesca artesanal ao abordar os espaços imateriais e simbólicos da realidade vivida por esses jovens, trazendo uma importante contribuição na construção social destas juventudes.

Percebe-se que através dos eixos norteadores do curso trabalhado nos Centros de Treinamento da Epagri, “ambiental, humano-social, tecnológico e gerencial”, é possível despertar nos jovens um olhar mais crítico sobre os fenômenos que cercam seus contextos, possibilitando emergir competências e atitudes de transformação das diferentes realidades vividas.

Destaca-se que o apoio da família se constitui em fator decisivo de inserção econômica e profissional dos jovens, pois a proposta da Ação Jovem, estrategicamente, envolve a família no processo. Da mesma forma, é possível constatar que a maioria das famílias abriu espaços na propriedade para que os jovens possam executar o seu projeto, oferecendo-lhes oportunidade de exercitar um aprendizado para a gestão compartilhada, uma demanda visivelmente explícita nas narrativas dos jovens.

Entende-se que o investimento da extensão rural ao elaborar propostas de formação com jovens nos espaços rural e pesqueiro tem a intencionalidade de que eles constituam um projeto de ampliação ou de inovação na propriedade, de modo que os faça repensar a possibilidade de permanecer nestes espaços com autonomia, soberania financeira e, sobretudo, com qualidade de vida e, cada vez mais, próximos de uma equidade social.

Acreditamos que o propósito para com esses jovens não é somente formá-los em novas tecnologias. Mais do que isso, é também construir um cidadão, que pensa e vive a agricultura familiar ou a pesca artesanal como modo de vida, para que possa ser protagonista de mudanças sociais diante de um mundo cada vez mais globalizado, complexo, exigente, excludente e seletivo.

Entende-se que a missão da Epagri, como uma empresa de extensão rural e pesqueira pública, seja enxergar os jovens como sujeitos, considerando suas experiências e vivências trazidas de suas realidades. Outro propósito educativo é contribuir para que desenvolvam consciência através da autopercepção de sua presença no mundo e de seu potencial de modificar a realidade. Assim, entende-se que eles passam a se sentir capazes de vislumbrar caminhos e estratégias ao alcance de sua emancipação social, política e cultural, apoiada por políticas públicas perenes.

Ivanda Masson, Pedagoga, MsC. Extensão Rural UFSM/RS

Agradecimentos

Às líderes do Programa Capital Humano e Social (CHS) e responsáveis pela Ação Jovem Rural e do Mar pelo comprometimento e entusiasmo na condução do trabalho.

Aos revisores pelas sugestões e pelos questionamentos que contribuíram com a finalização da obra.

A Suselei Brunato Weber, pela elaboração de gráficos relacionados aos dados do Diagnóstico; Cianarita Caron Figueiró, pela conferência de dados; Adilson Dalponte, pela sistematização dos exemplos do Rural Invest; e Felipe Espíndola, pela organização de dados do Diagnóstico em tabelas.

Aos colegas que coordenaram a aplicação dos questionários nas diferentes Gerências Regionais durante o Diagnóstico realizado em 2018.

Aos jovens e familiares, pelo aprendizado que, juntos, estamos construindo e pela profissão sagrada de produtores da energia que move o mundo: os alimentos.

Resumo

Esta publicação discorre sobre a Ação Jovem Rural e do Mar, realizada pela Epagri, desde 2012. Voltada a jovens agricultores e pescadores, homens e mulheres, tem o objetivo de contribuir com o processo de formação continuada de jovens como protagonistas do desenvolvimento rural e pesqueiro em Santa Catarina, Sul do Brasil. A obra apresenta elementos referentes a aspectos teórico-metodológicos, como o respaldo da Pedagogia da Alternância e da Pedagogia da Cooperação, que se aliam à diretriz extensionista do “aprender a fazer fazendo e aprendendo” para que o saber-fazer da extensão rural no atuar com jovens se efetive; resultados, desafios e perspectivas. Trata-se de registrar a trajetória de um trabalho que nos apresenta subsídios para a efetivação de uma política pública permanente voltada a este público tão específico, os jovens, contribuindo com o processo de construção de sujeitos sociais, com dignidade, cidadania e empoderamento.

Lista de siglas

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural e Pesqueira
ADM – Associação e Desenvolvimento de Microbacia
ATA – Agente Técnico de ATER
Cetrag – Centro de Treinamento de Agrônômica
Cetrar – Centro de Treinamento de Araranguá
Cetre – Centro de Treinamento de Florianópolis
Cetrecampos – Centro de Treinamento de Campos Novos
Cetrecan – Centro de Treinamento de Canoinhas
Cetrec – Centro de Treinamento de Chapecó
Cetredia – Centro de Treinamento de Concórdia
Cetrei – Centro de Treinamento de Itajaí
Cetrejo – Centro de Treinamento de São Joaquim
Cetres – Centros de Treinamento
Cetresmo – Centro de Treinamento de São Miguel do Oeste
Cetreville – Centro de Treinamento de Joinville
Cetrevi – Centro de Treinamento de Videira
Cetuba – Centro de Treinamento de Tubarão
CHS – Capital Humano e Social
CMDR – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
DERP – Departamento de Extensão Rural e Pesqueira
FDR – Fundo de Desenvolvimento Rural
GERP – Gerência de Extensão Rural e Pesqueira
Mapa – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar
PDP – Plano de Desenvolvimento de Propriedade
PNAE – Programa Nacional e Alimentação Escolar
SAR – Secretaria de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento
SPDH – Sistema de Plantio Direto em Hortaliças
UGT – Unidade de Gestão Técnica

Sumário

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – A AÇÃO JOVEM RURAL E DO MAR NO CONTEXTO DA ATER CATARINENSE.....	16
1.1 Antecedentes	16
1.2 A Ação Jovem Rural.....	18
1.3 A Ação Jovem do Mar	20
1.4 A ação com os pais: o diálogo na construção do processo sucessório	23
CAPÍTULO 2 – A METODOLOGIA DA AÇÃO JOVEM RURAL E DO MAR	26
2.1 A pedagogia da alternância como referência de estratégia metodológica	26
2.2 Princípios da Pedagogia da Cooperação.....	27
2.3 Ingredientes de uma metodologia: definições da Ação Jovem	29
2.3.1 Premissas	29
2.3.1.1 Responsabilidade compartilhada	29
2.3.1.2 Organização em equipes.....	29
2.3.1.3 Ação Jovem é processo, antes, durante e pós-curso	29
2.3.2 Princípios.....	29
2.3.3 Critérios de seleção	30
2.3.4 Resultados esperados	30
2.3.5 Parcerias	30
2.4. As alternâncias e seus eixos norteadores	31
2.4.1 As alternâncias	31
2.4.2 Eixos norteadores: início e rearranjos.....	31
2.5 A estratégia metodológica e suas muitas táticas na prática	32
2.6 O material didático	33
2.7 Os cursos temáticos	33
CAPÍTULO 3 – RESULTADOS DO DIAGNÓSTICO SOBRE A AÇÃO JOVEM RURAL E DO MAR	34
3.1 Diagnóstico estadual: avaliar o processo para seguir	34
3.2 O resultado do Diagnóstico Estadual.....	36
3.2.1 As respostas de jovens	36

3.2.2 As respostas de técnicos.....	54
CAPÍTULO 4 – RESULTADOS DA AÇÃO JOVEM RURAL E DO MAR	65
4. 1 Além da sala de aula, jovens que se tornam referência.....	66
4. 2 Exemplos de gestão financeira: a aplicação do <i>Rural Invest</i>	107
CAPÍTULO 5 – PERSPECTIVAS: JOVENS - UM PÚBLICO DA ATER CATARINENSE	108
5.1. Por que jovens querem permanecer na agricultura e na pesca	108
5.2 Por que a ATER deve trabalhar com jovens	109
5.3 O que os jovens esperam da ATER e de instituições públicas	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS.....	114
ANEXO I.....	118
ANEXO II.....	122
ANEXO III.....	123
ANEXO IV	131
ANEXO V	137
ANEXO VI	143
ANEXO VII	145
ANEXO VIII	174

INTRODUÇÃO

Esta publicação registra a experiência da Ação Jovem realizada, desde 2012, e protagonizada pela Empresa de Pesquisa e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), com profissionais que se dedicaram a pensar, realizar e reinventar-se no ofício da Assistência Técnica e Extensão Rural e Pesqueira (ATER). Apresenta elementos sobre metodologia, resultados e perspectivas na intenção de socializar a experiência catarinense.

A Ação que se projetou realizar com jovens é por um lado complexa, pois trabalha a partir do tripé social-ambiental-econômico visando contribuir com o processo de valorização da agricultura e da pesca. Por outro lado, temos muito a avançar em metodologia que seja, cada vez mais, atrativa a este público tão dinâmico e exigente: os jovens. É preciso, portanto, ponderar dificuldades e refletir sobre erros e acertos para nos qualificarmos como profissionais, pois “a experiência que não retifica nenhum erro, que é monotonamente verdadeira, sem discussão, para que serve?” (BACHELARD, 1996, p.14).

ATER é dialogicidade, relação de troca entre conhecimentos técnico-científicos e os de agricultores e pescadores, que contribuem com o processo denso de aprendizados, cada qual com seus saberes-fazeres (DECERTEAU, 1996) centrais ao se trabalhar temáticas como liderança, inovação, valorização da identidade da agricultura familiar e da pesca artesanal, protagonismo, gestão financeira, cidadania, conectividade, cuidado ambiental, entre outras. Uma metodologia que considera a dinâmica da alternância de tempos entre os Centros de Treinamento da Epagri e as casas de jovens e familiares, aliando o que é visto com os técnicos ao conhecimento adquirido ao longo da vida no cotidiano familiar.

Segundo Bachelard, “para algo durar no tempo é preciso ferver de lacunas” (BACHELARD, 1994). Lacunas de tempos em que, entre idas e vindas, construímos a “duração” desta experiência em que “não cabe repouso”, nos pressupostos bachelardianos. Cada vez mais, incansavelmente, como ATER, precisamos dar respostas, contribuir, esclarecer e ponderar questões que dizem respeito a constituir-se jovem, agricultor ou pescador, no mundo contemporâneo, por opção e não por não ter outra alternativa.

Em relação à estrutura da escrita, se compõe de cinco capítulos. O primeiro apresenta os antecedentes e o diálogo na construção do processo sucessório. O segundo aborda a Pedagogia da Alternância e os princípios da Pedagogia da Cooperação como referência da estratégia metodológica. Após, discorremos sobre as definições gerais da Ação Jovem realizada, anualmente, em 13 centros de treinamento da Epagri. O terceiro capítulo é dedicado aos dados advindos do Diagnóstico realizado em 2018, uma avaliação do processo para continuar a trajetória.

Avançamos no quarto capítulo com resultados da Ação Jovem, Rural e do Mar, para além da sala de aula, com exemplos de jovens que vem se tornando referência em temáticas diversificadas. Apresentamos também exemplos de gestão financeira com a aplicação da metodologia Rural Invest, em um Anexo específico para facilitar o acesso do leitor. O quinto capítulo é uma reflexão sobre os motivos pelos quais os jovens querem permanecer na agricultura ou na pesca, ponderações sobre porque a ATER deve trabalhar com eles e o que os jovens esperam da ATER e de instituições públicas.

Nesse processo, ensinamos e aprendemos em um exercício contínuo o que Marcel Mauss (2003[1925]) denominou de “dom e contradom”. Neste caso, uma trajetória de crescimento como pessoas e profissionais, nós, extensionistas, pesquisadores, administrativos, pessoal de campo, gestores, dirigentes, parceiros, lideranças, e eles, jovens e familiares. Em meio a convivências, questionamentos, análises e reflexões, exercitamos, mutuamente, a dívida da reciprocidade (MAUSS, 2003[1925]) por meio da qual estabelecemos relações, trocas de saberes-fazer e percepções que resultam em confiança.





CAPÍTULO 1

A AÇÃO JOVEM RURAL E DO MAR NO CONTEXTO DA ATER CATARINENSE

1.1 Antecedentes

O trabalho com jovens faz parte da trajetória da ATER catarinense e seus primórdios remetem aos anos cinquenta, quando, em 1956, se iniciou o que foi denominado de Clubes 4-S (Saber, Sentir, Saúde, Servir), inspirado na experiência originária dos Estados Unidos com os Clubes 4 H (head/cabeça, heart/coração, hands/mãos, health/saúde). Com o objetivo de atuar com jovens no espaço rural, os Clubes 4S duraram até a década de 1980.

Os jovens eram capacitados por extensionistas e alguns técnicos trabalhavam exclusivamente com juventude rural. Os temas centrais abordados eram liderança, possibilidades de inovação na agricultura, economia, higiene e organização doméstico-familiar-social. Foi uma forte ação realizada pelo serviço de ATER e repercutiu junto a jovens, famílias, comunidades, lideranças e autoridades.



Com a descontinuidade desse trabalho, a ATER catarinense ficou um longo período sem atuar com esse público, embora os jovens sempre estivessem no contexto das famílias com as quais as ações eram e continuam sendo realizadas.

Nos anos 2000, foi realizado um projeto-piloto em alternância na região de Campos Novos em parceria com o Instituto Souza Cruz abrangendo municípios da região. Os jovens beneficiários participavam de um curso no Centro de Treinamento da Epagri de Campos Novos (Cetrecampos) cuja duração era de dois anos e incluía questões econômicas, sociais, ambientais, de convivência e atividades práticas nas comunidades, com apoio das famílias. Esta experiência ocorreu de 2007 a 2008. Embora tivesse a proposta de ser uma parceria, na prática os extensionistas se sentiram sobrecarregados com as muitas atividades pelas quais ficaram responsáveis, além daquelas que já exerciam. Assim, após a avaliação realizada em conjunto, a experiência não teve continuidade.

Outro exemplo ocorreu na região de Videira, onde a Epagri realizou uma parceria com a Perdigão oferecendo curso aos jovens filhos de agricultores integrados com a referida empresa. O curso se dava no Centro de Treinamento da Epagri de Videira (Cetrevi) e tinha como foco gerenciamento agrícola e identificação de potenciais nas propriedades com o fim de que fossem melhoradas em produtividade e autossuficiência alimentar.

Durante a vigência do Programa Microbacias¹ 1, 1991-1999, e do Prapem/Microbacias 2, 2002-2009, embora tenham participado por meio de ações realizadas em microbacias², comunidades e municípios, os jovens não receberam atenção específica como público prioritário. Entretanto, um grande diferencial entre o Microbacias 1 e o Microbacias 2 foi a criação de uma instância de incentivo à organização, o Grupo de Animação da Microbacia (GAM), e a criação e/ou valorização, se existisse, de fóruns de organização propriamente ditos, denominados de Associação de Desenvolvimento da Microbacia (ADM). Para ambos, tinha-se como diretriz obrigatória a participação de jovens e mulheres. O resultado foi que muitos dos que participaram tornaram-se referência e liderança em instituições representativas (sindicatos, associações, cooperativas, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR), em espaços grupais e comunitários.

O foco trabalhado pelas equipes técnicas era voltado a despertar motivação, liderança e senso de organização, o que repercutiu em maior visibilidade conquistada por jovens e mulheres nos territórios em que viviam e nos espaços em que circulavam, o que veio a motivar mais pessoas, a partir destes dois recortes, tanto de geração quanto de gênero.

No processo de avaliação final do Microbacias 2, a equipe da Epagri e da Secretaria Executiva constatou inúmeras experiências bem-sucedidas com jovens participando ativamente nas comunidades e concluiu que seria interessante e, de certa forma, urgente, incluí-los como público direto no cotidiano extensionista.

Tendo esta clareza, entre 2009 e 2010, a então Gerência de Extensão Rural e Pecuária (GERP), com a preparação de um novo programa que viria a ser denominado SC Rural, apresentou uma proposta de trabalho à diretoria da Epagri e ao grupo de elaboração do Programa em que o jovem rural era definido como público prioritário de ATER com linhas específicas de apoio.

¹Microbacias 1 e Microbacias 2 foram programas do Governo de Santa Catarina com apoio financeiro do Banco Mundial. O Microbacias 1, criado a partir das enchentes que assolaram o Estado, teve como foco a questão ambiental. O Microbacias 2 ampliou o escopo para o tripé social-ambiental-econômico.

²Microbacia é a menor unidade hidrológica de um território.

1.2 A Ação Jovem Rural

O trabalho, cujo nome fantasia passou a ser “Ação Jovem”, surge quando, em 2010, uma equipe³ da GERP construiu a “Proposta – Ação Institucional da Epagri com Jovens Rurais”. Para desencadear o processo, foram feitas muitas viagens pelo Estado para expor a proposta. A equipe enfrentou inúmeros questionamentos, pois muitos técnicos e dirigentes tinham dúvidas se ainda haveria jovens no espaço rural interessados em participar de um processo de qualificação, como o que estava sendo pensado.

No decorrer de 2011, foram detalhadas as diretrizes norteadoras do processo, a metodologia a ser seguida, os objetivos, os critérios de seleção, a estratégia de divulgação e o escopo do curso que faria parte do processo a ser desencadeado com jovens⁴.

Dentro da proposta elaborada estava prevista a contratação de uma consultoria para orientar o início dos trabalhos, o que não ocorreu. Assim, em julho de 2012, a Direção da Epagri convocou uma reunião em Campos Novos, Meio-Oeste Catarinense, com profissionais de diversas instâncias e regiões com o objetivo de construir o plano de trabalho do Curso que seria ministrado nos diferentes centros de treinamento da Epagri, simultaneamente. Naquela ocasião, foram apresentados os princípios norteadores, as diretrizes gerais, os critérios de seleção de jovens e as regras para composição das equipes responsáveis em cada Unidade de Gestão Técnica (UGT)⁵ da Epagri.

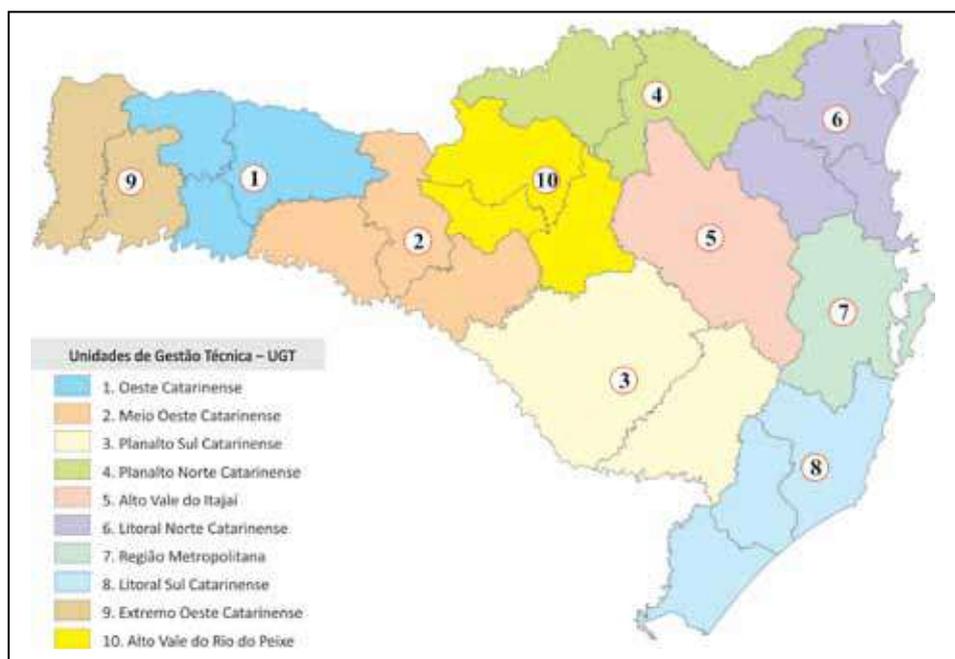


Figura 2. Mapa oficial da Epagri com as 10 UGTs

A partir da proposta inicial, cada equipe, em pequenos grupos, dialogou e criou a sua forma de trabalhar contemplando o que esperava com a realização do Curso e como alcançaria os objetivos. Tal exercício incluiu o detalhamento do plano de ação, a data de início, o cronograma de atividades e os responsáveis em cada unidade. Foi uma reunião considerada, literalmente, memorável, por apresentar um grande desafio para a equipe de ATER que teria que assumir, de imediato, a execução do que estava proposto. Essencialmente, é considerado o momento em que se teve deflagrada a Ação Jovem.

³Equipe composta por Bernardete Panceri, Ivanda Masson, Ivanete Masson, Geraldo Buogo, Giovani Canola, José Cezar Pereira e Paulo Francisco da Silva.

⁴Em outra publicação da Epagri (GERBER, R. M. (Org.), Narrativas sobre a Ação Jovem Rural na Epagri 2012-2016: depoimentos e imagens. Florianópolis: Epagri, 277 p. (Epagri. Documento 260), está a descrição detalhada de princípios, resultados esperados, objetivos, entre outros tópicos.

⁵São 10 as Unidades de Gestão Técnica da Epagri (UGTs), cujas regiões foram agrupadas de acordo com suas características territoriais.

“Quem participou desta reunião certamente lembra claramente deste momento, dos medos, anseios, e das muitas dúvidas levantadas, pois a proposta era, de certo modo, inovadora para o espaço rural e desafiadora para a Epagri, impondo à Extensão Rural a adoção de novas metodologias e áreas de conhecimento até então pouco trabalhadas. Uma das preocupações levantadas foi se teríamos jovens suficientes para os cursos devido ao elevado êxodo do campo para a cidade. Várias pesquisas demonstram a diminuição do número de jovens no espaço rural nos últimos anos, mas esta preocupação sobre a existência de jovens também nos mostra o quanto estes estavam invisíveis aos nossos olhos, mesmo a Extensão Rural tendo a família como foco do trabalho. Outro aspecto evidente por parte de alguns integrantes da reunião é que este trabalho com jovens estava sendo visto apenas como mais uma meta a ser cumprida junto ao SC Rural e não como uma grande oportunidade. No decorrer daquela reunião muitas dúvidas foram sanadas e muitas outras surgiram. Enfim, foi o momento da grande largada. Após vários outros encontros de trabalho nas regiões e UGT, no final de 2012, iniciou o primeiro curso no Centro de Treinamento de Tubarão. Em 2013 todos os Centros de Treinamento da Epagri estavam com seus cursos preparados e sendo oferecidos” (STEINWANDTER, 2016, p.37).

Após esta reunião, a coordenação estadual da Ação Jovem Rural continuou na GERP e incluiu a elaboração do que foi chamado “Cadernos dos Jovens”, compostos de conteúdo a ser trabalhado em cada eixo temático dos Cursos. Os títulos dos Cadernos ficaram:

- Colhendo mais saúde e qualidade de vida;
- Gente, história, cultura: nosso maior patrimônio;
- Solo e água: semente de vida;
- Seja um empreendedor;
- Educação Ambiental: compromisso com a vida;
- Grãos: um presente na alimentação;
- Olericultura: um bom negócio para agricultores que fazem contas;
- Pecuária de leite: do pasto ao leite, uma atividade rentável;
- Peixes: uma oportunidade para aumentar a renda na agricultura familiar;
- Florestas: alternativa de poupança e renda na agricultura familiar; e
- Inclusão Digital.

O processo de elaboração, revisão, finalização e encadernamento do material produzido pela equipe de técnicos envolvida em cada área serviria de base para as aulas a serem ministradas nos cursos. Entretanto, era um material norteador. Caberia às equipes utilizá-lo e adequá-lo à sua realidade, mas também inovar, criar e acrescentar outros, de acordo com as características de cada turma e a equipe técnica envolvida.

Com os Cadernos finalizados, a distribuição ocorria de acordo com a demanda enviada, geralmente entre fevereiro e março, quando os cursos iniciavam. Após, seguiam até o momento da formatura, entre outubro e novembro, dependendo do cronograma construído nas unidades de trabalho da Epagri, pois uma das diretrizes preconizadas é considerar a temporalidade (BACHELARD, 1994) de cada território. Isso significa prever que há períodos de plantio ou de colheita, de pescarias ou de defesos, entre outros fatores. A partir de diretrizes gerais, as equipes definem a atuação em seu território.

Com isso, colocou-se em prática o desafio que havia sido construído a partir de duas constatações. A primeira sobre o fato de que o jovem que vive no espaço rural queria, e quer, atenção, acesso a informações e conectividade, ser respeitado como profissional e como cidadão e ser considerado parte produtiva e protagonista do contexto sociocultural e econômico catarinense. A segunda refere-se ao afastamento da ATER do público jovem no decorrer

de sua trajetória, atuando com ações pontuais que, embora tenham sido sucesso enquanto ocorriam, sofreram com a descontinuidade.

Muitos técnicos, ao se deparar com a proposta, duvidavam que daria certo e questionavam se ainda haveria jovens em número suficiente no espaço rural para compor as turmas, conforme já dito, tendo em vista que os estudos apontavam, com veemência, o avanço drástico do êxodo juvenil rumo a centros maiores em busca de oportunidades. Contrariando os revezes iniciais, mesmo finalizado o Programa SC Rural, em 2016, a Ação Jovem continuou com aporte financeiro de outras fontes de recurso, como da Secretaria de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento (SAR) para os projetos dos jovens, da própria Epagri, de parceiros e outros advindos de projetos que foram enviados ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), além do entusiasmo e do comprometimento da ampla equipe de trabalho que incluía gestores, extensionistas, pesquisadores, administrativos, pessoal de campo e instituições parceiras.

A conclusão de avaliações realizadas com jovens, técnicos e Direção da Epagri foi que a descontinuidade de ações precisava se converter em uma política interna da Epagri e que se buscava junto ao Governo Estadual, por meio da SAR, definições para a ação se tornar uma política pública específica e perene em Santa Catarina. Desta forma, a equipe técnica fez uma proposta que foi entregue à Direção da Epagri para os encaminhamentos necessários junto ao Governo (ANEXO I). No Capítulo V abordaremos perspectivas de trabalho.

1.3 A Ação Jovem do Mar

Até o ano de 2015 o trabalho foi realizado com jovens no espaço agrícola, pois os pescadores não foram incluídos no SC Rural. Entretanto, uma equipe do Programa Capital Humano e Social (CHS)⁶ da UGT 6 e do Programa Aquicultura e Pesca avaliou que este público deveria ser incluído, pois se constatava uma demanda reprimida de trabalho por parte dele. A partir daí desenhou-se uma proposta de trabalho com jovens do mar, seguindo os moldes do jovem rural, porém adequando-a a esta realidade, tão distinta. Uma equipe⁷ se dedicou a elaborar a proposta, cujo objetivo geral definido foi contribuir com a formação humana, sociocultural e econômica de jovens que trabalham no meio pesqueiro através de ações que oportunizem sua valorização como cidadãos, fortaleçam suas organizações e atendam suas aspirações.

Para alcançá-lo, os objetivos específicos arrolados foram: estimular a liderança com espírito empreendedor e de sustentabilidade; fortalecer solidariedade e inovação; desenvolver iniciativas que agreguem valor a produtos, serviços e espaços potencializando e criando alternativas de renda, lazer e cultura com cidadania; oportunizar a inserção de jovens no mundo digital e nas redes sociais; abrir novos horizontes através de tecnologias de produção, gestão ambiental e turismo; valorizar os saberes locais e técnico-científicos; consolidar a consciência ambiental nos processos produtivos, no lazer e na cultura local e ampliar a identidade da pesca e da maricultura catarinense.

A metodologia de trabalho, que será detalhada no Capítulo II, seguiu os preceitos e as diretrizes da Ação Jovem Rural, porém tendo muito claro que a prerrogativa e o compromisso deveriam respeitar as especificidades dos diferentes contextos que incluem o que se definiu como “Jovens do Mar”.

O conteúdo foi organizado seguindo os eixos norteadores da Ação Jovem, mas focando a realidade pesqueira, conforme ilustrado abaixo (Tabela 1) com a primeira proposta.

⁶A estrutura atual de programas da Epagri é composta de oito programas técnicos, a saber: Pecuária, Grãos, Olericultura, Fruticultura, Aquicultura e Pesca, GNM (Gestão de Negócios e Mercado), DSA (Desenvolvimento e Sustentabilidade Ambiental) e CHS (Capital Humano e Social). A Ação Jovem é coordenada a partir do Programa CHS.

⁷Equipe coordenada por Márcia da Rosa Gomes e formada por Adriana Padilha, Edir Tedesco, Everton Della Giustina, Hugo Mazon, Marcos Cesar Nouais, Natalia Lucia K. Kominkiewicz, Janaina Bannwart (atualmente no IFSC – Campus Itajaí), José Eduardo Calcinoni, Ricardo Arno da Silva e Rose Mary Gerber.

Tabela 1. Conteúdo programático Ação Jovem do Mar

Eixo técnico	Eixo humano	Eixo ambiental	Eixo gerencial
1. Habilitação e segurança no mar	1. Cooperativismo	1. Ecossistemas costeiros	1. Legislação trabalhista
2. Carpintaria e construção naval	2. Associativismo	2. Uso e ocupação da faixa litorânea	2. Legislação tributária
3. Mecânica naval	3. Família e comunidade	3. Educação ambiental	3. Políticas públicas
4. Pesca artesanal e industrial	4. Relacionamento pessoal e interpessoal		4. Gestão da atividade pesqueira
5. Cultivo de moluscos	5. Ética		5. Liderança
6. Processamento de pescado	6. Cidadania		6. Empreendedorismo
7. BPF	7. Sucessão na pesca		7. Gerenciamento contábil
8. GPS e sistemas de navegação	8. Primeiros socorros		
9. Turismo costeiro	9. Inclusão Digital		
10. Artesanato			
11. Legislação pesqueira			
12. Ordenamento pesqueiro no Brasil			

A partir de diretrizes gerais de ensino-aprendizagem (KNOWLES, 1970; CASTORIADIS, 1982; VIGOTSKY, 1999; FREIRE, 1987; FREIRE, 1996; CAVALCANTI, 1999), em que os sujeitos aprendem ao mesmo tempo que ensinam, e ensinam enquanto aprendem, o exercício proposto foi de estabelecer uma relação pautada pelo respeito aos diferentes saberes e conhecimentos.

Foi definido pela equipe que a grade curricular e os conteúdos, a exemplo do que vinha sendo feito com jovens rurais, seriam trabalhados tendo como diretrizes a interdisciplinaridade e a transversalidade, entendendo-as como “modos de trabalhar o conhecimento com a reintegração de aspectos que ficaram isolados uns dos outros pelo tratamento disciplinar (GARCIA, 2007). Para tanto, se alternariam teoria e prática com atividades que despertassem as potencialidades empreendedoras e de liderança, o que viria a repercutir no desenvolvimento do espírito de coletividade.

O entendimento é que a prática interdisciplinar, a partir da qual “busca-se os possíveis pontos de convergência entre as várias áreas e a sua abordagem conjunta” (GARCIA, 2007), possibilita criar condições de interação entre diferentes profissionais com distintas formações. Tal interação também ocorre entre os profissionais e os alunos, aprendizes-ensinantes, propiciando que pescadores, a exemplo de agricultores, se apropriem de uma melhor compreensão sobre seus contextos territoriais, sociais e familiares, superando a fragmentação de conteúdos. Por outro lado, os professores, entendidos como ensinantes-aprendizes, têm acesso às sutilezas dos diferentes contextos do mundo da pesca.

Por sua vez, a transversalidade (SITE EDUCA BRASIL; GARCIA, 2006 e 2007) diz respeito a estabelecer, na prática educativa, uma relação entre conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real e de sua transformação (aprender na e da realidade). Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) sugerem alguns temas transversais, como ética, saúde, ambiente, trabalho. O exercício da transversalidade permite incluir, nas práticas pedagógicas, temáticas sociais oriundas das necessidades do grupo educando para o exercício da cidadania.

A proposta foi apresentada à Epagri e ao SC Rural, e aprovada. A primeira turma específica com Jovens do Mar começou em 2016. Inicialmente foram realizadas oito alternâncias seguindo o que era praticado com os jovens do espaço rural. Entretanto, ao final daquele ano, a equipe observou a dificuldade de alguns jovens em participar nos períodos de “abertura” do mar, seja camarão ou peixe, o que resultou em readequações quando a proposta pensada foi vivenciada. Assim, fomos compondo o percurso “graças a um processo de erro e revisão constantes” (BARLEY, 2006[1983], p.159).

Em 2017, manteve-se o cronograma inicial, porém adequando-o aos períodos de abertura da pesca, especialmente tainha e camarão, pois os participantes estavam envolvidos com estes dois tipos de pescaria. Em 2018, constatou-se que teria que se adequar o cronograma de alternâncias ao calendário das pescas e se oficializou um pedido junto ao Departamento Estadual de Extensão Rural e Pesqueira (DERP) - antiga Gerência Estadual - sobre uma mudança no curso para atender à realidade pesqueira seguindo a diretriz de valorizar a diversidade de contextos de vida e de trabalho dos jovens em Santa Catarina.

Tinha-se a clareza de que a pesca é uma atividade plural com distintas formas de ser exercida, o que inclui períodos de defesos e de pescarias, seja de camarão, peixes ou crustáceos. Assim, considerando o respeito às diferentes realidades de pescadores/as, e que os períodos reservados para a/s pesca/s não prejudicariam o conteúdo, desde que previamente definidos e comprometidos com os jovens, o parecer foi favorável à readequação da carga horária do Curso Jovem do Mar, a partir de 2019, para seis alternâncias de 24 horas/aula cada uma, realizadas de agosto a novembro, perfazendo o total de 124 horas/aula, sendo duas alternâncias por mês.

A repercussão do curso específico foi muito boa, tanto para os jovens pescadores interessados em participar, quanto pela contribuição com o processo de visibilidade destes profissionais. Se os jovens do espaço rural estavam esquecidos pela Extensão Rural, os do mar estavam ainda mais e foi com positividade que a proposta foi aceita por jovens, lideranças, familiares e autoridades. Também se constatou uma melhoria visível nas relações familiares, segundo relatos de pais, jovens e técnicos, e de iniciativa e vontade de participar em instituições representativas, como as Colônias de Pescadores. Com relação à inserção de jovens em espaços representativos e se tornando lideranças, falaremos no Capítulo IV.

O mundo das pescas é composto de diversidade, seja em relação às artes de pesca existentes nas diversas comunidades pesqueiras, seja no que concerne às percepções (INGOLD, 2012) das pessoas, seja em relação ao conhecimento tradicional existente por trás das atividades, repassado de geração em geração. As pessoas têm uma cosmovisão ligada ao que se chama, no mundo citadino, de elementos naturais, os quais influenciam diretamente suas vidas e formas de estar no mundo, haja vista que marés, luas, ventos, mais do que elementos, são agentes no cotidiano do mar.

Quando estão em sala de aula, os jovens da pesca demonstram uma necessidade grande de expressar suas opiniões e compartilhar experiências, o que é facilmente percebido pelos técnicos, pela euforia, muitas vezes, difícil de acalmar. É possível constatar que no espaço da sala de aula, eles encontram lugar e se sentem à vontade para ter voz e falar.

É comum que técnicos que começam a trabalhar com a pesca considerem difícil lidar com este público tão distinto. Os mesmos percebem que há a necessidade de exercitar um olhar diferenciado, especialmente, quando se pensa na organização coletiva entre pessoas de comunidades pesqueiras. Por exemplo, quando é temporada da tainha e os pescadores se organizam em torno dela. Mais do que uma pesca, trata-se de um acontecimento social, e os jovens não saem de seus municípios para ir ao Centro de Treinamento, por exemplo.

Em uma das alternâncias de 2016, eles demonstraram como se organizam, quando querem e o motivo que os mobiliza. Mesmo com tudo planejado, viabilidade de transporte e instrutores confirmados, muitos faltaram devido à boa temporada da tainha e ao famoso saragaço⁸ que acontece em suas comunidades. Ou seja, os jovens se organizaram para faltar à alternância: “não adianta só um faltar. Se for para faltar, têm que faltar todos”.

No processo de adequação à realidade da pesca, entrou, por sugestão oral do colega Hugo Mazon, o “Diário de Bordo” (Anexo II). Desta forma, no período do intervalo maior entre as alternâncias devido às safras que mais os envolvem, os jovens devem relatar, de forma escrita ou com a produção de vídeos e fotos, as experiências vividas na

⁸Saragaço: movimento, agito.

safrá da tainha, na abertura do camarão e, até mesmo, o cotidiano de um dia dentro de suas comunidades.

A intenção desta atividade é estimular a permanência dos jovens no curso a partir do respeito à dialética da duração (BACHELARD, 1994) que rege suas pescas mais evidentes, oportunizar a criação e expressão através de relatos e possibilitar a troca de experiências entre jovens e técnicos.

O Diário de Bordo tem se constituído em um espaço para que, a partir da visível timidez e de sinais de baixa autoestima com que chegam em sala de aula, possam exercitar o empoderamento no exercício primeiro, que é se expor em público, ao falar sobre seus cotidianos. Empoderamento como a tomada de poder pelo próprio sujeito (FREIRE 1987; 1996). Trabalhamos com os jovens com a noção de que ninguém dá poder a ninguém. Oferecemos informações, técnicas, possibilidades e eles, em seu tempo, se empoderam.

Os relatos têm mostrado uma diversidade de experiências e contextos no dia a dia da pesca. Os jovens demonstram orgulho com a pescaria e os cenários observados por um ângulo diferente do que as pessoas em terra estão acostumadas. Tivemos oportunidade de observar ideias surgindo com a apresentação do Diário de Bordo e pudemos identificar dificuldades ou habilidades que poderíamos trabalhar e desenvolver nas alternâncias seguintes, melhorando o processo de aprendizado dos alunos ao final do curso e a relação de confiança entre eles e nós, técnicos.

1.4 A ação com os pais: o diálogo na construção do processo sucessório

Em muitas Gerências Regionais, além da participação de pais em aulas inaugurais e formaturas, as equipes colocaram como desafio o desenvolvimento de ações exclusivas com os pais. O foco de ação é o diálogo e a sucessão familiar. Os eventos são realizados nos Centros de Treinamento exclusivamente com pais e mães. Nestes momentos, cabe aos jovens cuidar da propriedade para que seus pais participem sem preocupações. Aos pais, cabe exercitar a confiança em seus filhos ficando longe de casa de um a dois dias.

Neste processo de valorização de pais e mães, o diálogo é entendido como um processo constante que envolve a família no intuito de que a sucessão familiar ocorra paulatinamente e perpassa as diferentes gerações. Oficinas, seminários e encontros fazem parte da metodologia no diálogo sobre o processo sucessório nas unidades familiares.

Através de atividades como resgate musical, brinquedos da infância e comidas afetivas, oportunizam-se lembranças e reflexões de valoração das experiências e vivências da agricultura familiar e da pesca artesanal, o que, além de proporcionar momentos de emoção, repercute em fortalecimento, tanto da autoestima quanto de aspectos que compõem as formas como a agricultura e a pesca se produzem e reproduzem.

Incentivar a agregação de diferentes habilidades intergeracionais é uma forma de contribuir com a mudança de percepção na relação entre pais e filhos. Os jovens têm facilidade de manuseio, acesso e dispõem de tecnologias e informações que, agregadas aos saber-fazer das gerações anteriores, propicia a troca de experiências na unidade familiar. A oportunidade de repensar a forma de agir e atuar de cada membro familiar insere, em si, a valorização de pessoas e habilidades e, principalmente, a construção de propostas envolvendo a família. Por exemplo, quando o técnico orienta o Plano de Desenvolvimento da Propriedade (PDP), (Anexo III), ferramenta utilizada no processo de planejamento.

Para os extensionistas que se comprometem com a Ação Jovem, o sentimento de gratidão dos familiares, expresso nos relatos orais nas visitas às propriedades ou em eventos grupais, dá um indicativo de continuidade do trabalho. Longe de ser um indicador quantitativo, trata-se de considerarmos um aspecto subjetivo no processo de avaliação do trabalho que vem sendo realizado: a validação dos pais, atores centrais neste processo.





CAPÍTULO 2

A METODOLOGIA DA AÇÃO JOVEM RURAL E DO MAR

Partindo do preceito primeiro da Extensão Rural e Pecuária, aprender a fazer fazendo e aprendendo, a metodologia da Ação Jovem Rural e do Mar se pautou em princípios de duas pedagogias: a Pedagogia da Alternância e a Pedagogia da Cooperação. A Epagri, inspirada nelas, criou sua forma de atuar com jovens. Muito mais do que um curso, o objetivo é um processo de formação continuada.

Neste caminhar em conjunto, que inclui jovens, famílias e técnicos, a metodologia preconiza que o acompanhamento da equipe de ATER precisa estar presente antes, durante e após o curso propriamente dito, que ocorre em seus 13 centros de treinamento.

Vamos entender um pouco sobre cada uma das pedagogias que inspiraram este trabalho.

2.1 A pedagogia da alternância como referência de estratégia metodológica

A pedagogia da alternância iniciou na França, no ano de 1935 (PIATTI, 2014; TEIXEIRA et al, 2008; MAGALHÃES, 2004; ESTEVAM, 2003; GIMONET, 1999), a partir da angústia de pais e mães agricultores, os quais tiveram apoio de um padre católico, sobre como criariam formas de atrair seus filhos a permanecer no espaço rural, diminuir o tempo dispendido no deslocamento entre casa e escola e evitar a saída definitiva de suas comunidades rumo a áreas urbanizadas.

A partir desta iniciativa, surgiram as primeiras Maison Familiale Rurale (MFR) - Casa Familiar Rural - com a proposta, segundo Gimonet (1999), de uma pedagogia no espaço e no tempo, independentemente da idade da pessoa que está em processo de formação.

Em se tratando de um adolescente, de um adulto, pouco importa a idade, a alternância é uma pedagogia de adulto porque um alternante não é um aluno de escola, mas um ator sócio-profissional que entra em formação permanente (GIMONET, 1999).

Tal pedagogia alia diferentes tempos e espaços. Em se tratando de jovens, alterna o espaço e o tempo em casa com aquele fora e a junção dos dois é o que viabiliza a formação teórico-prática. O exercício entre uma e outra etapa do processo envolve alguns componentes, segundo Gimonet (1999), os quais apresentamos a seguir de forma resumida:

1. O centro do debate: nele está a pessoa em formação, ou seja, o alternante, quer seja adolescente, jovem adulto ou adulto;
2. O projeto educativo: subentende as ações de formação, dá-lhes sentido, tanto do ponto de vista de cada alternante, quanto da instituição;
3. O lugar da experiência socioprofissional: é, ao mesmo tempo, fonte de saber, ponto de partida e de chegada do processo de aprendizagem e de funil educativo;
4. A rede de parceiros coformadores: é central nos diferentes espaços-tempos da formação porque a alternância leva à partilha do poder educativo;
5. O disposto pedagógico: opera enquanto subsistema de gestão e de operacionalidade da formação;
6. O contexto educativo: é aquele em que se cria condições psicoafetivas, garantindo a qualidade de vida, um clima facilitador das aprendizagens e da educação;
7. Os formadores e outros atores educativos: são responsáveis pela animação e pelo conjunto do processo.

Embora inicialmente os espaços extra casa do jovem funcionassem em salões paroquiais, a proposta era alternar os períodos em que ficaria com seus pais com outros em que participaria de atividades em espaços voltados a esta forma de aprendizagem, “articulando escola, família e trabalho na perspectiva de manter o jovem no campo [...]. Dessa forma, alternavam-se tempos e espaços educativos nos quais os jovens tinham oportunidade de estudo e trabalho” (PIATTI, 2014, p.50).

A compreensão é que alternar estes diferentes tempos e espaços é atrativo para o jovem, pois junta saberes de professores, ou instrutores, com o aprendizado oriundo da convivência com sua família. Há, portanto, “uma valorização dos conhecimentos que o jovem possui considerando as suas experiências. Por isso, além das disciplinas do currículo básico, levam-se em conta também as vivências do contexto da comunidade, primando pela formação integral do estudante” (PIATTI, 2014, p.51).

No Brasil, esta experiência chegou ao Espírito Santo, na década de 1960 com uma missão jesuíta a partir da qual foram construídas as primeiras três Escolas Familiares Rurais (TEIXEIRA et al, 2008, p.227) baseadas na importância da “articulação entre momentos de atividade socioprofissional do jovem e momentos de atividade escolar propriamente dita, nos quais se focaliza o conhecimento acumulado considerando sempre a experiência concreta dos educandos” (TEIXEIRA et al, 2008, p.229).

Quando falamos que esta forma de trabalhar – alternância – foi inspiração na Epagri para a Ação Jovem Rural e do Mar, queremos dizer que buscamos nela a metodologia de trabalhar alternando tempos em que o jovem fica uma semana, por mês, em Centros de Treinamento com as demais em que continua em sua casa, na propriedade, vivenciando seu cotidiano e exercitando o que foi trabalhado em sala de aula, com apoio de seus pais e acompanhamento de extensionistas.

Contudo, não se adotou cada passo, etapa ou material previsto na pedagogia da alternância como, por exemplo, os Cadernos de Campo, nos quais o aluno “registra sua trajetória no tempo-comunidade, momento em que está no local de moradia e trabalho, com possibilidade de articular os saberes científicos aos saberes de sua vivência” (PIATTI, 2014: p.48). O mais próximo da adoção deste caderno é o que se denominou Diário de Bordo na experiência com jovens do mar, do qual já falamos.

O referencial da pedagogia da alternância foi buscado especialmente pelas pedagogas, pois esta forma de trabalhar é entendida como uma das experiências mais exitosas em educação no campo. Um aspecto preconizado é uma constante ação-reflexão-ação, a práxis. Ou seja, o jovem, sujeito do processo, vivencia e reflete refazendo continuamente sua prática e, assim, se reconstruindo como protagonista de sua vida e de seu espaço.

Aos jovens, nesse movimento entre Centros de Treinamento e família e comunidade, é possibilitado pensar como está e como melhorar sua própria prática. Assim, ao retornar ao contexto em que vive e onde sua prática ocorre, têm um olhar renovado para poder transformá-la e, transformando-a, transformar a si próprio.

A partir destes preceitos, e levando em conta aspectos sociais, culturais, ambientais e econômicos, constatamos, nos últimos anos, que os jovens assumem responsabilidades em diferentes situações, seja teórico-vivencial, de experimentação ou de troca de experiências. Desta forma, se imbuem de empoderamento, autoestima e protagonismo em momentos, como elaboração de projetos individuais ou grupais, atividades de lazer, práticas ou apresentação de relatos, e em espaços familiares e comunitários.

2.2 Princípios da Pedagogia da Cooperação

A pedagogia da cooperação tem como objetivo criar um ambiente de “Ensinar Como-Um”. A princípio, parece que estamos diante de uma escrita equivocada. Entretanto, em um jogo de palavras, o intuito é levar-nos a

refletir sobre processos de aprendizagem que, longe de incentivar competição, buscam a cooperação. O propósito firmado pela pedagogia da cooperação é criar ambientes de aprendizado de forma cooperativa, lúdica, que promovam a participação, o bem-estar e a inclusão, mesmo de pessoas muito tímidas.

Estudiosos da área da educação consideram que esta pedagogia tem sua origem em jogos cooperativos realizados por povos ancestrais. Em termos de sistematização, tem-se a obra “As vivências em jogos cooperativos”, de Ted Lentz, em 1950, e “Vencendo a competição”, de Terry Orlick, em 1978. No Brasil, Fábio Brotto é identificado como pioneiro, nos anos de 1990.

Na Epagri o próprio Brotto (BROTTO, 1997; BROTTO & GALLIAN, 2012) prestou consultoria com a realização de oficinas entre 2012 a 2014, momentos em que extensionistas foram qualificados, em termos teórico-práticos, para atuar a partir desta pedagogia.

A Pedagogia da Cooperação⁹ prevê o que denomina de quatro momentos:

- Princípios (“Co-Existência, Com-Vivência, Cooperação, Comum-Unidade”);
- Processos (implica em uma inteligência e auto-organização dos seres);
- Práticas (“Fazendo com-tato e descobrindo o com-trato, compartilhar inquietudes, fortalecer alianças e parcerias, re-unir soluções comuns, implementar práticas de cooperação e com-fazendo a rede de cooperação”); e
- Procedimentos (círculo e centro, ensinagem cooperativa, do + simples ao + complexo, ser mestre-e-aprendiz, começar e terminar juntos, roda de diálogo).

Para a Pedagogia da Cooperação, os momentos dizem respeito a reconhecer-se e reconhecer o outro como seres inteiros, na relação consigo e com os demais. A partir daí se trabalha a cooperação, a formação de redes de apoio, a solução de dificuldades como, por exemplo, falar em público, expor as ideias. Assim, devagar, se tem possibilidade de criar segurança e melhor desenvolver a autoestima, o empoderamento e o protagonismo.

No trabalho com jovens utilizamos, com mais ênfase, as práticas e os procedimentos previstos em que tudo começa a partir da formação do círculo e do centro, que são considerados, literalmente, centrais no processo da Pedagogia da Cooperação. Com a identificação do círculo, as atividades iniciam e tem continuidade. O círculo é composto de um centro no qual se expõem elementos que sejam significativos para o grupo, o que dependerá de cada contexto em que os trabalhos se desenvolvem. Por exemplo, grupo de jovens, agricultores, pescadores, mulheres, técnicos, entre muitas possibilidades.

O círculo é a referência da formação grupal e, a partir dele, se trabalham diferenças, empatia, igualdade, atividades cooperativas. Na reflexão pós-exercícios realizados, se dialoga sobre o fortalecimento do grupo, como pessoas e profissionais, agricultores ou pescadores, que podem se ajudar, mesmo vivendo em comunidades e espaços distantes e estando inseridos em um mercado que exige competitividade e eficiência no que fazem.

Com a adoção desta forma de trazer as pessoas para o grupo, em cada alternância se realiza o momento inicial de refletir a partir do círculo como símbolo do grupo. O círculo, não tendo início nem fim, permite refletir sobre as possibilidades de mobilizar, fortalecer e formar alianças e parcerias, de encontrar soluções em comum e de implementar práticas de cooperação e confiança.

Temos constatado que os efeitos desta forma de trabalhar extrapolam a duração dos cursos e entram na vida dos jovens que formam grupos de apoio, troca de ideias e experiências, indicação de compradores ou sugestão de lugares para compra de insumos e produtos, bem como de amizades que permanecem após a finalização das aulas,

⁹Em outra publicação da Epagri (GERBER, 2016, p. 45-48), encontra-se a descrição sobre cada um deles.

algumas inclusive extrapolando a relação jovem-jovem, se ampliando e abrangendo as famílias.

Após se ter claro, a partir da pedagogia da alternância e da pedagogia da cooperação, os princípios e as possibilidades metodológicas que respaldariam o trabalho com jovens, as definições gerais foram feitas. Vamos a elas.

2.3 Ingredientes de uma metodologia: definições da Ação Jovem

2.3.1 Premissas

Para colocar em prática a proposta inicial, a estrutura técnica da Epagri, distribuída nos níveis denominados estratégico, tático e operacional, foi fundamental, bem como sua presença nos municípios, aliada a uma coordenação estadual. Com esta condição, foram definidas três premissas:

2.3.1.1 Responsabilidade compartilhada: a Ação Jovem seria responsabilidade de todos de acordo com as especificidades de cada região;

2.3.1.2 Organização em equipes: a organização da Ação Jovem em cada UGT envolveria regiões, municípios e Centros de Treinamento (Cetres) com equipes interdisciplinares de profissionais da Epagri, extensionistas e pesquisadores, bem como parcerias. Esta equipe seria articuladora das ações nos Cetres e participaria no diálogo em municípios e comunidades rurais;

2.3.1.3 Ação Jovem é processo, antes, durante e pós-curso: outra questão a ser constantemente pontuada é que a Ação Jovem vai muito além da formação em sala de aula, se estendendo às comunidades rurais e pesqueiras e aos municípios com a constituição de grupos temáticos nas áreas econômica, sociocultural e ambiental, de acordo com o interesse manifestado e despertado nos jovens, sempre entendendo que o acompanhamento da equipe de ATER municipal é imprescindível.

2.3.2 Princípios

Para compor a proposta de trabalho, foram levados em conta os seguintes princípios:

- A relevância do jovem no contexto e no processo de desenvolvimento rural sustentável, no presente e futuro das unidades familiares;

- O direito dos jovens à permanência no espaço rural ou pesqueiro como protagonista e como boa escolha para construir suas vidas, quando comparado com o meio urbano;

- O espaço rural e pesqueiro com gente, vida comunitária e amplas possibilidades econômicas, socioculturais e ambientais;

- O diálogo intergeracional como facilitador da sucessão da unidade familiar;

- A pluriatividade como estratégia de geração de emprego, melhoria de renda e preservação da diversidade ecológica e cultural;

- A formação em liderança e empreendedorismo como caminho para reduzir a vulnerabilidade social, produtiva e ambiental das comunidades rurais;

- O resgate de conhecimentos e o respeito aos agricultores (e pescadores) como base para a construção de políticas de apoio e assessoria aos jovens;

- O trabalho articulado em rede com outras instituições e com efetiva participação de entidades representativas dos jovens da agricultura e da pesca;

- A valorização da construção de conhecimento a partir do respeito aos diferentes saberes técnico-científicos e de agricultores e pescadores.

A proposta previa desenvolver iniciativas que viessem a agregar valores a produtos, serviços e espaços, potencializando e criando alternativas de renda, lazer e cultura, com cidadania no campo. Também se queria abrir novos horizontes através de inclusão digital, tecnologias de produção, de gestão ambiental e de turismo com consolidação da consciência ambiental nos processos produtivos, no lazer e na cultura local.

2.3.3 Critérios de seleção

O bom resultado do processo de seleção passa pelo conhecimento que a equipe municipal tem das famílias, pois é a primeira instância de identificação de possíveis candidatos. A seleção é central para identificar jovens realmente interessados, o que repercutirá no seu desempenho no curso.

Os critérios de seleção dizem respeito a:

- a) Ter 18 a 29 anos;
- b) Demonstrar interesse genuíno em participar;
- c) Se comprometer a respeitar as normas do curso e do Centro de Treinamento;
- d) Contar com o apoio dos pais.

2.3.4 Resultados esperados

Em relação ao que se buscava no decorrer do trabalho, foram elencados três resultados:

Resultado 1: jovens rurais preparados desenvolvendo iniciativas inovadoras e famílias satisfeitas com a participação dos jovens nas demandas da propriedade e da comunidade;

Resultado 2: jovens rurais organizados em grupos temáticos desenvolvendo iniciativas individuais e coletivas de interesse nas áreas econômica, social, cultural e de gestão ambiental, valorizando as potencialidades de suas comunidades e acompanhados por jovens que estão em processo de formação nos Centros de Treinamento;

Resultado 3: programas, projetos e unidades da Epagri atuando em parcerias inter e intrainstitucionais para o processo de formação dos jovens rurais.

2.3.5 Parcerias

As parcerias são vitais e contribuem com o sucesso e a realização de cada etapa, pois estamos falando de

complexidade. Portanto, de interdisciplinaridade e interinstitucionalidade para dar conta de uma Ação como esta. Precisamos melhorar muito, mas ocorreram avanços inestimáveis no decorrer desta trajetória, com parceiros se agregando em cada unidade em que o trabalho é realizado.

A Ação Jovem iniciou em parceria com a SAR, o Programa de Inclusão Digital Beija-Flor, com o segmento de inclusão digital e a Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte (SOL), que participou com o segmento de turismo, parcerias estas que encerraram os módulos feitos depois de finalizado o SC Rural. Igualmente, a SAR, à qual a Epagri está diretamente vinculada, assumiu o apoio financeiro indispensável e necessário à aquisição do Kit Informática e à viabilização dos projetos dos jovens via FDR.

Já as prefeituras municipais contribuem e são parceiras efetivas para viabilizar o transporte de jovens. Sem este apoio direto, muitos não conseguiriam se deslocar de suas comunidades e participar do processo de formação. Além disso, em cada unidade da Epagri são viabilizadas parcerias com instituições públicas e privadas, bem como com profissionais de formação variada, em nível local, os quais apoiam e/ou participam diretamente em segmentos específicos.

2.4. As alternâncias e seus eixos norteadores

2.4.1 As alternâncias

A proposta original dos cursos previa realizar dez alternâncias, o que se mostrou inviável pelo calendário anual, pois a liberação de recursos, geralmente, ocorre em fevereiro e em novembro se encerra o caixa. Desta forma, o número de alternâncias foi readequado para oito, ou nove, dependendo da realidade em cada unidade de trabalho epagriana.

Participar em alternâncias permite aos jovens eleger a temática que norteará a elaboração do projeto de melhoria ou inovação na propriedade, escolha que vai sendo amadurecida no decorrer do curso. Nesta trajetória, são considerados o interesse, a aptidão, a vocação e a atividade com a qual o jovem se identifica. Desta forma, o propósito de atuar em várias alternâncias é possibilitar ao participante, sempre em diálogo com seus pais, um amadurecimento que contribua com o sucesso do projeto, quando colocado em prática.

As atividades das alternâncias que compõem o Curso acontecem em três períodos (manhã, tarde e noite) concentrando as mais teóricas e práticas no período da manhã e da tarde. As noites são reservadas para a realização de atividades individuais e coletivas, como elaboração de projetos, palestras educativas específicas, contribuição de parceiros, oficinas culturais, momentos de lazer e esportivos.

No intervalo entre as alternâncias e no pós-curso os/as jovens e suas famílias recebem o assessoramento da equipe de seu município no apoio ao desenvolvimento pessoal, gerencial e tecnológico.

2.4.2 Eixos norteadores: início e rearranjos

No momento em que a proposta foi construída, foram pensados três eixos norteadores: humano, gerencial e tecnológico. Com o amadurecimento do processo, os eixos foram rearranjados em quatro: a) Humano: dedicado a abordar temas como liderança, empreendedorismo, práticas integradoras, lazer e autoconhecimento; b) Gerencial: voltado à gestão de negócios, da propriedade e do ambiente, além de inclusão digital, c) Técnico: com foco em cadeias produtivas e oportunidades de emprego e renda, produção agrícola e não agrícola, como turismo e artesanato, e d) Ambiental: com questões sobre ambiente e legislação.

No início de 2019, a equipe que atua no Programa Capital Humano e Social (CHS), no qual se insere a Ação Jovem Rural e do Mar, efetivou uma avaliação dos eixos trabalhados e do conteúdo programático. Foram redefinidos os quatro eixos e respectivos conteúdos a partir dos quais se cria o conteúdo programático de cada curso:

1. Humano-social: inclui temas ligados aos aspectos humano, como autoestima, empoderamento, protagonismo, valorização da memória pessoal e familiar, conflitos, entre outros. Temas do aspecto social contemplam liderança, inserção em organizações, lazer, integração, oratória, entre outros;

2. Ambiental: aborda questões de educação ambiental rural, tecnologias sociais de baixo custo, preservação e recuperação ambiental, legalização da propriedade e da atividade produtiva, entre outros;

3. Gerencial: trata de aspectos de gestão da propriedade e da atividade, planilhas de planejamento e gestão, educação financeira, inclusão digital, entre outros;

4. Tecnológico: o foco é em cadeias produtivas apresentando opções, alternativas e possibilidades dentro do território em que o jovem se insere; oportunidades de emprego e renda, pluriatividade e multifuncionalidade do meio agrícola e pesqueiro; atividades agrícolas e não agrícolas.

2.5 A estratégia metodológica e suas muitas táticas na prática

Partindo do pressuposto de que a alternância “teoricamente está posta, mas a prática [...] é construída pelos sujeitos de acordo com os espaços onde vivem, trabalham e que representa a sua trajetória, a sua história, portanto é um lugar de pertencimento” (PIATTI, 2014, p.52), as equipes de trabalho que atuam em nível de UGT têm liberdade e são incentivadas a criar e adequar os conteúdos de acordo com as diferentes realidades. Ou seja, há uma orientação estadual a partir da qual o conteúdo é trabalhado no decorrer do ano, mas cada curso considera o perfil da turma, os temas de interesse, a capacidade de articulação, o tamanho e as habilidades da equipe técnica, entre outros fatores.

Uma estratégia pode ser sancionada por quem está acima na hierarquia e a tática visa responder a estratégia sem tentar dominar (DECERTEAU, 1996). Trazendo para nosso cotidiano, a estratégia da Ação Jovem foi definida por uma equipe estadual, mas cada equipe define a tática mais apropriada para incluir os jovens como público de ATER. A estratégia definida pela equipe estadual que iniciou o trabalho previa que a Ação Jovem abrangeria o Estado com o desafio de “contribuir na construção de perspectivas de interesse dos jovens ampliando as possibilidades de sua permanência como protagonistas e empreendedores do processo de desenvolvimento socioeconômico e ambiental das comunidades rurais de Santa Catarina, fortalecendo a agricultura familiar de forma sistêmica e numa ação institucional em permanente atualização” (EPAGRI, 2014).

A cada ano, a partir de orientação estadual, alterações são feitas, pois os territórios têm suas especificidades e cada turma tem perfil e interesses identificados quando são formadas. As equipes adequam e constroem o conteúdo programático de acordo com o grupo, podendo focá-lo a partir de um tema de interesse, como, por exemplo, pecuária de leite, olericultura, fruticultura, ou trabalhar o curso de forma generalista apresentando as diversas atividades que se destacam ou podem ser implantadas naquele território.

Em princípio, a estratégia estadual previa oito alternâncias distribuídas em oito meses do ano. No exercício prático das táticas que buscam as melhores formas de exercitar a metodologia de trabalho, tivemos turmas com oito, nove, seis, doze alternâncias. Algumas reservam uma semana por mês, outras estabelecem duas semanas a cada mês, após conversar com os participantes do Curso, e assim podem concentrar em menos meses do ano. Adequações são necessárias à medida que o avanço do processo vai exigindo, pois o fazer e o refazer constante é parte da metodologia pensada e das muitas táticas de realização.

2.6 O material didático

Nos primeiros anos se contava com a disponibilização dos “Cadernos de Jovens” (citados no tópico 1.2), o que se encerrou ao término do SC Rural. Assim, se orientou que cada equipe organizasse o material para trabalhar os conteúdos da melhor forma, a partir da base impressa que se tinha, porém adequando-a à realidade e às condições que havia.

A partir desta orientação, muitas foram as táticas para se adequar: algumas equipes reproduziram os próprios cadernos, porém sem serem coloridos. Ocorreu distribuição de material para os jovens em meio digital. Equipes entregaram pastas e outras ministraram as etapas sem distribuir material de apoio por entender que não seria necessário.

Tal fato nos levou a avaliar que, no caso de serem produzidos novos cadernos, ou qualquer material voltado a este público, será necessário ter claro como, quanto e quem fará, pois se trata de um custo elevado e, além disso, tem que se considerar a questão ambiental. Precisamos avaliar o conteúdo, a apresentação e a atratividade de qualquer material.

2.7 Os cursos temáticos

Em relação ao processo educativo realizado, os cursos se dão em Centros de Treinamento da Epagri e, em algumas situações, incluíram etapas em comunidades, de forma descentralizada, como nas regiões de Florianópolis, Chapecó e da Serra Catarinense. A partir destes cursos, que denominamos “cursos completos”, a equipe realizou em 2016 uma avaliação onde se definiu por abrir a oportunidade para que jovens que participaram deste processo pudessem acessar o que intitulamos de “cursos temáticos”.

O objetivo definido foi o de propiciar espaços de aprofundamento em temáticas de interesse de jovens em cada território considerando a vocação agrícola ou pesqueira, as especificidades locais e atividades de maior destaque, como, por exemplo, pecuária de leite e de corte, fruticultura, olericultura, maricultura, entre outras possibilidades.

Enquanto as turmas completas se destinam a jovens de 18 a 29 anos, geralmente, em oito a nove alternâncias computando 220 horas/aula, as turmas temáticas buscam atender jovens de 18 a 35 anos. Esta ampliação da faixa etária visa contemplar aqueles que, ao terminar o curso completo, já têm 29 anos.

O conteúdo programático do curso temático deve ter, no mínimo, 72 horas/aula divididas em três a cinco alternâncias, conforme a realidade de cada turma de jovem trabalhada. Nas duas modalidades se parte dos quatro eixos norteadores (humano-social, ambiental, gerencial e tecnológico).

CAPÍTULO 3

RESULTADOS DO DIAGNÓSTICO

SOBRE A AÇÃO JOVEM RURAL E DO MAR

3.1 Diagnóstico estadual: avaliar o processo para seguir

Em 2018, transcorridos seis anos da Ação Jovem Rural e do Mar, tínhamos alcançado um número expressivo de participantes, conforme pode ser observado na Tabela 2, que mostra a soma por Centro de Treinamento, em cada ano, e a soma total das turmas, ano a ano. Tal resultado nos fez concluir que deveríamos continuar, porém teríamos que conhecer melhor as motivações dos jovens para participar dos cursos oferecidos, e o que esta participação repercutia em suas vidas e na vida de suas famílias.

Tabela 2. Jovens capacitados - Cursos Completos - 2012-2018

Centro de Treinamento	Jovens capacitados - Cursos completos - 2012-2018						Total por Cetre
	2012/13	2014	2015	2016	2017	2018	
Cetrag	22	26	42*	24	23	31	168
Cetrar	13	33	24	25	39	28	162
Cetre	24	21	19	31	-	20	115
Cetrecampos	18	20	25	25	38	32	158
Cetrecan	20	21	23	25	24	26	139
Cetrec	15	27	35	31	30	29	167
Cetredia	22	26	21	32	28	30	159
Cetrei (jovens rurais)	23	24	24	-	-	-	71
Cetrei (jovens mar)	-	-	-	19	19	26	64
Cetrejo	24	24	24	28	24	30	154
Cetresmo	27	28	28	63*	31	28	205
Cetrevi	24	30	23	31	99*	33	240
Cetreville	-	-	15	21	19	21	76
Cetuba	52*	32	25	27	34	30	200
Total Cetres	284	312	328	382	408	364	2.078

*Duas turmas de jovens no ano.

Ao nos depararmos com computo que registrava mais de dois mil participantes, fomos instigados a saber quantas participantes seriam mulheres, o que pode ser visto na Tabela 3.

Tabela 3. Jovens participantes nos cursos - 2012 a 2018: H (homens) e M (mulheres)

Centro de Treinamento	2012-13		2014		2015		2016		2017		2018	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Cetrag	15	07	20	06	34	08	21	03	20	03	27	04
Cetrar	10	03	25	08	23	01	21	04	32	07	16	12
Cetre	16	08	17	04	19	00	22	09	-	-	15	05
Cetrecampos	17	01	17	03	21	04	21	04	28	10	24	08
Cetrecan	17	03	14	07	17	06	19	06	15	09	19	07
Cetrec	12	03	23	04	30	05	22	09	27	03	24	05
Cetredia	19	03	22	04	19	02	28	04	24	04	23	07
Cetrei (rurais)	20	03	21	03	21	03	-	-	-	-	-	-
Cetrei (mar)	-	-	-	-	-	-	16	03	17	02	22	04
Cetrejo	18	06	22	02	18	06	23	05	22	02	24	06
Cetresmo	23	04	23	05	24	04	52	11	21	10	21	07
Cetrevi	19	05	24	06	21	02	26	05	82	17	27	06
Cetreville	-	-	-	-	13	02	15	06	12	07	15	06
Cetuba	45	07	28	04	20	05	23	04	24	10	20	10
Total Parcial de homens e mulheres	231	53	256	56	280	48	309	73	324	84	277	87
Total de jovens por ano	284		312		328		382		408		364	
Percentual homens e mulheres por ano (%) nos Cetres	81%	19%	82%	18%	85%	15%	81%	19%	79%	21%	76%	24%
Total Geral	2.078 jovens											
Total Homens	1.677- 80,70%											
Total Mulheres	401- 19,30%											

A partir de dados como estes e da experiência da Gerência Regional de Tubarão de fazer a avaliação do processo em sua área de abrangência, ficou definido que faríamos um Diagnóstico Estadual sobre a Ação Jovem com ênfase nos cursos de formação. O entendimento é que se tratava de um instrumento necessário para termos dados mais consistentes sobre o que fazíamos, além de divulgar e registrar a memória do trabalho.

Propusemos dois formulários (Anexo IV), um voltado aos jovens e outro aos técnicos. O intuito era termos diferentes visões na análise do processo, beneficiários e instrutores e/ou extensionistas. Inicialmente, tivemos resistência de alguns gerentes e técnicos sobre o porquê de fazer o diagnóstico e o que seria feito com o material coletado, que alegavam muito trabalho em andamento. Buscou-se deixar claro que o intento era termos dados oficiais sobre o impacto da Ação Jovem na vida de participantes e familiares, o que nos traria respaldo, inclusive, na formulação de políticas públicas específicas ou na busca de recursos. Embora o material colhido seja válido para avaliar o processo e refletir sobre o realizado, trazendo subsídios para a continuidade do trabalho, não conseguimos alcançar a totalidade de retorno de respostas dos jovens, conforme mostra a Tabela 4.

Tabela 4. Jovens capacitados que responderam o questionário - 2012 a 2017

Centro de Treinamento	Nº Jovens capacitados	Nº jovens que responderam o questionário	Percentual de participantes (%)
Cetrag	137	93	67,88
Cetrar	134	66	49,25
Cetre	95	62	65,26
Cetrecampos	126	53	42,06
Cetrecan	113	77	68,14
Cetrec	138	87	63,04
Cetredia	129	100	77,51
Cetrei (jovens mar)	38	35	92,10
Cetreville/Cetrei*	126	106	84,12
Cetrejo	124	76	61,29
Cetresmo	177	69	38,98
Cetrevi	207	74	35,74
Cetuba	170	170	100
Total	1714	1068	62,31

*Os resultados da pesquisa dos dois Centros de Treinamento foram compilados em conjunto.

O resultado apresenta pistas que podem ser convertidas em subsídios para continuar atuando com jovens, bem como para propor outras ações voltadas a este público. Dos 1.060 jovens, nem todos responderam todas as questões do questionário, como poderá ser visto. Entretanto, estamos diante de percepções que dizem respeito à postura que a geração juvenil vem assumindo de querer ser protagonista.

3.2 O resultado do Diagnóstico Estadual

3.2.1 As respostas de jovens

Para facilitar a compreensão, apresentamos o resultado das questões ligadas a cada tema, com as respectivas respostas e algumas ponderações sobre as mesmas, em dois blocos: o Bloco A contempla temas e questões que podemos denominar de cunho mais pessoal e o Bloco B procura agregar aspectos profissionais e de formação.

Em cada tema, há uma questão primeira, foco de investigação. Após, quando necessário, buscamos entender melhor o que nos era posto sem utilizar formulários de múltipla escolha, apenas escutando os jovens. A orientação era que, para cada resposta, buscássemos entender o que o jovem queria dizer com o que dizia.

Assim, em cada rol de respostas, fizemos aproximações por “nuvens de semelhanças”, pois as falas eram espontâneas, qualitativas e sem o uso de questionário “múltipla escolha”. Elencamos as respostas partindo da mais até a menos citada com o objetivo de ver o que se mostrava mais forte para os jovens, como poderá ser observado em cada questão. Os jovens ficaram livres para responder todas ou apenas as questões que se sentissem confortáveis, de modo que são diferentes os números de respostas a cada questão.

Bloco A - Aspectos pessoais

O Bloco A apresenta os resultados de temas, e respectivas questões, sobre aspectos como motivações para permanecer ou sair do espaço agrícola ou pesqueiro, possível contribuição do curso para a permanência, percepção sobre relações, sucessão familiar, autonomia e transformações pessoais, conforme passaremos a ver.

Tema: Permanência na agricultura

Questão: após participar do Curso, você permanece na agricultura e/ou na pesca?

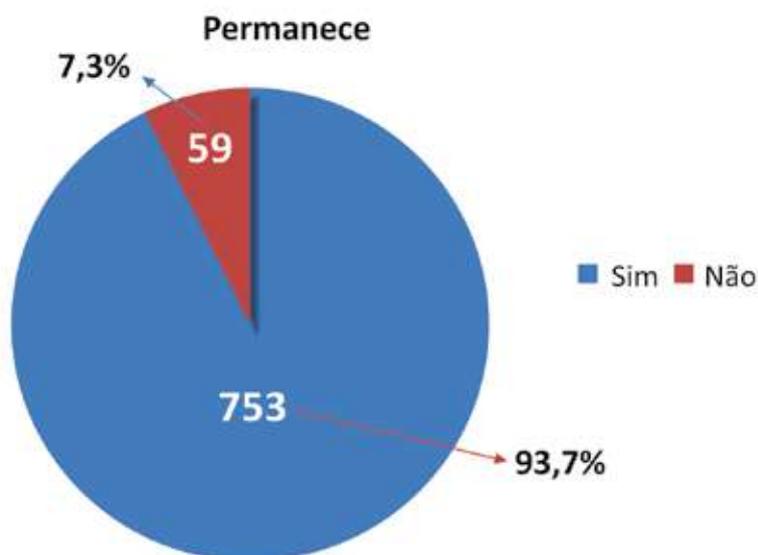


Figura 3. Permanência de jovem na agricultura e/ou na pesca após participar do Curso

No exercício de escutar os jovens sobre os motivos para sair ou permanecer na agricultura ou na pesca, do mais ao menos citado, podemos constatar-los a seguir.

Como fatores preponderantes para **sair**, três foram citados:

- Sucessão familiar (não efetivação)
- Renda
- Não se identifica com a atividade

Em relação ao que os faz decidir por **permanecer**, os fatores se mostram mais amplos, e foram, do mais ao menos citados, os seguintes:

- Qualidade de vida
- Gostar de trabalhar na agricultura, na pecuária, na pesca
- Renda
- Ser autônomo
- Sucessão familiar (efetivada ou em andamento)
- Organização da família

- Empreender (ter oportunidade e autonomia para tal)
- Incentivo dos técnicos

Nesta primeira questão, as respostas apontam que, dos jovens que participaram dos cursos entre 2012 e 2017, 93,7% de jovens permaneceram e 7,3% saíram. Os três primeiros fatores que mais contribuíram para permanecer foram a qualidade de vida, seguida da oportunidade de fazer uma atividade que gosta e, na sequência, a renda. Ou seja, viver com satisfação pessoal em um lugar que considera ter condições melhores do que no meio urbano e conseguir renda com o que escolheu fazer.

Visando entender um pouco mais o significado das respostas, perguntamos o que queriam dizer com “qualidade de vida”. Responderam que se referiam a ter a própria atividade com mais liberdade, desfrutar de “ar puro”, viver em um local mais silencioso, seguro e com possibilidades de produzir e comer um alimento mais saudável.

Depois da qualidade de vida e da satisfação com o que faz, apareceu o fator renda. Este resultado, contrariando uma visão inicial de muitos técnicos, dirigentes, lideranças e autoridades de que o jovem só permanece se tiver, em primeiro lugar, renda, mostra outros fatores que são considerados quando se opta por permanecer. Trata-se de uma complexidade de fatores que inclui o exercício da autonomia, o processo de sucessão familiar e a possibilidade de empreender em atividades com as quais se identifica.

Junto com estes fatores, também foi citado o incentivo de extensionistas da Epagri, os quais, na visão de jovens, além de compartilhamento de ideias, possibilidades e alternativas, incentivam e indicam opções que o jovem ou a família não conseguem vislumbrar, mas que o extensionista, olhando de fora, identifica e apresenta.

Por outro lado, quando nos detemos em analisar os motivos de saída dos jovens, está a sucessão familiar em primeiro lugar. Ao escutá-los sobre esta resposta, tal aspecto diz respeito à dificuldade que muitas famílias e, em especial, o pai, ainda têm de dar espaço a um filho ou a uma filha para que exerça e ganhe autonomia, o que acaba por levá-los a sair rumo ao meio urbano para ter independência e renda, fator que aparece em segundo lugar como motivador para a saída. Não se identificar com a agricultura ou a pesca é o terceiro fator que leva jovens a buscarem outros lugares para trabalhar.

A primeira questão nos mostrou qual percentual de jovens, após participar do curso, decidiu sair ou ficar na propriedade e fatores considerados em suas decisões. Com estes dados, ficamos instigados em saber se o curso teria contribuído para a permanência.

Questão: qual foi a contribuição do Curso para a sua permanência na propriedade?

- Conhecimento
- Tornou a atividade mais rentável
- Colocar em prática o que foi aprendido
- Identificar investimentos a serem feitos
- Motivação
- Fez perceber que a atividade tem viabilidade
- Profissionalização
- Mudança de visão
- Melhor expectativa de vida
- O curso fez decidir ficar na propriedade
- Maior aproximação com os técnicos

As respostas apontam que o acesso ao conhecimento é o fator mais importante para os jovens, pois querem estar atualizados e por dentro de novidades pelo fato de se sentirem dentro do contexto socioeconômico como produtores, profissionais e cidadãos que podem contribuir com processos inovadores em suas propriedades e comunidades.

A possibilidade de colocar em prática o aprendido é resultado da metodologia. A realização de cursos em alternâncias possibilita ao jovem trazer para a sala de aula a experiência do vivido com seus pais, e levar para casa o que vê em termos teórico-práticos.

A relação de proximidade jovem/família/extensionista com as idas mais frequentes à propriedade corrobora com o papel orientador que cabe aos profissionais de ATER, o que é avaliado como muito positivo por jovens, familiares e extensionistas. A aproximação maior com o extensionista permite que este, como um agente externo à família, possa contribuir com a apresentação de atividades e alternativas que são identificadas como possíveis e viáveis, bem como com investimentos interessantes para aquele contexto familiar, o que amplia o olhar do jovem e da família para questões antes não observadas.

O conjunto de tais fatores contribui para que, por um lado, o jovem e a família se sintam com melhor expectativa em relação à qualidade de vida. Por outro lado, que o jovem opte por permanecer por ver a possibilidade do que, em seu entendimento, é uma boa forma de viver e de exercer a profissão com a qual se identifica e que escolheu para si.

Após ter acesso, nas questões um e dois, sobre os motivos que fazem o jovem sair ou permanecer na propriedade e se o curso teria contribuição para tal, desejávamos avançar. Queríamos saber se temas ligados ao eixo humano-social, como memória familiar, gratidão e reverência aos antepassados, conflitos e relações intergeracionais, entre outras, teriam contribuição em relações familiares, sucessão familiar e autonomia.

Tema: relações familiares

Questão: você percebe alguma mudança nas relações familiares após o curso? Poderia nos relatar?



Figura 4. Percepção do jovem sobre mudança nas relações familiares após o Curso

A questão anterior nos remete a um resultado não mensurável, mas fundamental, pois diz respeito à construção de relações mais afetivas entre pais e filhos, especialmente quando nos referimos ao espaço rural ou pesqueiro. Em muitas famílias foi perceptível para jovens, familiares e técnicos a mudança de postura, tanto de pais, quanto de

jovens com repercussão em mais interesse por parte dos genitores sobre assuntos de interesse de filhos e filhas e abertura ou ampliação do diálogo sobre temas diversificados, incluindo a divisão de tarefas.

Por sua vez, os jovens admitem, em suas falas com os extensionistas ou nas avaliações feitas em sala de aula, que passaram a ver os pais e as mães com outro olhar, com mais respeito às suas opiniões e sentimento mais forte de gratidão pelo que conseguiram para as famílias, com a compreensão sobre o porquê têm suas posturas e seu jeito de ser.

Segundo relato oral de jovens, pais, mães, cônjuges, irmãos e irmãs, quando são visitados em suas casas ou em momentos realizados nos Centros de Treinamento, como a formatura, as oficinas ou os encontros específicos com os pais, o Curso contribui com o processo de amadurecimento na relação familiar a partir do momento em que trabalha aspectos da autoestima pessoal e familiar, da memória e do resgate da trajetória da família, das relações entre pais e filhos e da gratidão aos antepassados.

Há uma distância entre perceber alguma mudança nas relações familiares e, efetivamente, dialogar e efetivar o processo de sucessão. Desta forma, buscamos entender como os jovens viam o tema sucessão familiar.

Tema: Sucessão familiar

Questão: você já assumiu a propriedade ou a família iniciou o processo de sucessão?

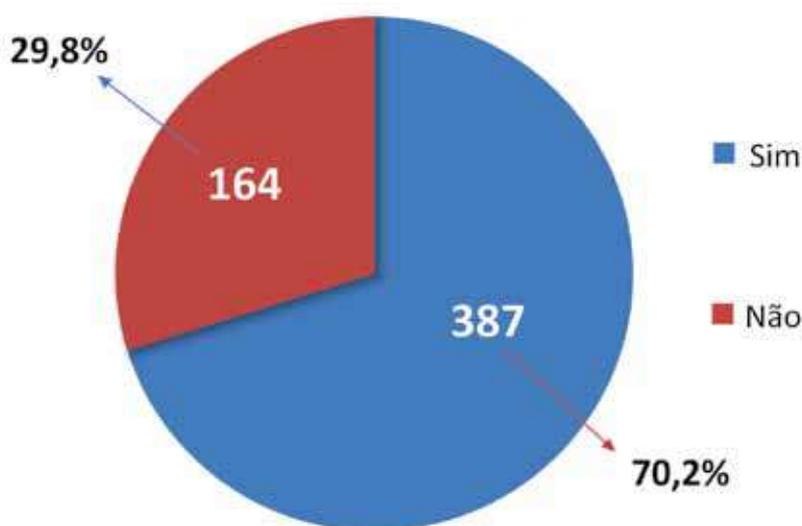


Figura 5. Jovem assumiu a propriedade ou a família iniciou o processo de sucessão

Questão: como você sente a evolução do processo de sua autonomia (do ponto de vista pessoal e profissional)?
O que falta para avançar?

Ao refletir sobre esta questão, os jovens nos expuseram suas percepções em relação à evolução da autonomia e sobre o que falta para avançar, conforme podemos observar a seguir.

Em relação à evolução no processo de autonomia, do mais ao menos citado, estão:

- Contribui com as decisões familiares
- Assumiu algumas atividades

- Trabalham em família a partir da divisão de tarefas
- Assumiu metade da propriedade
- Há troca de ideias e informações

Sobre o que falta para avançar, do mais ao menos citado, surgiram:

- Muitos pais são jovens e estão na ativa trabalhando com eles
- A sucessão está em andamento. Não se efetivou, mas já começou
- Há resistência à sucessão. Não foi definida a sucessão
- Já sou dono
- Comprei terra
- Problema na família

Identificamos alguns aspectos a serem considerados ao analisar as respostas desta questão voltada a compreender o processo de sucessão familiar, reunidos em dois grupos: O primeiro grupo aproxima ideias relacionadas ao processo de sucessão que jovens e pais consideram que está efetivado ou em andamento. Há jovens que entendem que sua autonomia está sendo conquistada à medida que vão assumindo algumas atividades, a metade ou parte da propriedade e passam a contribuir efetivamente com as decisões familiares. São mais escutados pelos pais com troca de ideias, informações e sugestões.

Neste agrupamento de ideias, precisamos nos referir também à maneira como nós, técnicos, inicialmente olhamos as famílias e, muitas vezes, concluímos, a partir de nossas cosmovisões, que o processo de sucessão não está andando. Entretanto, quando conversamos com filhos e pais, nos deparamos com outra forma de entender a situação. Na fala de muitos deles, “a família trabalha junto”. Não precisa o pai dar lugar ao filho para a sucessão ser considerada efetivada, pois entendem que tudo foi, é e continuará sendo feito em conjunto, “em família”. É visto como “normal” trabalhar em conjunto, uma das características da agricultura familiar, o que nem sempre é harmonioso.

Outro aspecto é que, em muitos casos, não há como os pais cederem lugar aos filhos, pois são ainda muito jovens e têm um longo caminho à frente. Este caminho, segundo alguns jovens, será feito com pais e filhos trabalhando lado a lado, quando a opção for permanecer. Ou sozinho, quando os filhos optam por sair da propriedade, seja porque não se identificam com a atividade, seja porque os pais não abrem espaço e não há diálogo.

O segundo grupo diz respeito àquelas famílias em que a sucessão não avança e os pais, em especial, o pai, geralmente chamado “chefe da família”, não cede espaço para que os filhos possam exercitar sua criatividade, aptidão ou o conhecimento adquirido em outros lugares. Nestas situações, há muito ainda a avançar no processo de sucessão familiar quando nos referimos a filhos assumirem mais as atividades e terem, de fato, autonomia para decidir o que, quando e como investir ou melhorar a propriedade. Há situações difíceis, de convivência tensa, em que constatamos o jovem ser um em sala de aula, espontâneo e expondo suas ideias, e outro na presença dos pais, silencioso e cabisbaixo.

Entra aqui a situação das “moças”, que envolve, no mínimo, dois fatores. O primeiro diz respeito ao fato de que, na maioria das vezes, a agricultura continua fortemente pautada por um processo de sucessão em que o domínio continua sendo masculino (BOURDIEU, 1999). O pai prioriza passar a propriedade para um filho mesmo que seja a filha que demonstre querer ficar reproduzindo questões que fazem com que as mulheres ainda sejam consideradas o segundo sexo (BEAUVOIR, 1991 [1947]). Assim, quando vê que não terá espaço, ela busca oportunidade geralmente nas cidades próximas.

Outro fator refere-se à violência doméstica em que as filhas são incentivadas, principalmente pelas mulheres da família, a ter outra vida, diferente da que a mãe tem. Neste aspecto, em pesquisa realizada no Extremo Oeste de Santa Catarina, o pesquisador Rodrigo Kummer escutou das moças o motivo de saírem: “Não é porque não gosta da roça, é para fugir dos homens da roça” (KUMMER, 2019).

Há ainda jovens que, ao perceberem que não seria efetivado qualquer encaminhamento para a sucessão, compraram terra e se tornaram, eles próprios, os donos das propriedades. Desta forma, avaliam que alcançaram sua autonomia e liberdade de decisão sem esperar o pai realizar o processo de sucessão a partir da propriedade da família.

Entram neste grupo ainda os que enfrentam problema familiar, seja de doença séria do pai, da mãe, de algum parente, seja de indefinição sobre quem ficará na propriedade, pois a família não aborda o assunto. Nestas situações, a sucessão ainda é um tema “tabu” que exige muita cautela para ser abordado e um longo caminho para ser posto como tema de diálogo.

Após as duas questões anteriores, em que buscamos escutar o jovem sobre as relações familiares e o processo sucessório, passamos a escutá-lo sobre o que podemos definir como autopercepção, buscando captar como ele se vê após o curso. Foi solicitado que fizesse uma análise sobre si próprio como pessoa, avaliando como era quando entrou no processo de formação e como saiu: pior, melhor, igual.

Tema: avaliação pessoal

Questão: em sua opinião, depois do curso, você está: pior, melhor, igual

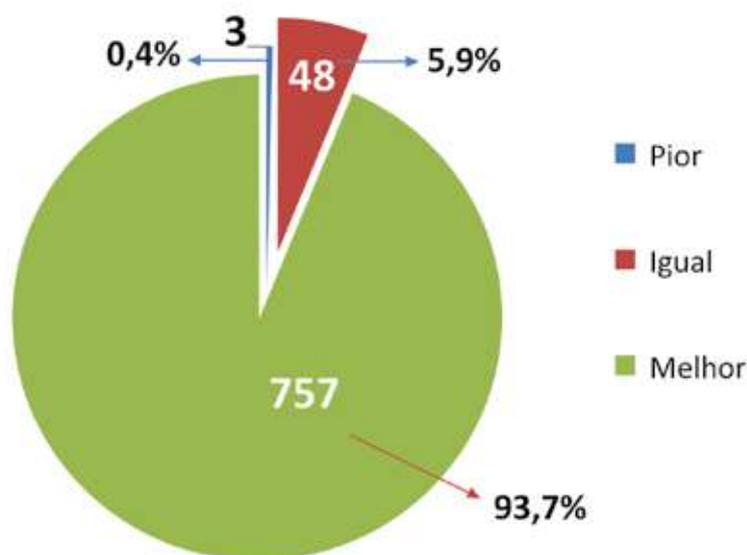


Figura 6. Depois do curso, o jovem avalia que está: pior, melhor, igual

Questão: Por que de sua resposta?

Do mais ao menos citado, tivemos como motivos para dizer que está melhor:

- Tenho mais autoconfiança
- Adquiri mais conhecimento

- Coloquei em prática o que aprendi
- Melhorias na propriedade
- Mais produção
- Capacitado
- Mais renda
- Futuramente serei meu próprio patrão

Sobre identificar que está igual, foram citados dois tópicos:

- Resistência dos pais
- Falta de recursos

Ao questionar os jovens se, depois do curso, consideravam que estavam melhor, igual ou pior, três jovens avaliaram estar piores, pois não observaram avanços em sua vida; 48 iguais e 757 melhor. Ao questioná-los sobre os porquês das respostas, dos que afirmaram estar iguais, pois consideram que ainda enfrentam resistência dos pais na efetivação do processo de sucessão familiar e pela realidade de dispor de poucos recursos financeiros.

Os que disseram que melhoraram citam como fatores sentirem-se mais confiantes, avanços em conhecimento e terem conseguido aplicar o que aprenderam, constatando melhorias na propriedade, com aumento visível em qualidade de vida, produção e renda. O jovem que está neste grupo consegue vislumbrar um futuro promissor em que será seu "próprio patrão". Volta à tona o quanto presam a liberdade e a autonomia.

Após o disposto no Bloco A sobre questões mais pessoais, passamos ao Bloco B que nos mostrará aspectos mais relacionados ao exercício profissional, como a aplicação do projeto na propriedade, como investimento em atividade que a família já realizava ou como inovação, apoio financeiro, inclusão digital, investimento em outras alternativas, possibilidade de ser uma referência no que faz e continuidade no processo de atualização.

Bloco B - Aspectos profissionais e de formação

Inicialmente, o objetivo foi coletar informações sobre a aplicação do projeto dentro do cronograma proposto, bem como identificar dificuldades e avanços.

Tema: Projeto do jovem

Questão: o seu projeto foi aplicado conforme o cronograma proposto?

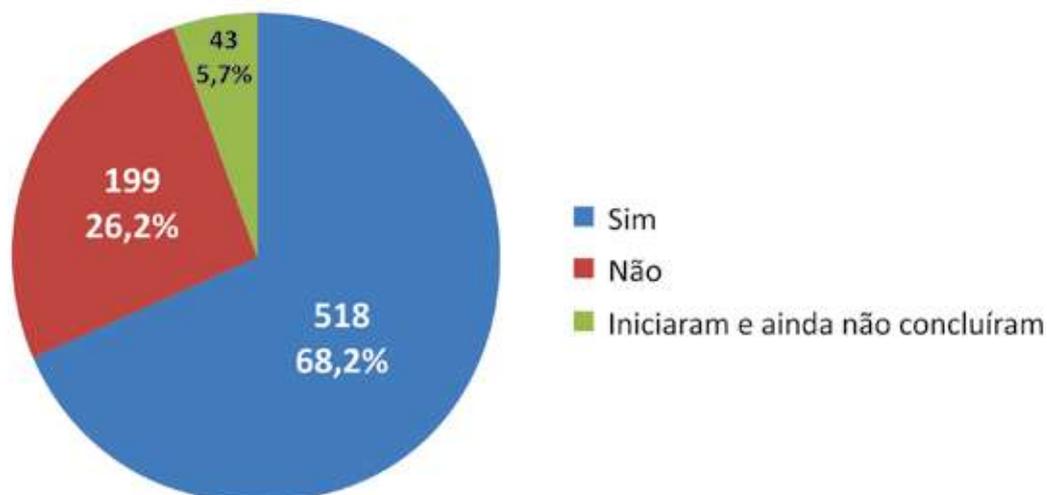


Figura 7. Aplicação de Projeto conforme cronograma

Ao buscarmos entender os avanços ou os motivos para a não aplicação do projeto, os jovens expuseram o seguinte:

Dos que foram positivos na resposta e aplicaram o projeto, tivemos quatro respostas mais citadas sobre o que constatam:

- Aumento da produção
- Melhorou o processo produtivo
- Mais confiante na propriedade
- A propriedade evoluiu

Já entre aqueles que o projeto não foi aplicado ou não avançou, tivemos os seguintes motivos, do mais ao menos citado:

- Não encaminhou o projeto por opção
- Resistência da família à sucessão
- O projeto foi realizado em parte
- Falta de recurso próprio à contrapartida
- O projeto não foi aprovado. Não recebeu recurso devido ao "ranking" que era realizado

A maioria dos projetos (Anexo V) elaborados foi colocada em prática, conforme pode ser constatado na Figura 7. (68,2%), o que resultou em aumento e melhoria da produção impactando positivamente na propriedade. Outra parte de jovens optou por não encaminhar o projeto porque não viu necessidade ou por resistência da família em inovar. Há também alguns projetos que foram iniciados, mas não aplicados em sua totalidade.

Em outra parcela de jovens se constata dificuldade financeira. A pouca disponibilidade ou inexistência de recursos para contrapartida é real em muitas regiões, o que demanda pensar linhas de crédito específicas, ou prioridade de recursos para este perfil de jovem que não investe por não ter condições financeiras para tal. Seguindo o papel social de ATER gratuita, este público é prioritário e precisa ser incluído.

Um terceiro grupo de jovens não teve o projeto aprovado por fatores como não ter alcançado a qualidade desejada, não ser factível de ser aplicado e não ficar claro se viria a dar retorno financeiro para a família ou o jovem não tinha amadurecido o que queria.

Outros, ainda, porque os recursos do SC Rural, nos primeiros anos, não eram suficientes para todos e havia o “ranqueamento” em que apenas os classificados recebiam recurso. Com o encerramento do SC Rural, entrou o apoio financeiro da SAR, via FDR, e foram feitas mudanças com o intuito de incluir os jovens com suas propostas para que não sejam “eliminados” por uma classificação. A partir desta experiência se revisou a forma de atuar, pois o objetivo é incluir o maior número possível de jovens, desde que seus projetos sejam pertinentes a partir de suas escolhas em diálogo com as famílias.

Desta forma, continua o processo de elaboração e avaliação da viabilidade dos projetos em que são levadas em conta questões como sustentabilidade em termos ambientais (está de acordo com a legislação vigente, prevê sistemas alternativos), sociais (participação familiar, valorização dos membros da família), financeiros (retorno, viabilidade) e de humanização do trabalho (a atividade vai otimizar o tempo, vai se tornar mais humana), preferência do jovem e apoio familiar.

Ao invés de ter uma “banca de avaliação”, como era feito nos primeiros anos dos trabalhos, a orientação estadual prevê realizar uma “roda de diálogo” em que o jovem apresenta sua proposta, em sala de aula, e uma equipe de técnicos busca contribuir a partir de questões de esclarecimentos e sugestões voltadas à qualificação do projeto para que seja finalizado. Aprovado neste momento em sala de aula, os encaminhamentos são feitos pelos Escritórios Municipais para envio do processo ao FDR.

Liberado o recurso, o projeto é aplicado e o jovem e sua família têm acompanhamento de Extensionistas Municipais que orientam a gestão da propriedade a partir do trabalhado em sala de aula com planilhas e plano de propriedade, muitas vezes com uso da tecnologia a partir da aquisição do “Kit Informática”, sobre o qual falaremos.

Após a execução do projeto elaborado, dificuldades e avanços na sua aplicabilidade, nos detivemos em saber sobre o recebimento de apoio financeiro para investir no projeto, seja do SC Rural, seja do FDR, conforme podemos verificar.

Tema: apoio financeiro

Questão: você recebeu apoio financeiro do SC Rural ou do FDR?

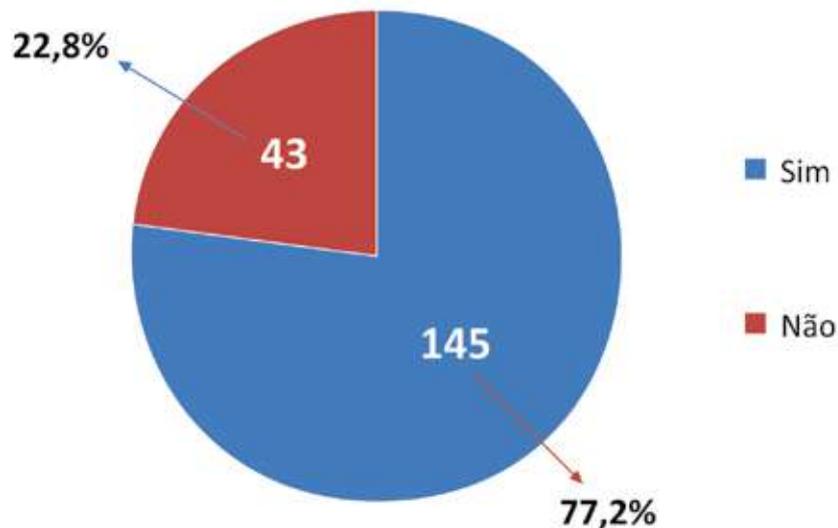


Figura 8. Jovens que receberam recursos

A maioria dos jovens que respondeu a esta questão recebeu apoio financeiro do SC Rural, com recursos que foram aportados às turmas de 2012/13 a 2016. Ou do FDR, que passou a ser a fonte financiadora após a finalização daquele Programa, a partir de 2017.

Para todos, receber o recurso fez a diferença em suas vidas, pois possibilitou investir em algo desejado, mas que não se tinha coragem ou iniciativa para começar. Ou seja, o valor recebido foi o incentivador que faltava para colocar em prática o que se tinha como proposta de melhoria ou inovação. Para muitos, o recurso foi uma parte pequena, pois entraram com uma contrapartida igual ou maior (Anexo VI), mas recebê-lo teve o valor simbólico do “pontapé inicial” para alcançar o que se desejava.

Neste agrupamento de questões ligadas a investimentos e políticas públicas, entra o “Kit Informática”. Avaliado pelos jovens como central para o acesso virtual e a conectividade necessária no mundo contemporâneo.

Tema: conectividade

Questão: você adquiriu o “Kit Informática”? O que adquiriu?

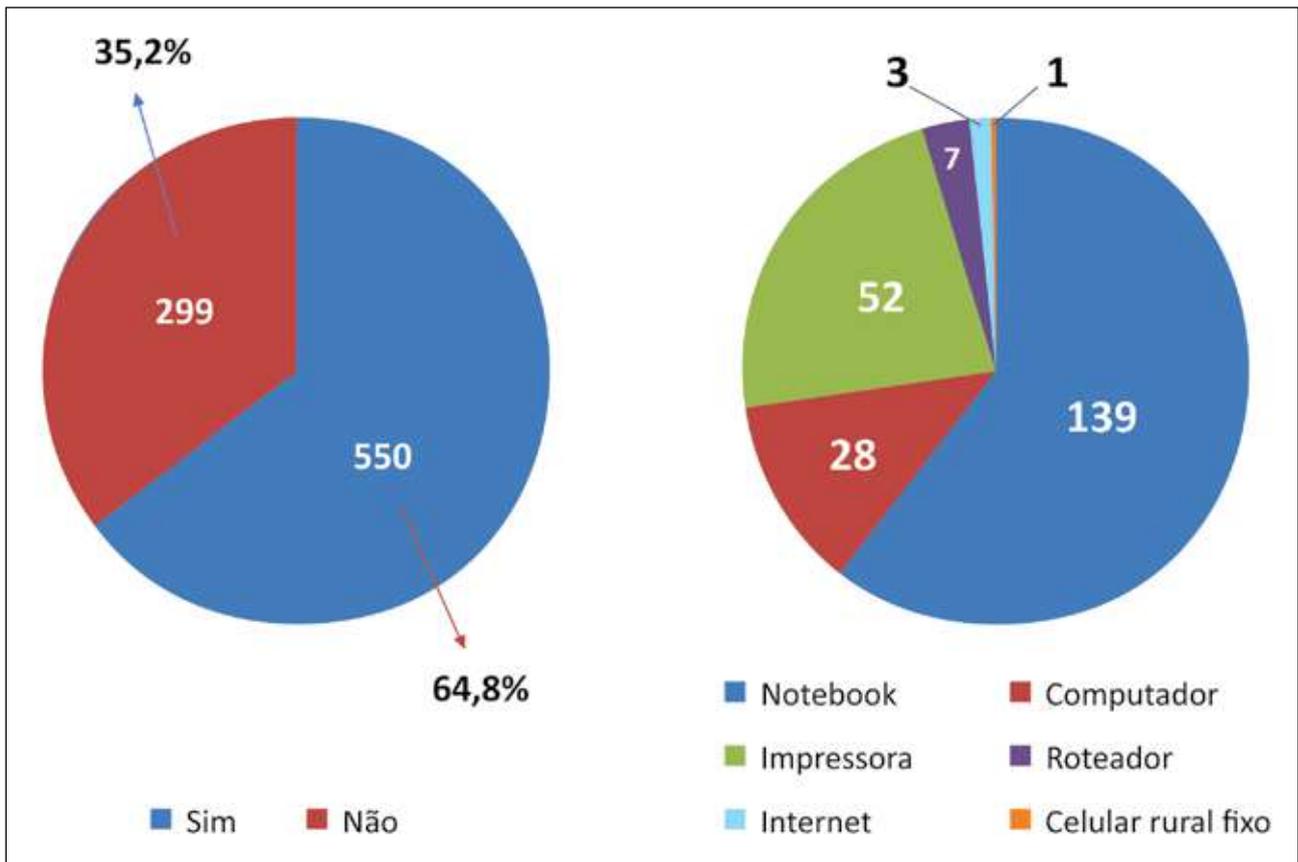


Figura 9. Aquisição do Kit informática Figura 10. Itens adquiridos

Questão: qual impacto desta aquisição em sua vida?

A maioria das aquisições foi notebook, seguido de impressora e computador. Em muitos casos, o jovem adquiriu notebook e impressora, ou computador e impressora, compondo o que desejava. Alguns priorizaram antenas para viabilização de internet, roteador ou celular fixo, o que, segundo eles, mudou a vida pela facilidade de comunicação.

Quando iniciaram os primeiros passos no trabalho com jovens, alguns técnicos e dirigentes pressupunham que os mesmos queriam apenas acesso a redes sociais. Entretanto, foi possível constatar, a partir do diálogo com os jovens e de visitas às suas casas, que a aquisição vem contribuindo em muitas frentes, como, por exemplo:

- Atualização de informações;
- Acesso a redes sociais;
- Organização de dados da produção;
- Pesquisa sobre compra e venda ou sobre temas ligados a trabalhos de aula (por exemplo, aqueles que cursam nível superior);
- Comunicação, propaganda e venda de seus próprios produtos.

As respostas dos jovens apontaram-nos uma amplitude de motivações em relação ao impacto da aquisição em suas vidas. Tem destaque o fato de possibilitar estarem atualizados sobre compra e venda, condições de ter acesso às redes sociais, conseguirem organizar dados de produção e fazerem o controle administrativo. Aliada a estes se inclui a comunicação virtual e rápida, que facilita a divulgação e a venda de seus produtos, bem como poder pesquisar, tanto preço em relação à propriedade, quanto temas de estudos para aqueles que cursam nível superior.

Ou seja, é uma gama de motivações que os levam à aquisição de itens que venham a melhorar o acesso à internet e ao mundo virtual.

Depois de ter noção do que e como foram aplicados o projeto elaborado e a utilização de recursos financeiros, bem como o acesso à política pública voltada à internet com o Kit Informática, a questão seguinte se deteve em saber se outras alternativas foram aplicadas na propriedade, conforme pode ser visto.

Tema: novas alternativas na propriedade

Questão: após o curso você implantou outras alternativas na propriedade?

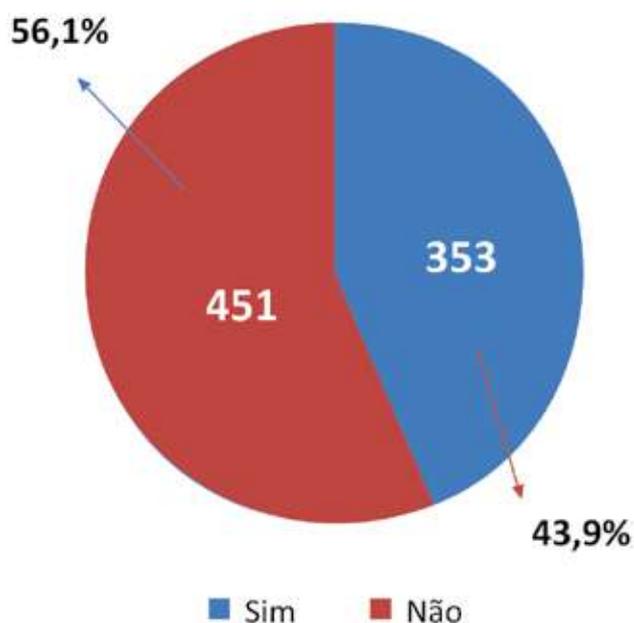


Figura 11. Implantação de novas atividades na propriedade

Questão: o que mudou com a implantação?

Segundo os jovens, as mudanças ocorridas dizem respeito a seis aspectos principais, do mais ao menos citado:

- Ampliamos o existente
- Outras criações que não tinha
- Diversificação da propriedade
- Nova atividade com outros desafios
- Mais renda
- Muito feliz em ter algo feito por mim

Dos jovens que responderam a esta questão, 56,1% optaram por continuar na atividade que a família vinha desenvolvendo por considerar que é nela que está sua vocação e seu gosto. Desta forma, melhoraram o que já era feito, mas não se arriscaram a investir em alguma inovação em outra atividade. As melhorias foram destinadas a tornar mais competitiva aquela área com a qual a família e o próprio jovem se identificam e atuam.

Por outro lado, 43,9% dos jovens implantaram outras alternativas, os quais observam e citam, como mudanças, a ampliação do que já existia, a inserção de outras criações, a diversificação da propriedade e a repercussão de mais renda. O que é interessante, nesta análise, é que a inserção de uma nova atividade foi vista pelo jovem como enfrentamento de outros desafios, pois teve que sair de sua “zona de conforto”. Como resultado direto, apontam que está a felicidade que sentem por ter feito algo por eles próprios.

Com questões mais afeitas ao aspecto profissional, passamos a uma questão que se relaciona com uma ferramenta utilizada pela Epagri e trabalhada durante o curso: a Unidade de Referência Tecnológica (URT), com intuito de captar o aprendizado sobre os aspectos implicados em uma propriedade ser, ou vir a ser uma URT.

Tema: URT

Questão: você considera que sua propriedade pode servir de URT?

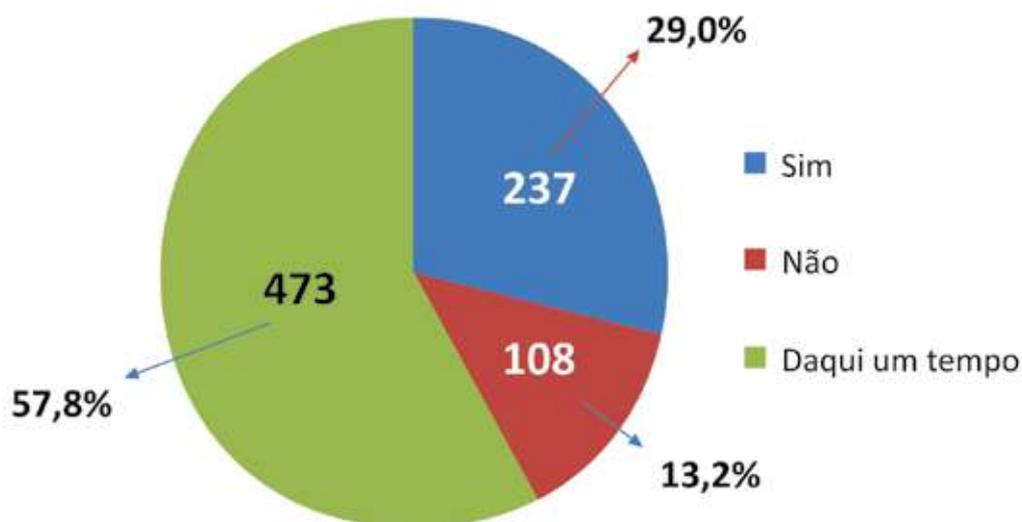


Figura 12. Propriedades com possibilidade de ser uma URT

Dos jovens entrevistados, 13,2% consideram que suas propriedades não apresentam condições de ser uma URT por três fatores: pouca Assistência Técnica, não há mudanças visíveis ou a propriedade é pequena. Tal dado mostra que perceberam, durante as viagens técnicas, que, para ser uma URT, a propriedade deve estar estruturada para ser exemplo às demais.

De outro lado, 29% avaliam que já estão com a propriedade apta a receber visitas de interessados nos temas em que seriam uma URT. Os motivos para esta assertiva seriam: a propriedade possui os meios para obter produção de qualidade; foram feitos investimentos e implantadas ideias que a tornam interessante; há um manejo diferenciado; já recebeu várias visitas de técnicos e produtores; foram efetivadas mudanças e inovações.

Por fim, há um grupo maior de jovens, 58%, que entende que não poderiam ter a propriedade reconhecida como uma URT naquele momento, mas vislumbram que, “dali a algum tempo”, com melhorias, inovações e ajustes, pode vir a ser devido ao fato de estar em mudanças ou se investindo em novas atividades. Outros motivos citados foram estar em fase de desenvolvimento ou com necessidade de alguns ajustes.

Segundo Silva (2017) os critérios para ser uma URT são os seguintes: propriedades em que a atividade já é desenvolvida, de fácil acesso, com agricultores que já participaram e participam de capacitações e são acompanhados

pela Epagri, demonstrem interesse em inovações, tenham boa aceitação junto à comunidade e que apresentem características representativas das propriedades de agricultores familiares e médios produtores da região.

O mesmo documento dispõe que a seleção, a implantação e o acompanhamento de uma URT devem ser realizados por grupos de discussão que incluem agricultores envolvidos na atividade e que residam próximo, sendo dada prioridade às propriedades com gestores jovens e em processo de sucessão familiar, onde tenha jovem já definido como sucessor.

Sobre a definição da propriedade onde será implantada uma URT, poderá ser utilizada a ferramenta denominada sociometria ou grupos naturais que permitem a avaliação da aceitação do agricultor pelo grupo envolvido (SILVA, 2017).

Após os aspectos até aqui apresentados, direcionamo-nos ao tema desafios ou problemas.

Tema: desafios ou problemas

Questão: Quais os principais desafios e/ou problemas que você ainda encontra na propriedade?

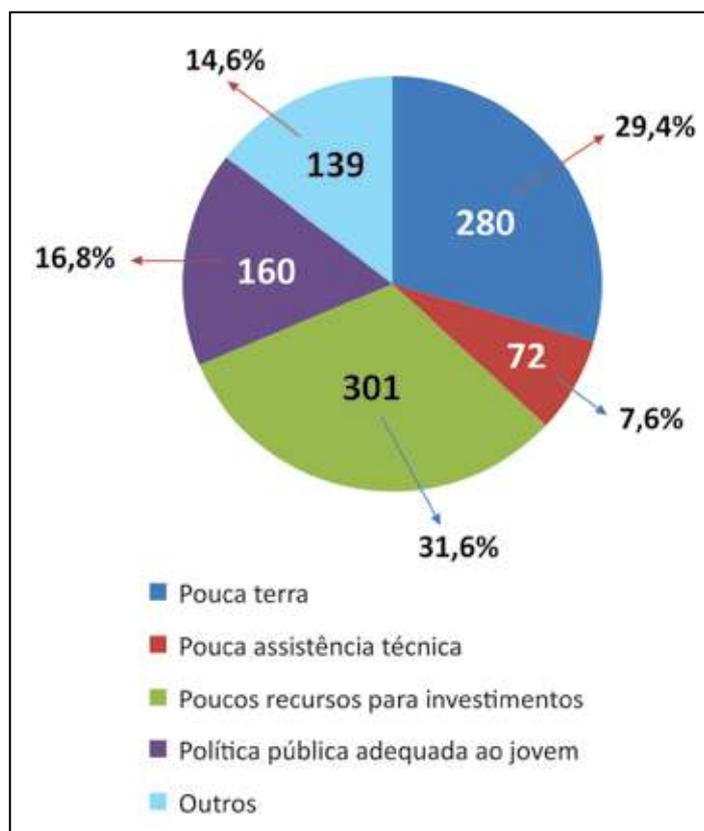


Figura 13. Desafios centrais

Outros:

- Burocracia
- Resistência as ideias dos jovens
- Comercialização
- Instabilidade do mercado
- Estradas
- Mão de obra
- Sucessão familiar
- Falta de água na propriedade
- Localização

Figura 14. Outros desafios

Entre os principais problemas em relação às suas propriedades estão, em primeiro lugar, poucos recursos para investimentos e, em segundo, a pouca disponibilidade de terra, o que implica dificuldade direta para poder efetivar uma plena autonomia e ter o que denominam de seu “próprio negócio”.

Logo a seguir, está a inexistência de políticas públicas adequadas ao público jovem, o que, segundo os mesmos, se existisse, facilitaria desde a aquisição de terra e de maquinário à definição de qual investimento seria o mais adequado à sua propriedade.

No tópico “Outros”, quarto mais citado, se encontram: burocracia, resistência às ideias dos jovens, comercialização, instabilidade do mercado, estradas, mão de obra, sucessão familiar, falta de água na propriedade e localização. Neste se destaca, primeiramente, a burocracia. Os jovens não entendem porque tudo demora tanto; por que algo, aparentemente simples, como a aquisição de uma máquina ou de material para efetivar mudanças de um sistema de leite tradicional à base de pasto, implica tantos documentos e aprovação em diferentes instâncias, acarretando morosidade para a liberação de recursos e financiamentos.

Segundo eles, se os processos fossem mais facilitados, tudo seria feito com mais rapidez e repercutiria, inclusive, no avanço dos resultados em suas propriedades, nas inovações e em melhorias que o mercado, cada vez mais, vem exigindo.

Os demais temas levantados dentro de “outros” são amplos e incluem desde a resistência às ideias dos jovens, passando pelas dificuldades de comercialização e instabilidades do mercado, seguidos pela infraestrutura, com destaque para as estradas e a própria localização da propriedade. Após, faz-se referência à mão de obra, que, cada vez mais, se vê diminuindo porque a maioria dos filhos já saiu das propriedades ou porque os pais estão mais fragilizados. A sucessão familiar é tema constante. Completa o rol de dificuldades ou desafios a questão da falta de água na propriedade, tema para o qual terão que ser pensadas formas alternativas de reserva de água, preservação e estruturação da propriedade para enfrentar os períodos de estiagem, cada vez mais frequentes.

Como problemas e desafios mais citados, o item cinco diz respeito à ATER, que os jovens gostariam que fosse mais contínua, com a presença assídua de técnicos em suas propriedades e/ou promovendo eventos de qualificação continuada nos quais possam participar e avançar em conhecimento e troca de experiências.

Após problemas e desafios, abordamos o processo de formação, conforme segue.

Tema: Processo de formação e atualização continuada

Questão: se tiver curso/s de reciclagem, em quatro etapas, você participaria?

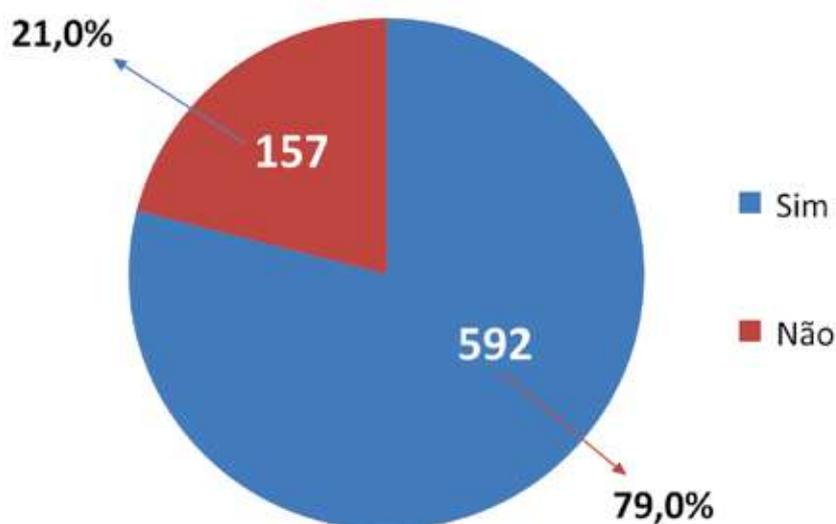


Figura 15. Interesse em participar de capacitação

As motivações centrais para participarem de cursos de reciclagem oferecidos pela Epagri ou por outras instituições dizem respeito, por um lado, ao aspecto profissional, que inclui relembrar pontos importantes da produção, manter-se atualizados e com acesso a novas ideias. Por outro lado, está o fator pessoal, muito considerado. Alimentada pelos laços afetivos criados durante o curso, foi citada como forte motivação, reencontrar os colegas.

Em contrapartida, o que leva os jovens a dizer que não participariam de cursos de reciclagem tem os mesmos motivos que levaram alguns a desistir ou a ter dificuldade em participar, efetivamente, das alternâncias: pouca mão de obra, dificuldade em dispor de tempo ou conciliar a formação oferecida pela Epagri com compromissos, como cursos de nível superior ou doenças na família que exigem dedicação de cada membro familiar.

Questão: Após o Curso, você participou em eventos de capacitação (palestras, dias de campo, cursos, oficinas, excursões, etc.), que sejam oferecidos pela Epagri ou por outras instituições?

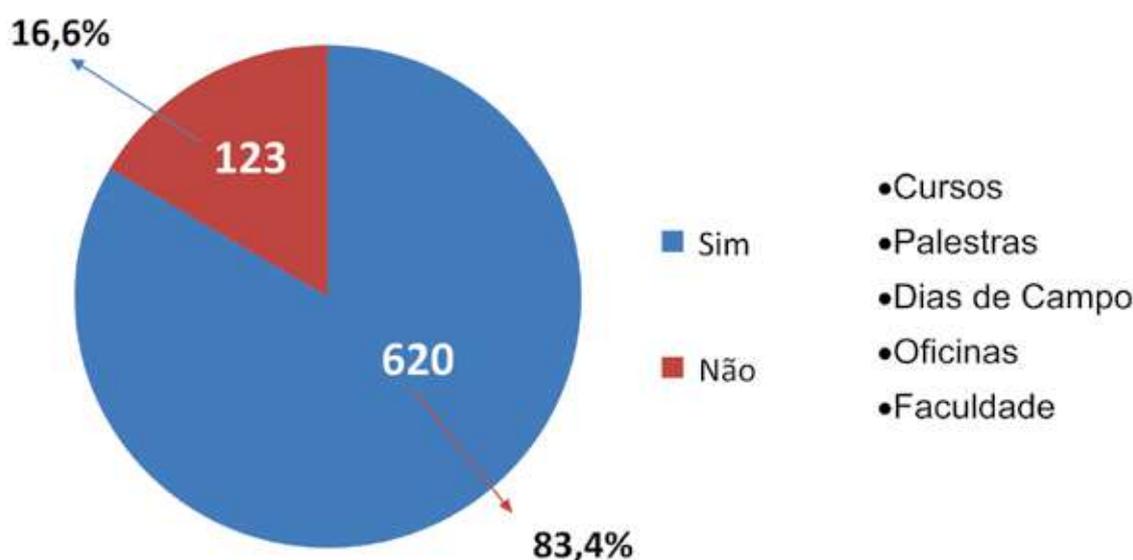


Figura 16. Participação em eventos após o curso

Enquanto a questão anterior diz respeito à possibilidade de participarem de cursos de reciclagem, esta se refere a eventos em que os jovens já tivessem participado. O motivo desta questão foi buscar entender se o jovem participa e que tipo de capacitação prefere, o que nos levou a constatar que eles têm participado de cursos, palestras, Dias de Campo, oficinas, demonstrando preferência por eventos de curta duração.

A justificativa para participar de cursos de curta duração está no fato de que permitem que o jovem fique menos tempo longe de suas atividades diárias. As motivações relacionadas a esta questão também incluem oportunidade de atualização, acesso a informações e reencontro com “colegas” que conheceram nos cursos.

Em termos de formas de organização nos espaços agrícolas e pesqueiros, carecem de renovação, pois há lideranças que estão nos cargos há muitos anos, algumas cansadas pela idade e pelo tempo de dedicação. Outras, entretanto, não querem passar os cargos. Frente a esta realidade, incluímos uma questão, conforme veremos a seguir.

Tema: Organização

Questão: Durante, ou após o Curso, você passou a fazer parte, seja como associado/a, seja como diretoria/presidente de CMDR, cooperativa, associação, colônia de pescadores, grupos de trabalho?

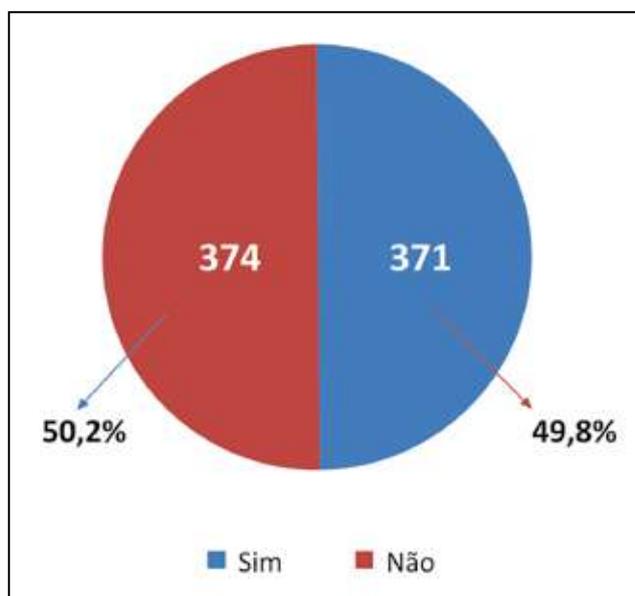


Figura 17. Participação Geral

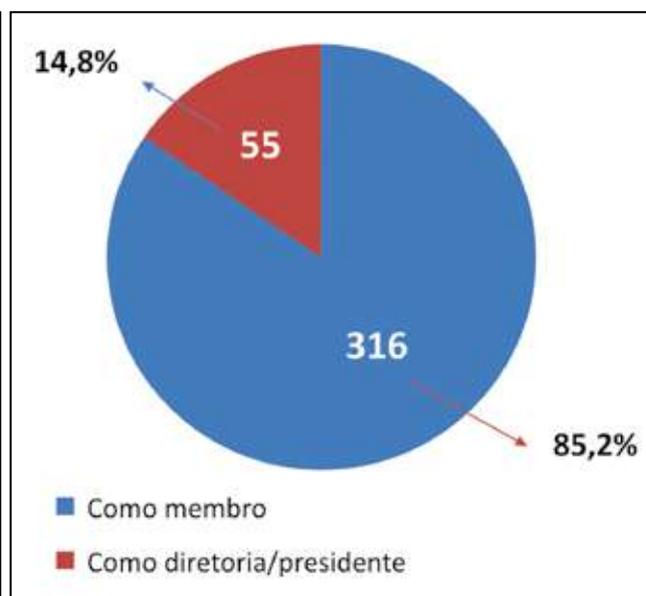


Figura 18. Participação como membro ou diretoria

Neste tópico, que trata sobre participação em espaços organizativos, da agricultura ou da pesca, alguns jovens alegam ter pouco tempo disponível para participar de instituições ligadas à organização profissional devido à mão de obra insuficiente na propriedade e que sair para qualquer reunião implica tempo para deslocamento, ausência nas atividades e sobrecarga de outros membros da família. Outros dizem que têm noção de que precisam exercitar, ser parte ativa nestes espaços, mas ainda não se animaram. Dentre os que são associados, alguns estão em cargos como presidente, ou na diretoria.

No tema organização há muito a avançar pelos motivos expostos pelos jovens, mas também por estes serem locais que não se mostram atrativos, pois as lideranças mais velhas têm hábitos arraigados. A exemplo da sucessão no contexto familiar, nestes espaços é preciso diálogo para exercitar o processo sucessório e atrair os jovens.

Após escutá-los sobre questões ligadas aos âmbitos pessoal e profissional, o espaço foi aberto para considerações finais para algum comentário, como finalização do Diagnóstico com a seguinte questão: há algum comentário, sugestão, crítica, que deseje fazer?

Compilamos os dados, por aproximação do que foi dito, e dividimos em três tópicos as considerações feitas: a) em relação ao curso; b) em relação à Epagri, e c) em relação ampla – Estado e políticas públicas.

Ao nos determos no que foi exposto, constatamos, por um lado, que os jovens avaliam que participar do Curso foi de importância em suas vidas para acessar conhecimentos que são aplicáveis no cotidiano e que o processo deve ter continuidade vindo a beneficiar outros jovens. Ficou claro que a metodologia que dá ênfase à prática, método tradicional de ATER, o “aprender a fazer fazendo e aprendendo”, aliada aos pressupostos da Pedagogia da Alternância (que alia o aprendizado entre casa e Centros de Treinamentos) e a Pedagogia da Cooperação (que contribui com a inserção e o bem-estar em grupo) é vista como muito positiva, pois ver é mais convincente do que apenas ouvir, afirmam os jovens.

Em relação à Epagri, é possível captar a visão que os jovens têm sobre ela, a qual reconhecem como a empresa pública de ATER que tem o papel de estar à disposição para trocar informações, orientar e contribuir com as famílias que compõem o espaço rural em que agricultores familiares e pescadores artesanais são público beneficiário prioritário. Os jovens também avaliaram que participar do curso propiciou uma aproximação maior com os técnicos municipais, o que entendem como muito positivo e que deve ser fortalecido.

No que diz respeito ao Estado e às políticas públicas, manifestam um olhar crítico em seu desejo de que a agricultura, a pesca, e os próprios jovens venham a ser reconhecidos de forma mais efetiva, seja amplamente, seja por parte do Estado com políticas públicas específicas que venham a fortalecer suas atividades e lhes proporcionar maior visibilidade como profissionais que contribuem, e muito, com a economia diferenciada de Santa Catarina cuja agricultura familiar e pesca artesanal têm papel fundamental.

3.2.2 As respostas de técnicos

Para se ter uma visão mais ampla da Ação Jovem Rural e do Mar, além de aplicar um formulário com jovens, efetivamos outro com técnicos, cujos resultados estão na tabela 5.

Tabela 5. Total de técnicos envolvidos com a Ação Jovem/responderam o questionário

UGT	CENTRO DE TREINAMENTO	Técnicos	
		Nº técnicos	Técnicos responderam*
1	Cetrec	36	21
2	Cetrecampos	20	12
	Cetredia	15	15
3	Cetrejo	50	29
4	Cetrecan	18	07
5	Cetrag	31	20
6	Cetrei - Cetreville**	14	12
	Cetrei-pesca	06	06
7	Cetre	16	06
8	Cetuba	26	26
	Cettrar	22	21
9	Cetresmo	40	38
10	Cetrevi	35	26
		307	218

*Há colegas que responderam juntos o mesmo questionário

**Início em 2015

A exemplo do formulário aplicado aos jovens, com os técnicos começamos pela percepção dos mesmos sobre as motivações para a permanência ou saída dos jovens.

Tema: Permanência ou saída dos jovens

Questão: que fatores você avalia que contribuem para o jovem ficar ou sair

A análise que os técnicos fazem sobre a saída ou a permanência de jovens do espaço rural ou pesqueiro vai ao encontro do que os próprios jovens expuseram, com algumas diferenças na ordem de citação sobre as motivações, porém com percepções que se coadunam.

Os técnicos avaliam que os fatores para os jovens permanecerem são os seguintes: gosto pela atividade; apoio familiar; rentabilidade; autonomia; assistência técnica; qualidade de vida; conhecimento da atividade; liberdade. Já como motivos para a saída estariam: não se identifica com a atividade; dificuldade no relacionamento familiar; dependência financeira dos pais; baixa rentabilidade; sucessão familiar; não participação do jovem na gestão da propriedade e dificuldade de acesso a tecnologias.

Comparando as colocações, teríamos como principais motivos para ficar ou sair (Tabela 6):

Tabela 6. Motivações para ficar ou sair da propriedade

Ficar		Sair	
Visão dos técnicos	Visão dos jovens	Visão dos técnicos	Visão dos jovens
Gosto pela atividade	Qualidade de vida	Não se identificar com a atividade	Sucessão familiar
Apoio familiar	Gosto pela atividade	Relacionamento familiar	Renda
Rentabilidade	Renda	Dependência financeira	Não se identificar com a atividade

Do ponto de vista dos técnicos, o motivo primeiro para a saída é não se identificar com a atividade, enquanto que, para o jovem, está a dificuldade de efetivar a sucessão familiar. A seguir, do ponto de vista dos técnicos estariam as dificuldades no relacionamento familiar e a dependência financeira dos pais, o que, mais uma vez, vem ao encontro do referenciado pelos jovens: a renda e a não identificação com a atividade.

É bom lembrar que os técnicos que responderam são aqueles que estão convivendo diretamente com os jovens. Portanto, estamos falando dos profissionais que estão mais em contato com jovens e familiares no dia a dia, o que possibilita uma observação direta e, em consequência, a oportunidade de captar detalhes e (des)motivações que só a convivência, em tese, permite. Os comentários e as percepções precisam ser levados em conta para pensarmos propostas futuras de trabalho com este público.

Tema: Relações familiares e sucessão familiar

Questão: você percebe alguma mudança nas relações familiares após o Curso? Quais?

- Os pais sentem confiança nos filhos
- As famílias começam a ver o jovem como gestor da propriedade
- A maioria dos jovens passa de “executor de tarefas” a participar das decisões
- Aceitação do protagonismo do jovem pelo conhecimento adquirido.

Nesta questão, o mais interessante de se constatar é que, tanto nas respostas de jovens (relembrando os três primeiros aspectos que eles percebem de mudança na relação familiar: a família tem interesse em novos conhecimentos, há mais troca de ideias e divisão de tarefas), quanto nas de técnicos, as percepções estão relacionadas a mudanças no relacionamento entre pais/mães e filhos/filhas em que, da parte de ambos, emerge, ou se fortalece, o respeito às diferentes opiniões. Os técnicos afirmam que a confiança dos pais nos jovens, “a forma como os olham” e as transformações na participação destes nas decisões e atividades da propriedade são notáveis.

Na relação técnico-jovem, os primeiros vêm escutando dos jovens que percebem que os pais passaram a demonstrar mais interesse em escutá-los e saber de novos conhecimentos, como, por exemplo, quando apresentam novidades ao retornar das alternâncias. Relatam que há mais disponibilidade para trocar ideias e “não apenas mandar fazer”, e melhor divisão de tarefas.

Um dado muito interessante que os técnicos apontam é a constatação que fazem ao acompanhar a família, de que os jovens lhes relatam que sentem que também mudaram como filhos: passaram a respeitar mais a opinião dos pais e a admirá-los por suas trajetórias como agricultores, pescadores, além de pais e mães que são. Dizem aos extensionistas e às/aos responsáveis pela Ação Jovem que, com a participação no Curso e as atividades realizadas, passaram a “enxergar” os pais com “outros olhos”.

Tema: autonomia

Questão: O jovem está assumindo sua autonomia (como pessoa e profissional)

Os técnicos observam que os jovens estão participando mais das decisões, mas, de modo geral e mais frequente, o pai ainda é quem manda. À medida que vão constituindo suas famílias, os jovens vão assumindo a propriedade, porém tanto técnicos quanto jovens constataam que seria necessário um programa de incentivo à aquisição de terras para que os jovens venham a conquistar sua autonomia mais rápido. A partir do acesso à terra, teriam liberdade e autonomia para realizar os projetos a seu modo. O acesso à terra seria uma oportunidade efetiva para o jovem exercitar protagonismo e empoderamento.

Em relação aos pais, estão fatores centrais, como a necessidade de mudança na postura, principalmente, do pai que é quem ainda toma as decisões sozinho, o que repercute em dificuldade para efetivar a sucessão. Há contextos ainda em que os pais são muito novos e ativos na propriedade e terão uma trajetória ainda pela frente, seja junto com os filhos ou sozinhos, dependendo da relação familiar.

Outra questão que os técnicos levantam diz respeito ao ponto de vista de alguns pais que não querem que “seus filhos sofram como eles sofreram”. Encontramos casos de filhos que foram para centros urbanos, viram que não querem “trabalhar na cidade”, que possui vocação e sua opção de vida é permanecer no espaço rural, mas o pai não permite que volte ou fique na propriedade.

O nível de conflito é grande e, às vezes, intolerável devido à negativa do pai em deixar o filho ficar na propriedade, o que frustra tanto o pai, que considera melhor o seu filho ficar na cidade, quanto o filho, que gostaria de viver no campo e se vê obrigado a seguir outro caminho, pois não tem condições de comprar uma terra e começar sua própria trajetória no espaço agrícola ou pesqueiro.

Esta situação, que implica mediação de conflitos, se mostra bem difícil, pois, na maioria das vezes, nos sentimos impotentes e também nos deparamos com o limite de até onde podemos ir como agentes de ATER.

Tema: continuidade da Ação Jovem

Questão: o que você considera importante fazer nos próximos anos para fortalecer a Ação Jovem Rural e do Mar?

As respostas estão elencadas conforme foram expostas sem uma ordem de prioridade:

- Continuar capacitação
- Ampliar apoio financeiro
- ATER continuada. Fortalecer o trabalho e o acompanhamento com famílias e jovens
- Tornar uma política pública de Estado
- Acesso à terra
- Reforçar espírito de liderança e empreendedorismo
- Capacitação didático-pedagógica dos extensionistas
- Valorização do rural e do pescador
- Fortalecer ações e capacitações na área ambiental
- Fortalecer as equipes multidisciplinares nas diversas instâncias, em especial nos municípios.

Neste tópico, o intuito foi ter um retorno da equipe sobre sugestões referentes ao fortalecimento da Ação Jovem Rural e do Mar visando sua continuidade nos próximos anos. Agrupamos as respostas em “nuvens de aproximação”:

Capacitação: processo voltado a jovens e técnicos. Aos jovens, a proposta é dar continuidade à disponibilização de cursos realizados em Centros de Treinamento, de acordo com as demandas e o perfil de cada turma. Em relação aos extensionistas, investir em um processo de formação continuada para mantê-los atualizados quanto a aspectos didático-pedagógicos, gerenciais e tecnológicos. Dentro das duas vertentes, incluir a temática ambiental com atualização quanto a procedimentos, leis, alternativas.

Apoio Financeiro: refere-se ao aporte aos projetos de jovens como incentivo a melhorias ou inovações nas propriedades. Teria que se definir regras para contemplar, com prioridade, jovens cujas famílias não têm condições financeiras de dar a contrapartida ou assumir um financiamento, o que inviabiliza colocar os projetos em prática.

ATER: a ATER, continuada e qualificada, incluiria o fortalecimento de equipes multidisciplinares, pois uma disciplina só não dá conta da complexidade que é atuar com jovens, inseridos em seus contextos do espaço agrícola ou pesqueiro. Dentro desta ATER fortalecida, o acompanhamento aos jovens e às famílias precisa ser assumido como parte do cotidiano extensionista e não como “uma tarefa a mais”. A ATER continuada é central para se estabelecer relações de confiança entre profissionais e famílias. Como há municípios cuja demanda é muito grande, seria necessário fortalecer as equipes municipais com o intuito de não sobrecarregar os colegas que se encontram nesta situação.

Acesso à terra: é uma demanda recorrente dos jovens e diz respeito a um fator essencial para que possam colocar os projetos em prática: ter sua terra. Embora este tema fuja do escopo de ação epagriana, emerge com frequência e precisa ser considerado em ações estaduais e políticas públicas futuras com jovens.

Política pública de Estado: muitas foram as iniciativas realizadas com jovens, mas sofreram com descontinuidade. Tornar a Ação Jovem uma política pública de Estado se refere a uma ação contínua, sem interrupções, independentemente de trocas de governo. O jovem do campo ou da pesca tem interesse em ações de capacitação, acesso a informações e quer receber atenção do Estado pelo fato de contribuir com a economia e a riqueza sociocultural e ambiental de Santa Catarina.

Valorização do rural e do pescador: é central trabalhar a valorização dos espaços agrícolas e pesqueiros lançando campanhas positivas na mídia. Diferente de imagens estereotipadas, no serviço de ATER convivemos com pessoas conectadas via redes sociais e se atualizando continuamente; jovens avançam em nível de escolaridade e são consumidores da mídia que vende imagens ultrapassadas dos mesmos. É preciso que os governos municipal, estadual e federal invistam em um marketing positivo do papel e da importância de agricultores e pescadores na sociedade atual.

O tópico seguinte traz sugestões dos técnicos de temas que consideram que devem ser tratados com os jovens nos cursos bem como na metodologia de trabalho.

Sobre temas, as sugestões dizem respeito a ampliar os eixos humano-social (formação pessoal e relações familiares), gerencial e tecnológico; abordar aspectos ligados à comercialização, aos serviços ambientais e tecnologias limpas e ferramentas de administração do tempo, da propriedade, da vida.

Em relação à metodologia, os técnicos reforçam a importância de realizar atividades com os pais e manter e ampliar as aulas práticas, visitas e viagens técnicas, pois a vivência prática é avaliada como central na atuação com agricultores ou pescadores.

Na análise sobre inserir aulas, cada vez mais práticas, atrativas e lúdicas com o público com o qual atuamos, podemos nos referir a Huizinga (1990), que nos traz o conceito de *Homo ludens* em que o jogo é elemento da cultura. O corpo e a soltura corporal são constituintes de jogos, relações e vivências. Tal conceito contribui para refletirmos que, diferente de quem vive no meio urbano e vai se acostumando, desde cedo, com a vida sedentária, quem nasce, cresce e está optando por continuar nos espaços agrícolas e pesqueiros traz em si uma ludicidade distinta. Diferente do cidadão do meio urbano que, geralmente, trabalha mais sentado, o corpo de quem vive no espaço rural é usado como forma de estar no mundo, e se passa mais tempo ao redor da casa, em atividades ao ar livre, nas lavouras, nas pescas, construindo corporalidades ajustadas àqueles contextos.

Ao convidar jovens da agricultura ou da pesca para participarem dos cursos, constatamos que os exercícios práticos, lúdicos e experienciais são essenciais para eles. É aqui que entram as aulas práticas, as quais são o ponto alto das alternâncias (o que não é diferente para demais agricultores e pescadores) e, por mais que se façam, eles sempre pedem nas avaliações finais de cada ano, mais e mais atividades fora das salas de aula.

Como parte da estratégia metodológica na educação de adultos em que o aprendizado precisa fazer sentido para ser atrativo, aliado ao preceito de ATER, de aprender fazendo, ou conhecendo experiências práticas, a teoria é mais facilmente assimilada e confirmada quando a prática vem a seguir. Assim, o que é trabalhado é mais bem fixado e, depois, pode ser reproduzido nas propriedades com mais segurança e apropriação.

Nesta estratégia, estão visitas e viagens técnicas que têm cunho motivacional, pois, ao terem acesso a experiências consideradas exemplares e bem-sucedidas, os jovens se animam a começar algo novo ou a melhorar o que realizam nas propriedades. Com isso, o entusiasmo com que apresentam aos pais as possibilidades que viram, também os influencia a promover mudanças que impactam em melhor qualidade de vida e de trabalho. Por exemplo, quando vê que uma sala de ordenha, que passa do sistema de “balde ao pé” (em que a pessoa fica sentada, resultando em dor nas costas e problemas de coluna) para sala com fosso, ou modelo “espinha de peixe” (em que a pessoa trabalha no nível que permite manter-se em pé), percebe que isso contribui com humanização do trabalho, melhor qualidade de vida, mais saúde e tempo para o lazer.

Tema: Projetos dos jovens

Questão: os projetos foram aplicados conforme o cronograma proposto?

As respostas dos técnicos apontaram para três situações: a) nem todos os jovens tiveram interesse em financiar seus projetos de vida por fatores como falta de recursos e/ou de apoio das famílias, entre outros; b) alguns jovens ainda não colocaram em prática o que tinham estabelecido; c) os projetos foram aplicados e estão mais avançados.

Para melhorar o processo sugerem que se revise, redefina e respeite os critérios de seleção dos jovens; ocorra maior envolvimento e discussão com a família bem como acompanhamento do técnico municipal, antes, durante e no pós-curso; maior envolvimento dos pais no processo de qualificação dos jovens e que diminua a burocracia e agilizem os processos de liberação de recursos. Também sugerem que se estabeleça algum tipo de cobrança quando se constatar a não aplicação dos recursos viabilizados para o projeto do jovem tendo em vista que:

a) há jovens que participam por interesse em aprender e ter acesso a informações, mas não precisam de recursos para implantar o projeto ou efetivar melhorias na propriedade. Eles têm condições de fazer isso por conta da boa condição familiar;

b) há jovens que participam pelo interesse no aprendizado. Porém, não conseguem efetivar o projeto planejado por não ter recursos para a contrapartida financeira;

c) há jovens que participam, também motivados pelo aprendizado, mas não conseguem implantar os projetos, não por restrições financeiras, mas por não receber apoio familiar;

d) em relação aos jovens que apresentaram os projetos entre os anos de 2013 e 2017, há aqueles que já implantaram e estão avançados no andamento dos mesmos, enquanto outros começaram, mas não colocaram em prática a totalidade do que foi planejado (no momento em que o Diagnóstico foi realizado).

Em relação a sugestões dos técnicos sobre o que se poderia fazer para melhorar a Ação Jovem Rural e do Mar, entram três frentes:

Pais junto com filhos, sempre: é central avançar no envolvimento de pais no processo de formação dos filhos, antes dos cursos para que eles saibam exatamente do que se trata e o que se propõe; durante o curso para orientar jovens e famílias, e no pós-curso, a ação deve incorporar os jovens, sempre no contexto de suas famílias, como público prioritário de ATER.

A participação dos pais é muito importante na aula inaugural, quando se explica a proposta completa do curso, as regras do Centro de Treinamento e como funcionará o processo no decorrer das oito ou nove alternâncias. Neste momento, sempre se valoriza o papel e a importância dos pais e isso contribui com a autoestima dos mesmos que, muitas vezes, é baixa ou carece de reforço. Por sua vez, a formatura é oportunidade para os pais constatarem mudanças nos filhos, especialmente quando apresentam os projetos em público com a desenvoltura e a segurança que não tinham no início do processo.

Entretanto, se estes são dois momentos importantes de participação dos pais, os técnicos avaliam que, no decorrer dos cursos é interessante ter mais momentos que os inclua, não apenas como pais dos jovens, mas como

profissionais valorizados em processo de formação. Isso facilitaria a aceitação dos pais sobre propostas de melhorias e inovação, pois estariam ouvindo o mesmo que seus filhos e a troca de percepções seria facilitada. Embora em muitos Centros de Treinamento, já se promovam momentos como encontro com as famílias, encontro sobre sucessão familiar, palestras, entre outros, uma das dificuldades está em pais e mães deixarem a propriedade para participar devido à pouca mão de obra que se contrapõe ao muito que tem a ser feito.

Papel dos técnicos: o bom resultado no trabalho com jovens é proporcional ao comprometimento do técnico e/ou da equipe municipal, “cartão de visita” da Epagri, pois são eles que têm a oportunidade e o papel de acompanhar as famílias, prestando ATER nos municípios, estrutura primeira de contato e convivência com as famílias. A seleção de jovens é um momento crucial para que as turmas sejam formadas com pessoas que, realmente, tenham interesse em participar. É requisito primordial que os técnicos dos municípios assumam o jovem como seu público de trabalho antes, durante e no pós-curso, pois ATER é processo, não é evento esporádico. Isso porque, assim como os jovens alimentam a continuidade da agricultura ou da pesca, o fazem também em relação à própria Epagri.

Burocracia e projetos dos jovens: tanto jovens quanto técnicos são unânimes em afirmar que a burocracia é um desafio. Longe de ser aquela que nos traria “precisão, velocidade, clareza” (WEBER, 1979, p.249) para facilitar os processos, dificulta, torna-os morosos, resulta em acúmulo de papéis, exige etapas subordinadas a diferentes instâncias. E, nem por isso, garantem lisura, por si só. Seria plausível simplificar os processos, sem comprometer a comprovação das exigências necessárias e, assim, agilizar os trâmites para um acesso mais rápido aos recursos, o que também impactaria em mais velocidade na execução de propostas e na efetivação de projetos.

Muitas vezes, quando o recurso é liberado, os orçamentos já estão desatualizados, o que implica retrabalho, cansaço, desgaste e descrédito. Os principais entraves dizem respeito, por exemplo, à exigência de três orçamentos para cada item adquirido, questões agrárias (a terra não está em nome do jovem), demora na liberação da DAP, necessidade de um fiador. É preciso agilizar os processos e tornar a liberação de recursos mais rápida.

Por outro lado, os técnicos também consideram que a definição de algumas regras diretas, em relação aos projetos elaborados pelos jovens, traria mais cuidado e precaução nos investimentos. E, em não sendo realizados conforme o previsto, haveria penalidades claras para devolução de recursos ou efetivação do planejado em um novo prazo.

Tema: Impacto da Ação Jovem

Questão: como você avalia o impacto da Ação Jovem Rural e do Mar no espaço rural e pesqueiro? Mudou algo? Contribuiu? Comente?

Das respostas advindas dos técnicos, agrupamos em tópicos, por aproximação de ideias:

a) **Relações familiares:** melhoria visível nas relações familiares porque no Curso são tratadas questões afetivas que, geralmente, a família, não aborda; melhoria no diálogo e na valorização familiar. Os pais se sentem valorizados e confiantes com os filhos/as.

b) **Impacto na vida de jovens:** fator determinante na vida do jovem. Impacto social, econômico, de gestão e tecnologia de produção; contribuiu para alavancar as propriedades rurais.

c) **Jovens destaque:** jovens se tornando liderança e referência, tanto nas propriedades quanto na formação de novos líderes e administradores.

d) **Permanência no espaço rural:** jovem permanece na propriedade mais satisfeito; jovem capacitado é mais proativo e tem mais claro o que quer para o futuro.

e) **Relação entre jovens e extensionistas:** melhorou a aproximação entre jovens e extensionistas. Os jovens participam mais de eventos da Epagri e suas famílias têm mais aproximação com a Empresa, o que resulta em confiança e credibilidade do trabalho da Epagri junto às lideranças.

f) **Questão ambiental:** maior percepção e aceitação sobre questões ambientais.

Na leitura dos tópicos é possível perceber que a Ação Jovem é complexa e ampla em sua aceção e na vivência, em especial, destacando o Curso voltado aos jovens da agricultura e da pesca. Não se trata de abordar apenas o aspecto técnico de atividades produtivas centrais, que são temas dos cursos. O que está preconizado é a abordagem de conteúdos orientados por quatro eixos (humano-social, ambiental, gerencial e tecnológico) com o objetivo de contribuir com a ampliação da visão de mundo, com a expectativa de futuro e, portanto, com a vida de jovens e suas famílias.

Não por acaso o eixo humano-social, desde o início, foi colocado como o primeiro a ser trabalhado, pois é neste momento que se cria um ambiente propício à promoção de espaços de apresentação dos jovens, escuta sobre suas expectativas, negociações sobre o denominado “contrato de convivência”, atividades estas mediadas por extensionistas qualificados e respaldados por metodologia embasada na pedagogia da cooperação. É a partir do eixo humano-social que se abordam questões ligadas à valorização pessoal e familiar e outras, não tão fáceis, como conflitos, inseguranças, traumas, angústias, os quais não cabem à ATER trabalhar em profundidade, mas é seu compromisso encaminhar a instituições afins, quando for o caso, como fobias, depressão, violência doméstica, entre outras, ou sugerir possibilidades de melhoria quando solicitado por jovens ou familiares.

Também entra aqui o conteúdo ligado ao despertar de lideranças, seja na propriedade, seja na comunidade, em grupos ou instituições representativas em que os jovens circulam e fazem parte. Outro tópico diz respeito ao futuro, em que se trabalha a visualização do que o jovem deseja e quer; quais suas aptidões e a/s atividade/s que mais o atraem. Assim, durante o curso, vemos jovens exercitando o empoderamento, como pessoas e como profissionais. Se no início se mostram calados, cabisbaixos, com o tempo passam a se expor e falar, habilidade que vai sendo exercitada no decorrer do curso.

Falam sobre querer acesso à renda, mas também ter mais tempo livre, ser feliz e reconhecido por suas qualificações, sua contribuição ambiental, socioeconômica e cultural. Jovens que, na primeira aula, se mostram tímidos, retraídos e cabisbaixos, na formatura estão falantes, de cabeça erguida. Dão verdadeiras lições de postura corporal e oratória ao fazerem seus discursos de encerramento, e isso não é gratuito. Tudo foi trabalhado no decorrer do Curso.

Não podemos medir resultados, como estes, com números, pois se trata de algo qualitativo, perceptível por quem convive com os jovens ou quem foi instrutor. Entretanto, é possível ver, metaforicamente, que sementes lançadas com nosso trabalho estão florescendo em frutos viçosos de lideranças grupais, comunitárias e em instituições de representação, com jovens se destacando em diferentes localidades de Santa Catarina.

Ligados ao eixo tecnológico e ao eixo gerencial, os técnicos percebem que o Curso se transformou em um fator determinante na vida de jovens que passaram pelos Centros de Treinamento. Constatam que os resultados repercutem, além do impacto humano-sociocultural, no aspecto econômico, de gestão e de tecnologia de produção, o que vem contribuindo para alavancar as propriedades, pois melhorias e inovações são implantadas e repercutem

em aumento de renda, otimização do trabalho, questão ergonômica da atividade, mais tempo de lazer. Portanto, na melhoria da qualidade de vida das famílias.

No trabalho referente ao eixo ambiental, observamos que a maioria dos jovens é receptiva e demonstra uma percepção comprometida com questões ligadas ao ambiente. Tem interesse genuíno e curiosidade em atualizar-se à medida que se trabalham questões ligadas à legislação vigente, à legalização, aos cuidados e ao embelezamento da propriedade, à educação ambiental e às tecnologias sociais de baixo custo, entre outros itens. Também demonstram vontade e efetivam a instalação de sistemas menos custosos e ambientalmente mais adequados, como aquecimento solar, aproveitamento de água da chuva, entre outras possibilidades, tornando-se exemplo para vizinhos e comunidade.

Afora estas percepções que estão diretamente ligadas aos conteúdos trabalhados, aos resultados que se buscam e ao que pode ser observado quando os extensionistas visitam as famílias e os jovens, há um resultado específico e de impacto extremamente positivo para a extensão rural e pesqueira. Quando os técnicos afirmam que melhorou a aproximação entre jovens, famílias e extensionistas e que os jovens estão participando mais de eventos da Epagri, estão aludindo à credibilidade em relação ao nosso trabalho de ATER.

Quando pedimos para os técnicos pensarem em atividades pós-curso e ações com egressos, eles se referiram à importância de reunir os jovens para ouvi-los e definir conteúdos de interesse, continuar o acompanhamento nas propriedades, aprofundar a discussão sobre gerenciamento econômico-contábil e ferramentas de administração do tempo, abordar a inteligência emocional e criar grupos temáticos de troca de experiências.

Desta forma, quando se detiveram em pensar a continuidade de ações com jovens, é interessante notarmos que os técnicos aliam, provavelmente sem se darem em conta, conteúdos que trazem a junção de diferentes eixos, compondo uma proposta pós-curso que contempla o humano e o tecnológico. Assim, em primeiro lugar, se partiria do pressuposto claro de que o jovem é autor e ator do processo, e seria chamado para definir os conteúdos de interesse. Em contrapartida, isso já seria um indicativo de sucesso, pois o interessado contribuiria com a formulação de atividades de aprofundamento que, por sua vez, viriam a atender suas expectativas, ao contrário de sair da equipe de técnicos.

Depois, juntar-se-iam ao aprofundamento no gerenciamento econômico e contábil, a administração do tempo e a inteligência emocional, questões a serem trabalhadas por quem quer ser líder e referência. Por fim, continuaríamos a investir no que os jovens avaliam como positivo e animador: a troca de experiências entre eles.

Estão aí excelentes apontamentos e sugestões para investir em uma proposta de continuidade no trabalho com jovens em Santa Catarina, ou em experiências como esta que possam vir a ser replicadas em outros contextos territoriais.

Questão: do seu ponto de vista, o que é interessante proporcionar aos jovens egressos em nível de município, região, UGT e Estado.

Vamos ver tópico por tópico, a começar pelo nível municipal.

Nível municipal

Os técnicos citaram que é interessante considerar os seguintes fatores: 1. Priorizar ATER para os jovens; 2. Manter o acompanhamento técnico-gerencial; 3. Viabilizar reuniões técnicas, dias de campo, palestras e visitas; 4. Fazer o acompanhamento do projeto; 5. Inserir o jovem nos Conselhos Municipais, e 6. Promover espaços de lazer.

O fator um vale para as demais esferas e diz respeito a priorizar ATER para os jovens. Esta é a prerrogativa principal para que as ações voltadas a este público tenham sucesso e longevidade. Os fatores dois, três e quatro

dizem respeito à estratégia metodológica prevista e ao comprometimento da equipe no acompanhamento, não só ao projeto escolhido pelo jovem, mas à família visando que a propriedade avance em melhorias e inovações necessárias. O cinco implica na iniciativa de cada Escritório Municipal, pois é uma articulação que se dá em âmbito municipal e que alia a disposição de jovens em participar com a aceitação e a abertura de lideranças locais em incentivá-los a fazer parte dos conselhos voltados aos interesses de suas comunidades.

O fator seis extrapola a atuação da Epagri e depende do apoio do poder municipal em definir iniciativas e espaços que sejam destinados a envolver e cativar, especialmente o público jovem, mas que atenderiam as comunidades, de forma ampla, no quesito lazer, demanda esta que vem sendo solicitada há muito tempo nos espaços rurais e pesqueiros.

Nível regional

No nível regional, podemos agrupar as sugestões em três frentes, sob a égide da Epagri: realização de encontros de jovens e famílias; continuidade do processo de formação, tanto para jovens quanto para técnicos, e o imprescindível apoio das equipes regionais às equipes municipais. Os encontros são métodos previstos e fazem parte do cotidiano extensionista. Cabe a cada equipe avaliar a melhor época de realização e planejar os eventos que venham a propiciar momentos de reflexão e atualização para pais e jovens.

As capacitações para jovens envolvem a continuidade dos cursos completos, realizados em centros de Treinamento, bem como os de curta duração, que seguem a metodologia da Ação Jovem, com respaldo nos quatro eixos norteadores. A responsável pela Ação Jovem em cada UGT, em diálogo com a equipe regional, tem a responsabilidade pela opção a ser feita, avaliando e decidindo em equipe o que mais convém àquela realidade.

Quanto ao acompanhamento às equipes municipais, é previsto na estrutura da Epagri que os responsáveis por programas em nível de UGT e o Agente Técnico de ATER (ATA) têm papéis definidos e voltados ao importante e necessário respaldo que as equipes prescindem para melhor efetivar seu trabalho.

Nível de UGT

No que concerne ao âmbito de UGT, que pode abranger uma ou mais gerências regionais, foi citado o papel de articulação e planejamento da mais adequada forma de atuar para prover as equipes com respaldo técnico, epistemológico e metodológico, sempre respeitando os preceitos definidos em nível estadual. Aliado a este fator, o fortalecimento de cadeias produtivas com a formação de grupos temáticos é altamente produtivo, pois reúne beneficiários em um grupo focado no interesse que os aproxima.

Os encontros de jovens em nível de UGT, também citados, seguem o preconizado regionalmente, porém amplia a área de abrangência e traz a oportunidade de reunir jovens de diferentes espaços geográficos, com experiências distintas. Estes espaços podem também ser voltados à avaliação da Ação Jovem, aliados a momentos definidos pela UGT ao que é feito em nível estadual, a cada semestre, com a equipe responsável.

Nível estadual

No que se refere ao nível estadual, é aquele em que as políticas públicas são criadas, onde se estabelecem o público beneficiário, a metodologia e os resultados a serem alcançados, entre outros aspectos. Entretanto, as políticas públicas serão, de fato, executadas nos municípios, nas comunidades, dependendo da área de abrangência.

A definição de uma política pública estadual voltada aos jovens traria visibilidade maior das ações com definição de recursos via linhas específicas de crédito, repercutindo em maior segurança para o jovem que quer permanecer no espaço rural ou pesqueiro. Dentro desta política pública ampla, além de outras questões, estaria a continuidade de cursos ofertados nos moldes de alternância, por ser uma forma de atender as demandas de qualificação, aliando o tempo com suas famílias com aqueles exigidos em sala de aula.

Outra ideia sugerida pelos técnicos foi a elaboração de uma revista anual sobre o trabalho com jovens, que seria uma forma de prestar contas à sociedade e funcionar como espaço de divulgação e socialização ampla de experiências bem-sucedidas. Porém, em época de velocidade virtual, há que se avaliar melhor se esta seria a forma mais adequada.

Um último tópico levantado pelos técnicos versou sobre escolas de qualidade no espaço agrícola e pesqueiro. É tema que envolve uma ação governamental dentro da educação formal que considere as especificidades dos diferentes territórios. É uma demanda antiga que remete à nucleação de escolas, quando muitas que atendiam o espaço rural foram fechadas sem que as suas particularidades fossem incluídas naquelas que os alunos passaram a frequentar.

Após ter o retorno dos técnicos sobre as questões referenciadas, nos instigou ter dos mesmos suas considerações finais com a seguinte questão: há comentário, sugestão, crítica, que deseje fazer? Sobre o que tivemos o seguinte:

- A Ação Jovem já se consolidou na Epagri. É reconhecida na sociedade e não deve parar. Porém, ainda temos colegas que não se visualizam na Ação e costumam a praticá-la. Não a vislumbram como importante e de retorno direto para a Epagri. É central a participação das Equipes Municipais em, pelo menos, uma etapa para conhecer mais de perto o Curso e a proposta efetiva da Ação Jovem.

- Capacitação contínua dos técnicos. A ATER é essencial!
- Desburocratizar os projetos.
- Criar políticas públicas adequadas aos jovens.
- O projeto proporcionou aproximação de jovens/famílias com a Epagri.
- O formato do Curso, de forma geral, é muito bom. Aprofundar gestão, educação financeira, aproximação familiar.
- Envolver jovens nos CMDR e nas diretorias.
- Quando vemos a diferença que faz na vida deles, nos dá força para continuar e fazer sempre o melhor.

Este espaço de comentários finais vem reforçar o disposto em cada questão. É central que o público jovem seja assimilado como prioritário pela ATER e como uma política pública de governo estadual, desburocratizada, ágil e permanente tendo em vista o bom resultado, não só do que foi feito junto às propriedades, mas na relação entre os diferentes atores envolvidos no processo, jovens, familiares, extensionistas e lideranças.

Junto a isso, o processo de qualificação da equipe técnica remete ao aprimoramento necessário no trabalho com jovens, um público conectado e em busca de atualização, o que exige que os técnicos avancem em conhecimento, metodologia e formas de interação e reavaliem normas e regras que sejam mais contundentes em relação à dinâmica dos cursos.

O envolvimento de jovens, não só em CMDR e diretorias, mas em conselhos, espaços e instituições de interesse local, faz parte da estratégia metodológica, pois lideranças cansam e precisam de sucessores. É necessário trabalhar a sucessão em nível de propriedade, mas incluir aquela alusiva a fóruns de interesse da agricultura e da pesca.

CAPÍTULO 4

RESULTADOS DA AÇÃO JOVEM RURAL E DO MAR

No processo de qualificação com jovens uma das ações centrais é o “curso completo”, realizado em Centros de Treinamento. Quando ocorrem as alternâncias, os instrutores trabalham os conteúdos a partir dos quatro eixos (humano-social, ambiental, gerencial e tecnológico), já citados, seguindo a metodologia preconizada. São realizadas aulas teóricas e práticas a partir das quais os jovens elaboram trabalhos a serem apresentados em sala de aula, ou atividades em suas casas com as famílias.

Aliada ao ir e vir entre salas de aula e casas, insere-se a elaboração do projeto a ser concebido na propriedade a partir da escolha de um tema de interesse do jovem, em diálogo com sua família e a equipe de extensionistas que lhe assessora. Os jovens fazem o melhor possível, cada qual dentro de suas possibilidades, o que resulta em projetos apresentados aos demais colegas e à equipe técnica, durante as alternâncias.

Entretanto, os resultados extrapolam as salas de aula. A repercussão nas propriedades é constatada por jovens, técnicos e familiares nas transformações em termos de renda, qualidade de vida e do ambiente, e melhoria nas relações afetivas e familiares. Além destes impactos positivos, há jovens que se destacam em espaços organizativos, como CMDR, sindicatos, colônias de pescadores, entre outros, exercitando seu empoderamento como lideranças e gestores, inspirando jovens e demais pessoas de suas comunidades.

Para ilustrar estes resultados, apresentamos alguns exemplos. No tópico 4.1, uma “coleção de experiências inspiradoras” em que jovens são protagonistas de suas histórias. Alavancaram a renda, avançaram em conectividade; inspiram a participação à frente de espaços de organização social. No tópico 4.2 nos detemos em exemplos ligados à parte financeira em que foi aplicada a Metodologia *Rural Invest*, extremamente interessante no gerenciamento dos negócios. Vamos aos exemplos...

4. 1 Além da sala de aula, jovens que se tornam referência

Adercide Oliveira de Sena, São João do Sul

O jovem Cide, como é conhecido, fez o curso de formação de jovens no Centro de Treinamento de Araranguá (Epagri/Cetrar) em 2017. Ele e sua esposa, Elizete Silveira de Sena, a Zeti, trabalharam bastante com farinha de mandioca, mas o gado de leite passou a ser a atividade principal. Começaram com sete animais. Fizeram sociedade com o pai de Zeti, seu José, e aumentaram o rebanho. O negócio deu tão certo que assumiram a parte do senhor José e gerenciam a propriedade inteira. O gado é tratado a pasto e recebe complementação de silagem e ração. Quando é necessário qualquer tratamento, é feito à base de homeopatia. As questões sanitárias e de produção seguem um rigoroso controle, pois Zeti não descuida das anotações. Os números comprovam o aumento da produção a cada ano: em 2017 foram 14 litros/animal/dia, totalizando 145 mil litros de leite; em 2018 17 litros/animal/dia, dando 188 mil litros. Na avaliação do casal, cada ano tem um retorno financeiro melhor. Os dois passaram por formação da Epagri e cursos de aprofundamento. O conhecimento gerou renda e deu ao casal capacidade e segurança de fazer o processo envolvido na produção leiteira.

“Dá para ficar na propriedade e tê-la como um negócio próprio, trabalhar no que gosta, e ser rentável também” (Adercide Oliveira de Sena)





Adriana Ana Fortunato Linhares, Piçarras

No município de Balneário Piçarras, Litoral Norte de Santa Catarina, um dos trabalhos que a Epagri desenvolve é com pescadores artesanais. Este público é diferenciado por sua cultura, sua história e seus meios de produção. Uma jovem pescadora, casada e, na época, 2016, com um filho, Adriana, foi convidada para participar do curso para Jovens do Mar no Centro de Treinamento de Itajaí (Epagri/Cetrei). Esta jovem foi acompanhada, nas etapas do curso, pela extensionista da Epagri do município vizinho, Penha, e destacou-se pelo empenho, pela capacidade de expressão e liderança que apresentou desde o início do processo. A comunidade em que a jovem está inserida logo percebeu sua potencialidade e apoiou sua candidatura para ser presidente da Colônia de Pescadores Z-26, que estava por fechar as portas por falta de liderança. Adriana foi eleita presidente, juntamente com outras mulheres, que passaram a fazer parte da diretoria. A Extensão Pesqueira pôde perceber a dimensão de um bom trabalho executado a partir de um recorte de gênero e geração em que, além de ações familiares com ênfase nos/as jovens, as mulheres ganham destaque e tomam consciência de seu papel como membras efetivas de suas famílias e comunidades, como gestoras e lideranças que se tornam referência para outras pessoas.

“Nós mulheres somos fortes, guerreiras e temos capacidade de contribuir com nossas comunidades”

(Adriana Ana Fortunato Linhares)

Alexson Bordin Polatti, Herval D'Oeste

Alexson participou do Curso de jovens no Centro de Treinamento de Campos Novos (Epagri/Cetrecampos). Possuía computador, mas não tinha acesso à internet. A oportunidade veio através da política pública estadual da SAR, o “Kit Informática”, em 2015, com a instalação de uma torre com antena para acesso à internet. Junto com seu primo, Eduardo Bordin, acessou o programa beneficiando cinco famílias que residem próximo. Alexson elaborou seu projeto em apicultura, mas as oportunidades mostradas despertaram seu interesse na produção de moranguinhos. Com acesso à internet para informações e pesquisa, aliado ao diálogo com o técnico municipal da Epagri, Alexson viabilizou a produção de morango. A internet oportunizou aquisição de insumos, auxílio para identificação de problemas sanitários e comunicação com o técnico que o orienta na gestão da produção. Melhorou a comercialização, que ficou mais fácil e rápida, pois os pedidos são feitos via WhatsApp agilizando as duas entregas semanais para restaurantes, panificadoras, pizzarias e pessoas físicas em Herval D'Oeste, Erval Velho e Joaçaba. A antena instalada mudou a vida da família, pois além do tempo que se ganha para cuidar da propriedade, ela facilita a aquisição de insumos, oportuniza diálogo instantâneo com técnicos, vendedores e consumidores e a comunicação com o grupo de jovens da comunidade, entre tantas outras facilidades que o mundo digital proporciona.

“Abelhas precisam de flores para produzir mel; morango precisa das abelhas para polinização.
Uma atividade complementa a outra e traz nova fonte de renda. E o acesso à internet facilita as duas”.

(Alexson Bordin Polatti)





Anderson Damiam Daros, Santa Rosa do Sul

Anderson participou do Curso no Centro de Treinamento de Araranguá (Epagri/Cetrar), em 2014, e atua com pecuária de leite porque ama o que faz: “O dinheiro é consequência para manter o giro, a propriedade, mas eu faço por amor porque sempre gostei de animais”. O pai plantava arroz, seguindo a tradição da família. Anderson insistiu no leite. Começou a fazer contas e mostrar números para o pai. “Eu tenho orgulho do meu pai ser produtor de arroz porque o que a gente tem veio daí, mas também dá para investir no leite”. Em dado momento, o pai foi para o Rio Grande do Sul e Anderson ficou sozinho na propriedade, estudou, buscou apoio e a transformou em um modelo de produção. Não demorou muito o pai voltou para trabalhar com o filho. Esta foi a fase mais difícil: trazer o pai de volta. A mãe já queria voltar, o pai era mais resistente no arroz. Durante o Curso, Anderson aprendeu sobre a atividade, o que inclui piqueteamento, pastagem, alimentação, mercado. Iniciou com oito vacas e está com cerca de 50, a metade produzindo. As vacas são criadas a pasto. O sistema de piquetes é o diferencial. Em oito hectares, são 91 piquetes, cada um com mais ou menos 800 metros quadrados. Todos com pasto e água. Além da pastagem, investe em genética para ter animais com alta produção e comercializa novilhas. A pecuária leiteira é uma atividade que exige muito, mas ele reserva um tempo e recebe produtores com Dias de Campo, aliando trabalho, paixão e conhecimento. E o orgulho do pai: “Eu tenho orgulho do filho que tenho, graças a Deus. Ele ama o que faz. E a gente tem que gostar muito do que faz. Ele recebeu proposta lá fora, mas disse: pai, eu vou ficar aqui cuidando do que é nosso”. Anderson fez Técnico em Agropecuária no Instituto Federal Catarinense, se formando em 2013. Recebe alunos do referido Curso, que fica a dois quilômetros de sua propriedade, os quais cumprem estágio na atividade leiteira.

“Hoje estou feliz trabalhando com isso. Sou produtor de leite, com muito orgulho, e não penso em mudar a minha vida” (Anderson Damiam Daros)

Anderson Schmitz e Milena Schmitz, Águas Mornas

Anderson é o filho mais jovem de uma família de Águas Mornas e, desde pequeno, gosta da agricultura. Em 2016, aos 18 anos, fez o Curso Jovem Rural no Centro de Treinamento de Florianópolis (Epagri/Cetre), onde teve o primeiro contato e se interessou pelo Sistema de Plantio Direto de Hortaliças (SPDH). O SPDH consolida-se como proposta de transição da agricultura convencional para uma agricultura de base ecológica, limpa de agroquímicos e de transgênicos. Permite reduzir o uso de agrotóxicos e adubos altamente solúveis até eliminá-los completamente das lavouras, manter ou aumentar a produtividade dos cultivos e minimizar, ao máximo, a dependência da agricultura familiar a fatores externos. O objetivo é promover a saúde da lavoura com práticas voltadas ao conforto das plantas. Isso significa reduzir o estresse relacionado a fatores como temperatura, umidade, salinidade e PH do solo, luminosidade e ataque de pragas e doenças. O SPDH mostra que é possível mudar anos de tradição no uso do sistema convencional para o sistema com base ecológica que se realiza através de uma proposta educativa embasada na ação dialógica dos saberes entre agricultores e técnicos. Durante o Curso, Anderson participou do 1º Encontro Estadual de SPDH, em Lages, e de um curso intensivo. Anderson desenvolveu como projeto final a implantação de uma lavoura de estudo em SPDH na propriedade do pai, que, de início, desconfiou, mas aí entrou o incentivo e a determinação da mãe, que o apoiou na implantação do Sistema em parte das lavouras. Sua esposa, Milena, tem grande importância nesse processo. Ela nasceu e foi criada no espaço rural, mas trabalhou como autônoma. Com o casamento, voltou a integrar-se ao contexto na propriedade dos sogros e faz a gestão das lavouras em SPDH. A família iniciou com uma lavoura de tomate e, após três anos, expandiu para toda a área. Cultivam cinco hectares de hortaliças, como tomate, berinjela, couve-flor, pimentão, feijão de vagem, abobrinha e pepino japonês. A propriedade virou modelo na região. Com esforço, dedicação e apoio técnico, os resultados apareceram: já reduziram 30% o uso de produtos para controlar doenças como fungos e bactérias. Herbicida está quase totalmente eliminado. Intensificaram o uso de rolofaça para deitar a aveia e o milho, que são adubos verdes; depois fazem o plantio. Com análise de solo e orientação adequada, diminuiu o uso de fertilizante.

“Antes a gente usava mais do que precisava e acabava prejudicando a planta. No sistema convencional, a gente colhia 250 caixas de tomate por mil pés. Hoje colhemos 300 a 350 caixas por mil pés. A couve-flor só rendia metade dos pés. Já está em 80%. Na lavoura de berinjela a produtividade aumentou 100%, com 50% de redução no custo”

(Anderson Schmitz)





Ana Paula Meneghel e Rodrigo Biava, Salto Veloso

O projeto de Ana Paula e Rodrigo, turma de jovens de 2016 no Centro de Treinamento de Videira (Epagri/Cetrevi), destinou-se à construção de uma estufa para cultivo de morango e foi implantado para ser uma nova fonte de renda própria e poder melhorar a independência financeira do casal. O resultado econômico é utilizado para “fazer compras de roupas, vaidades, utilidades domésticas, lazer, jantar com amigos, viagens e passeios e para poupança”, segundo Ana Paula, atividades que não eram possíveis antes do projeto. Os jovens sentem-se reconhecidos pela comunidade em decorrência da implantação de uma atividade pioneira no município, o que faz com que busquem, cada vez mais, conhecimento e melhoria da atividade. Com orgulho, falam do seu crescimento pessoal e da evolução no relacionamento e no trato com as pessoas, clientes e amigos. Ana sente-se uma vencedora. Embora sendo uma jovem vinda do meio urbano, se identifica totalmente com as atividades agrícolas, fazendo-as com amor. Também se sente feliz por poder manifestar suas ideias e estar sendo ouvida no contexto familiar, contribuindo com o crescimento e o desenvolvimento da propriedade, implantando novas atividades e caminhando para a sucessão da história e dos negócios da família.

“Ser conhecida como a ‘Ana dos Morangos’ é motivo de orgulho e honra para mim por ser uma forma carinhosa e diferenciada da comunidade me identificar e chamar” (Ana Paula Meneghel)

Andrei Dias, Corupá

Andrei, 27 anos, é morador da Estrada Rio Novo Alto, em Corupá. Participou do curso no Centro de Treinamento de Joinville (Epagri/Cetreville) em 2016 e desenvolveu um projeto grupal com outros jovens sócios da Cooper Rio Novo para implantar uma pequena agroindústria voltada à produção de biomassa de banana verde dentro das instalações da própria cooperativa. Esta ideia foi abraçada pelos sócios e possibilitou gerar outro negócio: uma moderna unidade de panificação que utiliza a biomassa de banana em seus produtos, permitindo à Cooperativa participar do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em Corupá, desde 2019, transformando-se em um negócio em expansão no litoral do Norte Catarinense. O projeto permitiu o aproveitamento da fruta de descarte, criou seis oportunidades de trabalho e renda para os sócios, além de projetar a Cooper Rio Novo como inovadora no segmento com sua biomassa de banana verde em moderna embalagem a vácuo. O produto é comercializado em 15 pontos de venda com pães, bolachas, bolos, etc. Andrei sentiu, na prática, a força do cooperativismo, as possibilidades de agregação de valor na agricultura familiar e a importância de um bom projeto para alcançar seus objetivos de vida. Um projeto, inicialmente do jovem, se transformou em um propósito de vida do grupo de 21 famílias que compõem a Cooperativa.

“Participar do curso mudou minha vida. Aprendi gestão e a lidar com a Cooperativa. Fui buscar conhecimento e acabei saindo com um projeto” (Andrei Dias)





Claudison e Liciane Lembeck, Rio Fortuna

A família Lembeck, comunidade Bracinho do Rio dos Bugres, Rio Fortuna, desenvolve a atividade de bovinocultura de leite desde 2007 como forma comercial. Claudison, filho mais velho de João e Cecília, fez o curso da Ação Jovem na primeira turma do Estado, em 2012-2013, no Centro de Treinamento de Tubarão (Epagri/Cetuba), que tinha como tema central gestão e produção de leite. Além da bovinocultura leiteira, a família produz tabaco e alimentos para autoabastecimento. Em 2007, a Epagri iniciou um acompanhamento na propriedade para incentivar melhorias na produção e na gestão com o objetivo de transformá-la em uma Unidade de Referência Técnica (URT). Para o jovem, a orientação técnica no início dos trabalhos foi fundamental para despertá-lo para o potencial de transformação na propriedade. As principais mudanças realizadas foram: piqueteamento com água, uso de espécies perenes de pastagens, melhoria da fertilidade, genética dos animais com inseminação, infraestrutura e equipamentos para a propriedade através de crédito rural (transferidor, resfriador e ampliação de galpão). Em 2015 Claudison casou-se com Liciane Burgraeber e eles implantaram uma nova propriedade com o apoio dos pais de ambos, iniciando a produção com nove vacas em lactação. Com o conhecimento adquirido e o andamento do trabalho, praticamente toda a área está com pastagens perenes implantadas e piqueteadas, 18 vacas em lactação, uma sala de ordenha, galpão, esterqueira. O solo está corrigido e com boa produtividade de milho, tabaco e pastagens. Contribuindo com a qualidade de vida, desfrutam da produção de alimentos para autoconsumo e construíram a casa própria. Essas melhorias foram possíveis, por um lado, porque o jovem casal sempre buscou capacitação promovida pela Epagri e por outras entidades em áreas como inseminação artificial, administração rural, leite à base de pasto. Por outro lado, Claudison e Liciane sempre puderam contar com o apoio irrestrito dos pais, muitas vezes com alguma ajuda financeira e incentivo na condução da atividade. Ou seja, realizaram uma boa sucessão familiar: “Nossos pais sempre nos ajudaram no que foi possível. Somos muito gratos a eles”, afirmam os dois.

Deonir Trevisol, Felipe Guidolin, Juneor Somavila, Jeferson Somavila e Liscarlo Guidolin, Santiago do Sul

São cinco jovens no município de Santiago do Sul que decidiram participar do Curso no Centro de Treinamento de Chapecó (Epagri/Cetrec), em 2018, sendo para eles um exercício de superação. Como relata uma mãe, “eles se inscreveram sem ter ideia do que iam aprender, e isso surpreendeu os meninos”. Poder observar mudanças logo após a primeira alternância foi um momento muito especial, afirma a extensionista do município. Ao término da primeira alternância já houve uma demanda no escritório, onde uma mãe foi em busca de informações e orientações de acompanhamento na realização da sobressemeadura nas pastagens perenes. Em cada etapa, os desafios em conduzir o trabalho aumentavam, como realizar duas oficinas com pais e filhos. No primeiro momento abordaram-se a importância da família, as diferenças de pensamentos entre gerações e a contribuição de cada um no ambiente familiar despertando para o diálogo e o respeito. Na segunda oficina destacou-se o tema “recordar é viver” na propriedade do jovem Jeferson, onde as famílias recordaram momentos marcantes, costumes e ferramentas antigas que ainda fazem parte da história familiar. A família que acolheu os convidados relatou com muita satisfação as mudanças ocorridas, principalmente o aumento da produção de leite através da implantação de água e sombra nos piquetes, além da utilização de pastagens perenes. Também foi um momento de confraternizar com o ano que findava e a interação entre jovens e famílias, resultando este convívio em rotina. Os alcances com estas famílias foram muito além da condição econômica. São mudanças no desenvolvimento pessoal e profissional de jovens e familiares em que desafios foram superados, convivências e autoestima melhoradas e trabalhos realizados em conjunto. Esta nova relação de amizade despertou a importância da confiança mútua. Devido à convivência no curso, estes jovens tornaram-se mais do que vizinhos, “irmãos”, em suas falas, aproximando as famílias.





Camila Gruner, Penha

Penha localiza-se no Litoral Norte de Santa Catarina e destaca-se, economicamente, pela pesca artesanal e pela maricultura. Nesta localidade, Camila foi convidada a participar do curso realizado no Centro de Treinamento de Itajaí (Epagri/Cetrei) inserido na Ação Jovem do Mar. Camila acompanha seu pai nas pescarias, tornando-se, assim, uma das poucas ou talvez a única jovem embarcada deste município. Para Camila, “o curso trouxe muito aprendizado e benefícios para mim e para minha família, pois as informações que eu tinha no curso sempre passei para minha família”. Um dos aprendizados ressaltados pela jovem refere-se às questões de segurança no mar, aos riscos que se corre por não usar os equipamentos de salvatagem e de comunicação. Ela destacou as visitas realizadas durante o curso e sua importância para o aprendizado. Camila relatou também o seu início como pescadora embarcada e a pressão sofrida por pessoas que não compreenderam sua opção profissional e de vida: “Era comum eu ouvir: como uma moça vai para o mar pescar?!”. Porém, ela comenta que nunca teve medo e sente orgulho de ser pescadora.

“Mulher pode sim ser pescadora. As mulheres são fortes e não têm medo do trabalho, desempenhando sua função da melhor maneira possível” (Camila Gruner)

Ediano Eccher, Nova Trento

Ediano reside no interior de Nova Trento e participou do Curso no Centro de Treinamento de Florianópolis (Epagri/Cetre), em 2016. Durante sua participação, foi falado sobre a possibilidade de realizar um projeto de livre escolha dele e de seus familiares. Em diálogo com a família, surgiu o desejo de investir na modernização de equipamentos e na comercialização da farinha, porém mantendo a forma artesanal de produzir. Antes a família produzia e vendia para outras empresas, que embalavam a farinha com seus próprios rótulos. Após o curso, a família se deu conta do valor de seu produto e passou a vender diretamente para o comércio da região. Também investiu na valorização e identidade do empreendimento, confeccionando embalagem com rótulos e código de barra. O investimento teve como objetivo principal agregar valor e propor melhorias em tópicos, como produção, embalagem, comercialização e sustentabilidade, destacando o local de origem do produto e a história da família. Além do pai, Eurides, e dos filhos, Ediano e Edivan, trabalham na produção da farinha e no cultivo da lavoura de mandioca a mãe, Nadir, e a esposa de Edivan, Ana. Produzem cerca de 500 quilos de farinha por semana e, aproximadamente, 200 toneladas por ano. Ediano faz a gestão do empreendimento e tem grande desenvoltura na comercialização, o que traz a possibilidade de autonomia e liderança dos filhos com o apoio dos pais. Essa foi a oportunidade de fazer a sucessão familiar com dois dos quatro filhos do casal. Os dois irmãos querem permanecer na propriedade pois possuem boas condições de vida e gostam do espaço rural. Uma mostra de que é possível fazer a gestão compartilhada entre pais e filhos e de que, neste contexto, o núcleo familiar exerce uma importante influência por ser portador de valores e estilos de vida próprios.





Fábio Luiz Felício e Anelise dos Santos Felício, Itajaí

Fábio, de São Roque, Itajaí, filho de agricultores, sempre ajudou os pais na roça de aipim e no plantio de verduras. Casado com Anelise dos Santos Felício, pai de dois filhos, reside no Bairro São Judas, onde tem sua unidade de processamento. Participou do Curso de Jovens no Centro de Treinamento de Itajaí (Epagri/Cetrei), em 2015. Durante o curso foi convidado, juntamente com sua esposa, para fazer outro curso específico de Panificação Nutracêutica, o que fez Anelise ficar encantada com o biscoito de aveia e açúcar mascavo que lhe foi apresentado. Com seu tino comercial, logo visualizou uma oportunidade. Fábio e Anelise viram nos biscoitos nutracêuticos um mercado promissor e, a partir daí, desenvolveram o projeto com este foco, abrindo uma agroindústria especializada. Com base no que aprenderam durante os dois Cursos, inovaram e criaram receitas utilizando diversas plantas bioativas, como açafraão, ora-pro-nóbis, moringa, zedoaria, tupinambor, gengibre, hibisco, batata-doce e aveia. Hoje, com mais de 100 clientes, a Nutrabio destaca-se no mercado por sua especificidade e qualidade dos produtos. Além da satisfação pessoal, a transformação do projeto em realidade trouxe renda e qualidade de vida para a família.

Geovane e Gilmar May, São Martinho

A propriedade da família dos jovens Geovane e Gilmar May, focada em bovinocultura leiteira, é conduzida em família junto com o pai, Pedro, e a mãe, Bernadete. Em 2013, Geovane realizou o Curso no Centro de Treinamento de Tubarão (Epagri/Cetuba) e projetou a melhoria do sistema produtivo com planejamento para cinco anos. Com isso, a produção passou de 20 para 40 vacas e, de 170 para 600 litros. A família definiu como prioridade ações de melhoramento na produção de volumoso em qualidade e quantidade (pastagens e alimentos complementares, silagem) e na infraestrutura produtiva (sistema de ordenha, equipamentos para condução da pastagem, instalação de um sistema de irrigação e fertirrigação). Os investimentos ocorreram com recursos do SC Rural (sistema de irrigação e roçadeira). O propósito definido foi aumentar o plantel e o volume de produção com custos baixos, buscando a sustentabilidade através de um plano forrageiro que garanta a oferta necessária de volumoso o ano inteiro. Até 2020 a propriedade já tinha alcançado ótimos índices técnicos através da melhoria do sistema produtivo tornando-se uma Unidade de Referência Técnica (URT) com o modelo sustentável da atividade leiteira. Desde 2015 a família é acompanhada, mensalmente, através de um modelo de gestão de propriedade técnico e econômico, visando melhorar os índices produtivos e tendo em vista maior retorno econômico, com visão ambiental sustentável, qualidade de vida e consolidação da atividade. Em 2014, foi a vez de Gilmar fazer o Curso, o que contribuiu para melhorar ainda mais a eficiência produtiva, repercutindo nos índices técnicos e econômicos, o que resultou em agregação de renda. A família está conseguindo suas metas através de uma gestão de resultados que reúne a administração da propriedade de forma sistêmica com a liderança dos jovens e a participação ativa do pai e da mãe. A administração inclui o diagnóstico através de índices gerados pelo acompanhamento técnico e econômico, a tomada de decisões em conjunto, a definição de metas, objetivos e a elaboração do plano de ações para alcance dos resultados propostos. A mudança nos jovens com o Curso foi visível e passaram a exercitar liderança aliada a atitudes motivacionais, comportamentos proativos, intenções de continuar na propriedade, criatividade para inovar e habilidade na comunicação, o que vem gerando grandes resultados na atividade, humanização do trabalho e harmonia familiar.





Géssica e Érica Pagliari, Ponte Serrada

As jovens agricultoras Géssica e Érica são duas irmãs que residem na comunidade de São Valentim, Ponte Serrada. São mulheres que estão escrevendo uma linda história na agricultura familiar. Filhas e netas de beneficiários do Crédito Fundiário, estão fazendo a sucessão nesta família que tem um histórico de amor e compromisso com a verdadeira missão da agricultura familiar que é a produção de alimentos. Géssica e Érica participaram do processo de formação com jovens rurais da Epagri, no Centro de Treinamento de Chapecó (Epagri/Cetrec), o que resultou em um projeto de investimentos na produção leiteira e na construção de uma pequena agroindústria de produção de queijos. Além da atividade leiteira, as duas irmãs aproveitaram as instalações desativadas de um aviário para construir uma estufa para morangos e outras hortaliças com produção orgânica. A propriedade está sendo organizada para produzir uma grande variedade das ditas “miudezas”. Criaram a marca Gosto Familiar e grupos no WhatsApp, organizados por município, para venda e divulgação do meio e modo de produção para que os consumidores acompanhem as atividades na propriedade, bem como possam saber o que estão comprando. A Família Pagliari é uma referência de sucesso na agricultura e tem nas jovens Erica e Géssica o suporte para este salto na renda e na qualidade de vida.

Hariet Brüske, São Bento do Sul

Alegria, dinamismo e alto astral não faltam na propriedade de Hariet Brüske, em São Bento do Sul. Ela participou do curso em 2015 no Centro de Treinamento de Canoinhas (Epagri/Cetrecan) e, desde então, administra a Pousada Ponte de Pedra, juntamente com seus pais, Helmut e Hildegard, buscando sempre novidades e atrativos para o empreendimento. Localizada na divisa dos municípios de São Bento do Sul e Campo Alegre, a pousada administrada por Hariet conta com um chalé antigo. Antes, um paiol para moer milho, hoje está reformado e bem decorado para receber os hóspedes, além de mais quatro suítes construídas com recursos recebidos como incentivo no curso de jovens e próprios. A pousada Ponte de Pedra tem esse nome por possuir uma ponte datada de 1884, construída em pedra, por onde passava a antiga estrada Dona Francisca. Como atrativos, conta com finais de semana animados com passeio a cavalo e de carroça, excelente comida caseira com costela de fogo de chão, cafés da tarde e turismo de aventura com circuito de arvorismo, balaço suspenso, parede de escalada. A propriedade é ponto de apoio para ciclistas que fazem o circuito das araucárias oferecendo alimentação, hospedagem e carimbo de passagem. A família fez o processo e é sócia fundadora do grupo Acolhida na Colônia. A passagem pelo curso trouxe à Hariet e à família o incentivo que faltava para se dedicar ao turismo rural pelas belezas, pelo fácil acesso e pela aptidão natural da propriedade, valorizando também o potencial familiar de disponibilidade, alegria e sorriso fácil! Segundo Hariet, o apoio dos pais, aliado a como o Curso é dado ampliou seu olhar.

“A mãe assumiu as crianças e eu consegui fazer o curso. Ali a gente aprende a liderar. Não é só o turismo.

São ideias que vem. O apoio dos pais foi fundamental” (Hariet Brüske)





Lara Aparecida Leite Dauer, Vitor Meireles

Lara é da comunidade Serra da Abelha 2, Vitor Meireles, e participou do Curso para jovens no Centro de Treinamento de Agrônômica (Epagri/Cetrag), em 2015. No Curso, seu projeto seria, inicialmente, na atividade leiteira. Porém, durante o processo, lara encontrou o que realmente era seu dom: a produção de panificados. A partir daí o projeto se focou na construção da agroindústria de panificados “Delícias da Lara” com objetivo de diversificar a renda familiar. Com investimentos do SC Rural, em parceria com técnicos da Epagri, Vigilância Sanitária Municipal e sua família, lara construiu a agroindústria e adquiriu equipamentos. Ao se associar à Cooperativa Familiar do Alto Vale do Itajaí (Cooperfavi) passou a comercializar nos mercados de Vitor Meireles e Witmarsum, com destaque às receitas tradicionais da família, como pães de batata-doce, cará e biscoitos decorados. Além disso, atende encomendas pelas redes sociais. Adquiriu um carro para transporte, novos equipamentos para fabricar os panificados e continua fazendo cursos de aperfeiçoamento. No início, lara contava com a colaboração de sua mãe na produção e no fornecimento de parte da matéria-prima para os pães. Seus novos projetos são aumentar a área de venda para mais municípios da região e ser autossustentável na matéria-prima. Além de estar realizada com o que faz, exercita seu protagonismo em outros espaços: participa do Clube de Mães e incentiva outros jovens a ir em busca de realização pessoal, empreendedorismo e agregação de renda à unidade familiar.

“O foco é central. Ter foco é importante para o crescimento em tudo na vida.

Com foco no que se faço, melhoraram até as relações familiares” (Lara Aparecida Leite Dauer)

Janice Krenhke, Araquari

Janice, 19 anos, moradora da comunidade Morro do Jacú, em Araquari, fez o curso em 2017, no Centro de Treinamento de Joinville (Epagri/Cetreville). A jovem sempre teve habilidades com panificação e, durante o processo de elaboração do seu projeto, a família se engajou para a concretização de um sonho que vinha neste direcionamento: investir na transformação de ingredientes em produtos alimentícios diferenciados. Hoje a jovem e suas duas irmãs, que já haviam saído da propriedade, são sócias numa panificadora que fica no meio urbano, mas tem como carro-chefe os panificados tradicionais da região, cuja elaboração alia a forte veia rural com o aprendizado passado de geração em geração entre as mulheres da família com inovações que a jovem pesquisa e insere em seu cotidiano. São utilizados ingredientes da propriedade ou adquiridos de agricultores familiares do município. A panificadora das irmãs Krenhke é o elo de aproximação das jovens com as raízes da família, a alegria e a satisfação dos pais que não tinham perspectiva de sucessão familiar na propriedade.



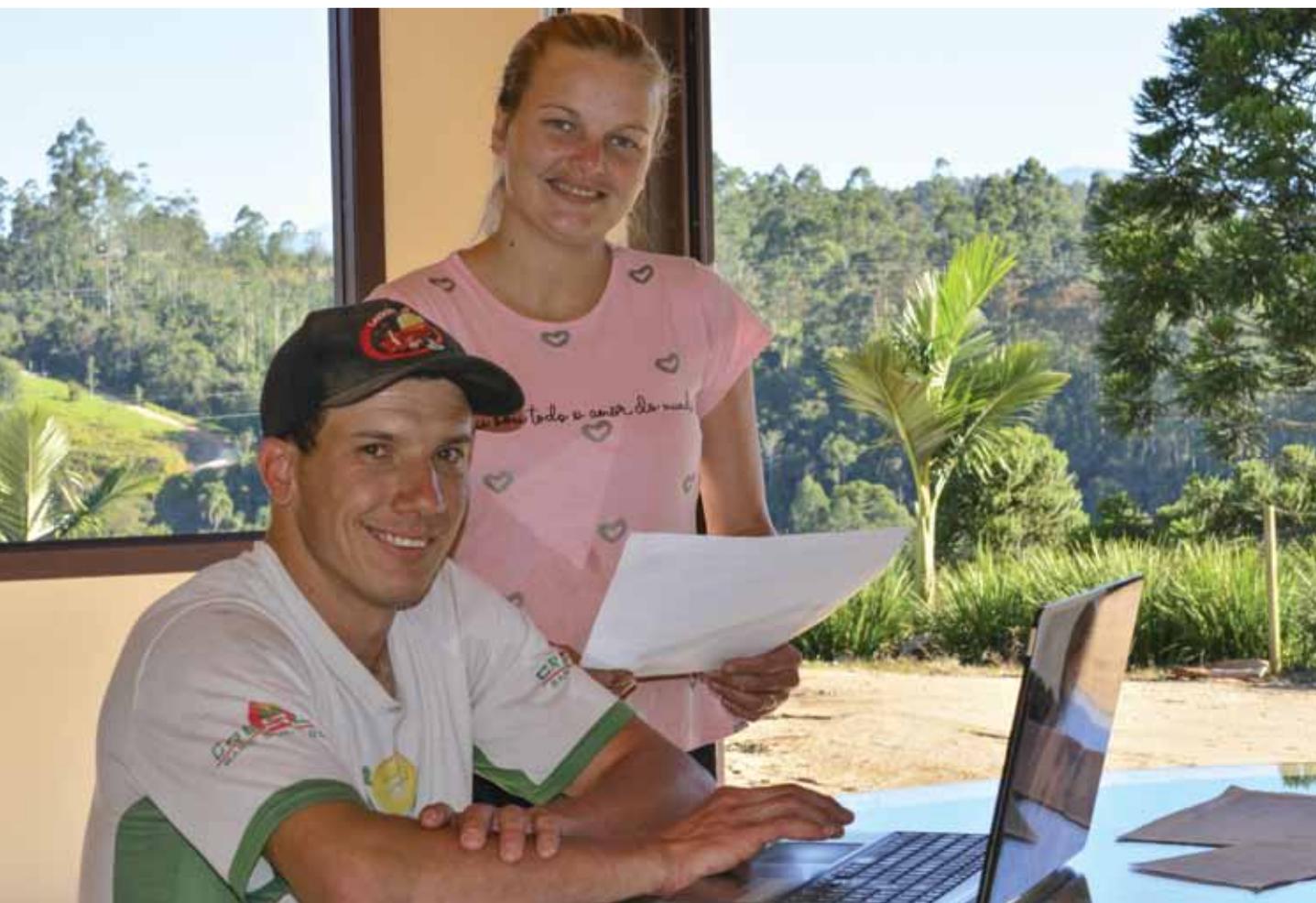


Jairo Boing, Vitor Meireles

Jairo Boing, da comunidade Serra da Abelha I, Vitor Meireles, participou do Curso no Centro de Treinamento de Agrônômica (Epagri/Cetrag) em 2015. Jairo é produtor de fumo e realizava atividades de diversificação de renda da unidade familiar, como turismo rural, soja e produção de mudas de hortaliças. Após o curso, juntamente com seu irmão e vizinho, escreveram o projeto voltado à bovinocultura de corte. Através do SC Rural, Jairo investiu em construção de piquetes, instalação de bebedouros, construção de galpão e aquisição de animais. De forma coletiva, adquiriram balança para os animais. Em 2016 Jairo continuou a diversificar a renda na unidade familiar e implantou 5 mil pés de uva Niágara rosada. Inicialmente, comercializava na propriedade através da divulgação em redes sociais. Já implantou novas variedades e faz o processamento das frutas. Pretende realizar cursos oferecidos pela Epagri, ou de forma particular para produzir geleias e outros produtos, com apoio da família. Formado em administração e agronegócio, Jairo busca, cada vez mais, conhecimento e tecnologia, está realizando com o que faz e motiva outros jovens. Como análise do ambiente, avalia que um potencial da região a investir é o turismo, que pode incluir atividades construindo circuitos “colhe e pague”.

Jean e Rosana Badziak, Grão-Pará

O casal Rosana e Jean está realizando em sua propriedade rural, localizada em Barra do Rio do Meio, Grão-Pará, onde trabalham com bovinocultura leiteira à base pasto, com uma gestão eficiente de produção que abrange 70 matrizes leiteiras em uma área de 20 hectares, arrendada dos pais de Jean. O processo de sucessão familiar teve início em 2014, quando Jean realizou o Curso com jovens, com ênfase em pecuária leiteira, no Centro de Treinamento de Tubarão (Epagri/Cetuba), momento a partir do qual colocou em prática seu plano de vida, elaborado durante o Curso. Desde o início de 2017, ano do casamento do jovem casal, a equipe municipal de Grão-Pará iniciou um trabalho de acompanhamento técnico, econômico e contábil da atividade leiteira com a família, transformando a propriedade em uma Unidade de Referência Técnica (URT). Jean rapidamente se identificou com a gestão da atividade e foi assumindo o papel de responsável, com apoio e anuência dos pais. Entusiasmado, em 2018, participou de outro curso no Cetuba, desta vez com jovens egressos de várias turmas. Os objetivos eram aprofundar os conhecimentos técnicos na atividade leiteira e acompanhar a evolução no processo de sucessão familiar. Jean ampliou seu conhecimento em gestão e desenvolveu a habilidade de gerir a atividade leiteira através de planilhas contábeis, as quais adaptou para atender a sua necessidade para agilizar o processo de controle e administração, algo que o casal realiza e que garante o sucesso do empreendimento familiar. Em 2019, seus pais, com apoio dos demais familiares, decidiram passar a responsabilidade da atividade leiteira, bem como a renda gerada, para o jovem casal. A partir de então, Jean e Rosana desenvolvem suas funções e contam com o apoio e a parceria dos pais e da tia. A propriedade continua sendo uma URT de bovinocultura leiteira e está estruturada na produção de leite à base de pastagem em sistema agropastoril, princípio agroecológico de produção pecuária que garante uma grande promoção de bem-estar para os animais. O processo de sucessão familiar é complexo e depende de inúmeros fatores. Este exemplo de sucesso é inspirador e enaltece o papel da extensão rural em conjunto com a família para que o processo ocorra garantindo o “novo rural”.





Jeniffer Bennerdt, Trombudo Central

Filha de Nariße e Edson, Jeniffer tem um irmão, Jonathan. Participou do curso de jovens em 2015, no Centro de Treinamento de Agrônômica (Epagri/Cetrág), quando tinha 20 anos. Destacou-se e foi a representante do grupo na formatura. Seu projeto foi feito com o objetivo de disponibilizar água nos piquetes e comprar um gerador de energia, pois a família tinha muitos problemas com perda de leite e com a própria qualidade do produto devido à falta de energia na comunidade. Hoje o problema foi sanado com a compra do gerador. Aliado a esta conquista, Jeniffer exercita seu protagonismo em espaços sociais. É membro do CMDR. Em 2016 foi primeira secretária e é membro titular. É agente comunitária da Cresol, função semelhante à dos membros do CMDR. Participa de reuniões e capacitações e tem a responsabilidade de repassar à comunidade os assuntos abordados. Faz, assim, a divulgação dos projetos da instituição. As principais atividades com que atua são pecuária de leite, piscicultura, grãos e alimento de autossuficiência na propriedade onde a mão de obra é familiar. Suas principais funções são administração, elaboração do relatório genético, histórico e controle do rebanho, controle da prenhes e inseminação artificial. Como contribuição do Curso destaca ter aprendido sobre “a importância de ter foco e se dedicar à atividade”. Outra questão é o gerenciamento da propriedade, visto como essencial para ter sucesso nas atividades. O terceiro ponto é a importância de a família trabalhar unida e das especialidades de cada um na execução do que faz e é responsável.

“Permaneço na agricultura por opção, por gostar do que faço” (Jeniffer Bennerdt)

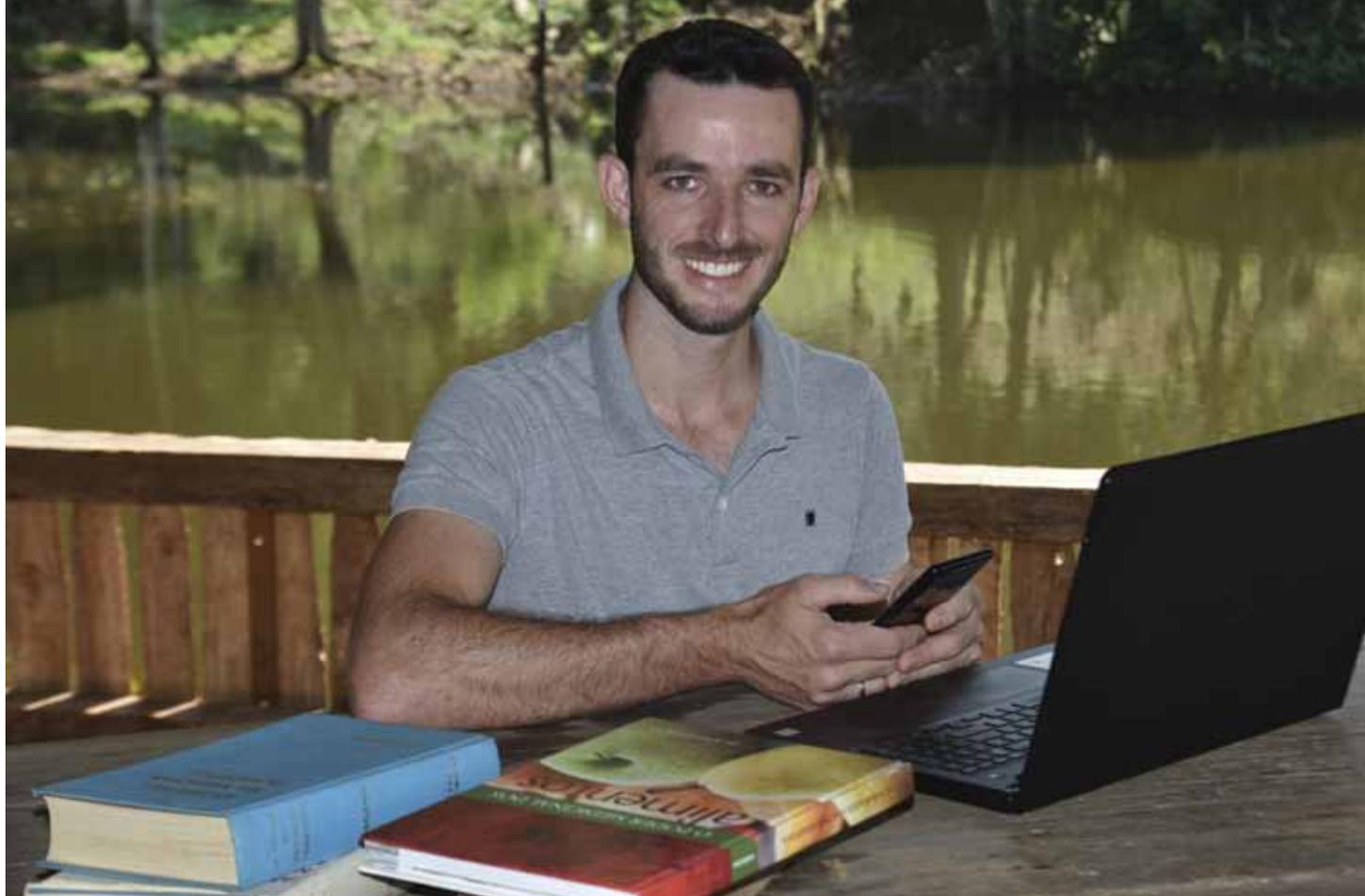
Joemara Aparecida de Souza, Agrolândia

Joemara é casada com Sidnei Pflieger e mãe de Otávio. Vive na comunidade de Rio Bonito 1 em Agrolândia e participou do curso no Centro de Treinamento de Agrônômica (Epagri/Cetrag), em 2018. As principais atividades, com mão de obra familiar, são olericultura e fruticultura agroecológica. Durante a participação no Curso, optou por focar seu projeto no plantio de amoras, algo que a inspirava e atraía. Além de produtora, exercita seu protagonismo em sua participação como membro da Associação dos Produtores Agroecológicos “Semente do Futuro” de Atalanta e do grupo de agricultores que comercializa para a merenda escolar via PNAE no município de Agrolândia. Frequentar o curso de Naturologia lhe possibilitou melhor investir no cultivo de PANCs e bioativas,

“Meu sonho era ter a propriedade com certificação orgânica. Consegui em 2020. Posso continuar trabalhando em família em uma propriedade autossustentável, diversificada, com qualidade de vida, oferecendo alimentos limpos e saudáveis para o consumidor como se fosse para minha própria família. Um sonho que é realidade”.

(Joemara aparecida de Souza)





Joel Fischer, Pinhalzinho

Joel participou do Curso no Centro de Treinamento de São Miguel do Oeste (Epagri/Cetresmo) em 2015, o que, para ele, foi fundamental para mudar sua forma de ver a vida e visualizar outras possibilidades em sua trajetória pessoal. Na primeira alternância foi trabalhada a Olericultura e a ideia de produzir morangos começou a se formar e se tornou realidade, seguindo as orientações do Extensionista Municipal. Joel iniciou com um abrigo de cultivo protegido e passou a vender no mercado local. Durante a elaboração de seu projeto, contabilizou uma população regional de, aproximadamente, 50 mil pessoas, considerando municípios vizinhos e prospectou uma produção para atender este mercado potencial. Ao término do Curso, com apoio de recursos do SC Rural, investiu em mais um abrigo e uma cisterna para captar e armazenar água da chuva, incorporando sustentabilidade ambiental no negócio. Com a produção de morangos consolidada, a família encerrou a atividade leiteira, pois os pais já estavam sofrendo com sérios problemas de coluna. Após investimentos, a família conta com cinco abrigos para cultivo protegido de morangos, investindo em uma produção de 12 mil mudas. A meta é 1kg de morangos por planta por ano, vendido *in natura*, atendendo a demanda do mercado local. Fazer contas, planejar e, principalmente, projetar um empreendimento foram lições aprendidas no Curso. “Foi justamente esta parte que me fez optar por realizar o meu sonho de estudar Engenharia Civil, pois sempre gostei de cálculos, planejar e projetar e entendo que é possível conciliar a agricultura, que amo, com a engenharia civil”. Joel continua seus estudos investindo em conhecimento, feliz com a atividade que realiza com muita satisfação junto com a família e a profissão de engenheiro Civil.

“É um espetáculo esse curso. Gostei muito mesmo.

Trabalha um pouco de tudo e dá uma visão bem completa de como administrar a propriedade”

(Joel Fischer)

Jonas da Silva, Jairo Gabriel da Silva e Gilson da Silva, Penha

Em 2018, os irmãos Jonas, 33 anos, Jairo, 21 anos, e Gilson, 28 anos, participaram do curso da Ação Jovem do Mar, realizado no Centro de Treinamento de Itajaí (Epagri/Cetrei). Moradores de Penha, Litoral Norte de Santa Catarina, trabalham na maricultura com produção de mexilhões. Os principais benefícios que o curso proporcionou para os irmãos foram os conhecimentos sobre custos de produção e as aulas diferenciadas a campo que contribuíram no aprendizado com visitas a diferentes experiências e conhecimento de oportunidades de melhoria no próprio negócio. Estes jovens possuem um grande diferencial no trabalho que executam, pois a atividade é pautada na sucessão familiar em que há lugar para os pais e os três filhos continuarem a atuar com o mesmo propósito de vida. A família tem incentivado a permanência na atividade e trabalha em conjunto com o mesmo objetivo: ser reconhecida como produtora de mexilhões de qualidade. Cada filho tem uma responsabilidade na cadeia produtiva, o que traz satisfação e compromisso com o trabalho realizado e com o resultado que alcançam. A divisão das tarefas, as responsabilidades e também os ganhos proporcionam aos jovens sentir-se parte real do processo em parceria na própria família.





Jonas Morsch, Massaranduba

Jonas, 27 anos, de Massaranduba, participou do curso no Centro de Treinamento de Joinville (Epagri/Cetreville) em 2015. Sua família já trabalhou com vários cultivos, mas Jonas viu no cultivo e no beneficiamento do aipim uma nova oportunidade de renda. A partir desta constatação, fez seu projeto com o objetivo de construir uma unidade de beneficiamento. Para concretizar sua proposta, além do apoio para efetivação da unidade física, também contou com outro projeto apoiado pela Epagri destinado a trabalhar a marca, o design, a embalagem e a apresentação, o que qualificou o resultado final e contribuiu, efetivamente, com a aceitação do seu produto no mercado. A nova atividade é bem-sucedida, envolve a família e conta com um funcionário. Inclusive sua mãe, que já trabalhava em uma atividade não agrícola, retornou para a propriedade. A área de aipim por eles cultivada já é a maior do município e a renda gerada está prestes a se tornar a principal da família. Sua mãe está realizada: “me sinto muito feliz em poder participar do projeto junto com meu filho”.

“O Curso propicia uma troca de experiências. Isso me interessou muito.

Tenho meu próprio negócio, a renda aumentou. Sou reconhecido.

E tudo foi a Epagri que orientou, seja na agroindústria, seja para enfrentar a burocracia”

(Jonas Morsch)

Josemar Dias e Treice Keli Diel, Major Gercino

Josemar Dias é um jovem formado no curso do Centro de Treinamento de Florianópolis (Epagri/Cetre), em 2013, e Treice Keli Diel em 2016. Ambos do município de Major Gercino, na Grande Florianópolis, foram convidados pela Epagri do município e se sentiram motivados a viver esta experiência. Durante o curso, os conteúdos trabalhados a partir do eixo humano-social incentivaram os jovens a se soltar e se postar em grupo exercitando a oratória e a interação com os demais. Tal formação contribuiu com a desenvoltura sendo que os dois jovens participam do CMDR e, na eleição ocorrida em 2018, foram eleitos Presidente (Treice) e Vice-presidente (Josemar), ocupando um importante espaço de diálogo, reflexão e fortalecimento da agricultura. Percebe-se, a cada dia, a seriedade e o comprometimento dos dois e o quanto são “firmes nas decisões”, como eles mesmos relatam. São lideranças que têm consciência do papel social que exercem.

“Estamos aprendendo, conforme vai andando. O Conselho tem um papel importante no nosso município e as pessoas mais velhas ficam contentes de ter os jovens à frente, pois as questões sobre a agricultura passam pela aprovação do Conselho que é um coletivo que tem representante de cada comunidade”

(Josemar Dias e Treice Keli Diel)





Juliana Kersten Tromm e Joice Kersten Reissner, Joinville

Juliana e Joice, 30 e 28 anos, respectivamente, são moradoras da Estrada Bonita em Joinville, filhas de Ango Kersten e Ivanir Aparecida Kersten que tem uma propriedade de turismo rural. Juliana participou do curso realizado no Centro de Treinamento de Joinville (Epagri/Cetreville), em 2015. Fez seu projeto pensando em construir uma panificadora para melhorar a qualidade de pães e cucas que vendia na propriedade. Porém, ao perceber a necessidade de ter um espaço para servir os produtos aos turistas, alterou seu projeto para o Café Rural Alles Blau. Joice fez o curso em 2018, apoia os pais na atividade de turismo e faz artesanato para vender na propriedade. A família Kersten, após suas duas filhas passarem pelo curso, tem uma propriedade mais estruturada para receber os turistas, pois conta com a tradicional visitação, que tem como uma de suas atrações o museu rural e a venda de melado e artesanato. Também conta com um excelente serviço de alimentação com o café rural. Como outra atratividade, há venda de pães e cucas, que é administrada por Juliana. Aliando e fortalecendo diferentes habilidades e vocações, as jovens viram um futuro na propriedade e, desta forma, estão contribuindo para preservar o patrimônio gastronômico e turístico do espaço rural joinvilense.

“Ao participar do Curso, ficou claro que eu estava indo no caminho certo do turismo”

(Juliana Kersten Tromm)

“Para mim, ajudou a me soltar, ficar mais solta, mais segura”

(Joice Kersten Tromm)

Lucas de Vargas Cardoso e Catiane de Matos Homem Cardoso, São João do Sul

Lucas e Catiane são produtores de leite e fizeram o curso no Centro de Treinamento de Araranguá (Epagri/Cetrar) em 2017 e continuam participando de cursos diversificados para ficarem atualizados. Ainda solteiro, Lucas recebeu dos pais, produtores de fumo, três hectares de terra e, com recursos que juntou naquela cultura, comprou mais um hectare e meio. Na sequência, se dedicou a fazer vários cursos voltados à produção leiteira, o que motivou o casal a desenvolver esta atividade. A motivação dos dois foi tamanha que os pais de Lucas também se animaram e a família passou a trabalhar conjuntamente: Lucas, sua esposa e seus pais. A família vive da bovinocultura de leite e é associada à Coopersertão, organização em que participam ativamente. Lucas e Catiane iniciaram com dez vacas e complementavam a renda com outras atividades. A atividade foi ampliada e a Coopersertão entrega o leite a um laticínio da região. Para Lucas, trabalhando em cooperativa se consegue agregar mais valor e trabalhar com mais segurança. Em termos de investimentos, reformaram o galpão, fizeram o telhado, construíram uma área de lazer e adquiriram maquinário. Consideram central trabalhar no que se gosta e ter força de vontade, diminuir os custos e investir para alcançar a qualidade de vida desejada. Lucas é também um inventor que cria peças, detalhes e equipamentos que melhoram o trabalho e reduzem os custos. Coragem, vontade e determinação são qualidades destes jovens.

“Para nós foi fundamental o apoio dos pais e a parceria que vivemos como casal”

(Lucas de Vargas Cardoso).

“Antes os pais tinham preocupação com a vida que eu teria no campo; hoje eles têm orgulho”

(Catiane de Matos Homem Cardoso)





Lucimar Hoff, Campo Alegre

Desde os primeiros dias de participação no Curso de Jovens, realizado no Centro de Treinamento de Canoinhas (Epagri/Cetrecan), em 2015, Lucimar demonstrou que despontaria como liderança em sua comunidade pelo seu entusiasmo, interesse, sua curiosidade, vontade de empreender e dedicar a vida ao campo. Durante o curso, ainda solteiro e morando com os pais, Lucimar trabalhava com cultivo de morangos e produção de leite, demonstrando sempre muita garra e força para empreender. Após o curso, a vida tomou outros rumos. Lucimar casou, constituiu família, tem seu filho, Vitor Gabriel, e trabalha na propriedade com a esposa, Janaine, com produção de hortaliças e gado de leite. Assumiu a presidência da Sabores de Campo Alegre, cooperativa de agricultores familiares que entrega hortifrúti para o PNAE e conta com a estrutura pronta para atuar na produção de doces e geleias de morango, amora e mirtilo. É motivo de alegria e emoção ouvir seu relato e saber da importância que o curso teve para seu desenvolvimento como pessoa e como os conhecimentos adquiridos ajudaram a empreender, decidir e acreditar em seu potencial.

“Tudo o que a gente aprendeu lá, a gente bota em prática.
E, se precisar, a gente sabe quem procurar na Epagri” (Lucimar Hoff)

Luiz Augusto Machado Silveira, Santa Cecília

Para Luiz Augusto a participação no Curso em 2015, no Centro de Treinamento de Videira (Epagri/Cetrevi), fez muita diferença em sua vida. Ele tinha dificuldade de comunicação e passou a se integrar com o grupo de jovens de maneira especial. Sua evolução foi percebida por colegas, instrutores e familiares. Desenvolveu e apresentou seu projeto voltado à implantação de estufa de hidroponia para cultivo de alface de maneira convincente demonstrando ser conhecedor da sua prática e dos seus objetivos. Pelos importantes resultados econômicos e sociais que o seu projeto tem trazido para sua família, Luiz Augusto teve participação de destaque no Encontro Regional de Jovens Rurais, em julho de 2018, em Curitiba. Na oportunidade, contou sua experiência enfrentando um público de mais de 200 pessoas. Mais um grande desafio bem realizado! Luiz Augusto percebeu a importância do conhecimento para seu crescimento profissional e pessoal. Está, constantemente, participando de cursos. Tudo tem contribuído para que busque novas alternativas e mais renda para a família, a sucessão familiar se concretize e continue vencendo suas barreiras para uma convivência social saudável e sem medos.

“Participar do Curso no Cetrevi foi um divisor de águas em minha vida”.

(Luiz Augusto Machado Silveira)





Marcos Augusto Mondardo Dal Molin, Nova Veneza

Marcos fez o Curso no Centro de Treinamento de Araranguá (Epagri/Cetrar) em 2016 e passou “a olhar a propriedade com outros olhos”. Como profissão, seguiu os passos do pai, que trabalha há mais de 30 anos com arroz irrigado, uma das culturas que mais demandam água. Pensando nisso, investiu no armazenamento de água da chuva para ter segurança em épocas de estiagem. Construiu dez açudes com uma lâmina de água de quatro hectares e meio. Depois de uma das alternâncias, chegou em casa e falou: “pai, vamos fazer o que é prioridade em nossa propriedade. Aí, sentamos e colocamos. É inovar no maquinário? Não. O que é? É armazenamento de água. Então, a gente começou a investir”. O armazenamento é com água da chuva. Quando tem excesso, o açude enche, metade por gravidade e outra parte com a bomba. “Quando chove muito, a gente enche, o que não atrapalha ninguém. Ou seja, não cria conflito com vizinho”. O jovem foi orientado pelo órgão municipal que cuida de questões ambientais para fazer tudo dentro do que prevê a legislação. Marcos junta tecnologia, qualificação profissional e visão de futuro com o objetivo de produzir com sustentabilidade: “A minha meta é ter um açude de 30 mil metros cúbicos para cada quinze hectares de arroz. Isso vai dar mais segurança”.

“O armazenamento de água só traz benefícios. São vários fatores: na parte econômica você consegue reduzir custos. Na questão ambiental, quando tem excesso de chuva, você consegue armazenar aquele excesso que, muitas vezes, vai para o mar e depois não tem mais utilidade. Na parte ambiental ainda, o vizinho de cima, às vezes faz uma drenagem com uma água mais suja, enfim, você consegue repor dentro do açude não jogando essas águas nos rios. Ela decanta no açude e depois você consegue usar na lavoura. Também tem a parte social, que serve de motivação para outros agricultores. Evita o conflito porque, às vezes vem a estiagem. Assim, fica mais tranquilo com o armazenamento” (Marcos Augusto Mondardo Dal Molin)

Marta Helena Bossy, Santa Terezinha

Marta, jovem e determinada, tem na família seu principal alicerce. É apaixonada pelo trabalho na terra e tem como principal atividade a Fruticultura, pêssego e uva. É uma líder comunitária sensível e aberta para compartilhar conhecimentos e buscar soluções para as dificuldades vivenciadas, sejam individuais ou grupais. Participa do grupo de mulheres da comunidade, da diretoria da igreja e da APP da escola. Participou como palestrante em encontros de jovens rurais, socializando sua experiência de vida. Ela nos relata que, com sua participação no Curso, descobriu talentos, possibilidades, hipóteses que jamais considerou que seria capaz. Além do conhecimento direto, as práticas e culturas anuais, um grande leque de outros conhecimentos foi aberto, como respeitar os pais, a natureza e a vida em todos os níveis e seres, o que descobriu no decorrer do processo. “Aprendemos a trabalhar no que amamos, no que nos dá prazer e alegria, mas entendemos que precisamos respeitar nossos pais e pessoas que pensam diferente. Não bater de frente, mas ir mostrando aos poucos que estudamos e aprendemos um jeito diferente de trabalhar”. Marta é apaixonada pelo trabalho na terra e se considera muito sortuda de ter essa chance. Descobriu também que gosta de estar com pessoas, de fazer algo e ajudar a comunidade. Formaram um grupo de mulheres e trabalham com plantas medicinais, defensivos alternativos para horta e pomar e reaproveitamento de alimentos, além do emocional, buscando força, umas com as outras, para superar dificuldades, compartilhar carinho e conhecimento.

“Aprendemos no curso a olhar para nós mesmos, para nossas propriedades, família, problemas, potenciais. E nossos dons são desmascarados. Agradeço eternamente a oportunidade que tive em participar do curso de jovens e espero que muitos jovens tenham essa chance, assim como incentivo, desde já, para meu filho, quando tiver idade, participar também. Sempre façam o que amam, nunca somente por dinheiro” (Marta Helena Bossy)





Paulo Fernandes Sebben, Descanso

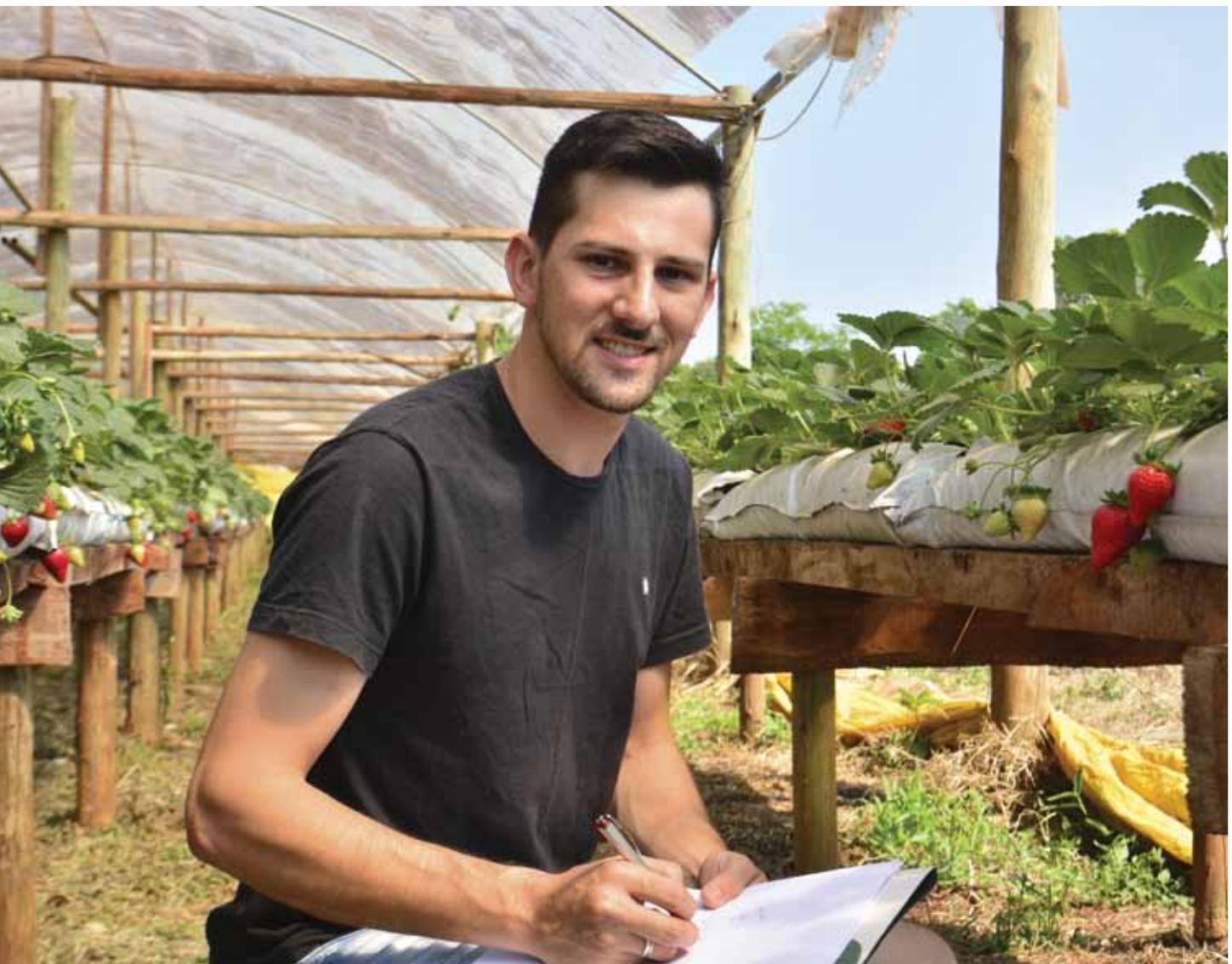
A família Fernandes Sebben, de Descanso, produz 13 toneladas de alimentos orgânicos por ano, produção feita em uma área de cerca de três, de um total de dez hectares da propriedade com certificação orgânica. Paulo é o caçula de três filhos de Joana e Irineu, permanece na propriedade com seus pais, Joana, uma guardiã de sementes e Irineu, sucessor de seu pai, avô de Paulo. Paulo participou do Curso no Centro de Treinamento de São Miguel do Oeste (Epagri/Cetresmo), em 2015, quando decidiu ampliar a variedade de alimentos produzidos para venda. Investiu na construção de uma estufa com infraestrutura para morangos orgânicos. Na época, o principal produto da propriedade era batata-doce. A partir de 2015, a família iniciou a produção de morangos orgânicos com venda ao consumidor final. No ano seguinte, passou a fornecer também à alimentação escolar. A produção de morangos iniciou e segue com três mil plantas considerando as necessidades de manejo e a disponibilidade de mão de obra. Entre os alimentos cultivados e comercializados, além de morango e batata-doce, estão milho-pipoca (variedades crioulas), feijão, mandioca, arroz de sequeiro e algumas frutas, como pêssego, laranja, bergamota e limão, esses últimos produzidos no pomar doméstico e vendidos quando ocorre o excedente ao PNAE e em supermercados regionais. Paulo é técnico em agropecuária e engenheiro-agrônomo, formações que auxiliam na atividade de cultivo orgânico, com a qual sempre se identificou. Via Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), acessou o Kit Informática, “política pública que foi fundamental para gestão e organização das informações da propriedade, além de ser necessário para os meus estudos”. Para Paulo, viver no campo é uma opção de vida, é o lugar onde quer estar.

“Participar do Curso reforçou minha segurança em permanecer na propriedade e seguir cultivando alimentos e foi um despertar para a fase adulta, para entender minhas responsabilidades na família e a importância de minha mão de obra. Não me vejo vivendo na cidade. Gosto da tranquilidade do campo, de saber que trabalho no que é meu e de ter autonomia sobre o que e como produzir e a Agroecologia me traz satisfação pessoal e bom retorno financeiro para a propriedade”.

(Paulo Fernandes Sebben)

Rodrigo Corso, Ipumirim

Rodrigo, jovem egresso do curso oferecido no Centro de Treinamento de Concórdia (Epagri/Cetredia), em 2015, inovou nas atividades da família com o morango semi-hidropônico, alcançando um retorno pessoal e financeiro acima do esperado. A mudança pessoal aconteceu a partir da elaboração e da aplicação do Plano de Desenvolvimento da Propriedade (PDP) que desenvolveu no Curso, o qual lhe trouxe uma nova visão e um renovado interesse. Antes de participar do processo de formação, Rodrigo não via, na propriedade, uma alternativa para que ele permanecesse na mesma dali a 10 anos, segundo resposta dada no momento da ficha de cadastro para seleção de jovem. Hoje ele desenvolve nova atividade e modificou o rumo da propriedade dos pais, os quais tinham suinocultura e gado de leite como atividades principais. Eles mantêm a suinocultura, porém já não o gado de leite. A produção de morangos foi a atividade que proporcionou a grande mudança e o maior retorno financeiro para a família. O sucesso do empreendimento motivou outros jovens a participar do Curso e a buscar novas alternativas. Rodrigo está sendo destaque em nível regional e já ampliou o negócio.





Rodrigo Kertischka, Doutor Pedrinho

Rodrigo Kertischka, casado com Vanusa, morador de Doutor Pedrinho, retornou para a propriedade dos pais depois de ter trabalhado por anos na indústria metal. Em 2014 adquiriu sua terra através do Crédito Fundiário, onde reside com sua família e é produtor de hortaliças orgânicas. Ainda em 2014 participou do curso da Epagri para Jovens Rurais no Centro de Treinamento de Itajaí (Epagri/Cetrei). No decorrer do processo de formação, amadureceu a ideia de seu projeto e elaborou um plano de negócio sobre produção de tomate orgânico. Para efetivar a execução de sua proposta, fez parceria com pesquisadores da Epagri e participou da pesquisa participativa sobre variedades de tomates orgânicos em abrigo. Rodrigo se tornou um ótimo empreendedor da atividade agrícola e demonstra, a cada dia, o quanto isso conta. Ele sabe a importância de planejar, fazer gestão, buscar capacitação, estar organizado e produzir com responsabilidade social e ambiental.

Rodrigo Zanella, Salto Veloso

Na turma de 2016, no Centro de Treinamento de Videira (Epagri/Cetrevi), Rodrigo fez seu projeto focado na produção de leite à base de pasto. Com propósito de melhorar a atividade leiteira através da produção com base em pastagens consorciadas, ele e seus pais trabalham o planejamento da atividade leiteira com implantação de piqueteamento, pastagens perenes de verão, água nos piquetes e sombreamento suficientes para o plantel com objetivo de ampliação. Esta organização – e o planejamento que aí se insere – está contribuindo para que questões ambientais importantes sejam solucionadas por meio de atividades como recuperação de antiga área de plantio de tomate (1,5 hectares), cobertura de solo na propriedade e conservação do mesmo com implantação de pastagens perenes de verão (6,1 hectares), além de instalação de quatro proteções de fonte modelo Caxambu. Estas ações contribuíram para o retorno e a permanência do jovem na propriedade fomentando uma sucessão familiar segura e afetiva. A propriedade é uma Unidade de Referência Técnica (URT) em Pecuária de Leite em que métodos de Extensão, como Dias de Campo, são realizados fazendo com que se desafie a querer sempre melhorar. A família trabalha para ampliar as áreas de pastagem e sonha com uma propriedade ainda mais organizada, produtiva e bonita.

“A atividade é bem trabalhosa, mas me dá muito prazer pelos resultados ambientais, econômicos e sociais que já vi e senti. Muitos são os conhecimentos que foram e são adquiridos o tempo todo, o que contribui para a segurança do negócio e para eu aprender a decidir e assumir o que quero e gosto”

(Rodrigo Zanella)





Sabrina Zimmermann Fior, Barra Bonita

Em 2014 Sabrina participou do Curso no Centro de Treinamento de São Miguel do Oeste (Epagri/Cetresmo). Seus pais tiveram preocupação com o trabalho na propriedade enquanto ela participava do Curso mas a apoiaram. Desde criança Sabrina foi influenciada pela mãe no gosto em trabalhar com panificados. Com seu apoio, aprendeu a gostar da área de manipulação de alimentos. Para Sabrina, as alternâncias foram importantes, com destaque para a de gestão de empreendimentos e a manipulação de alimentos. Seu projeto teve como objetivo investir na Agroindústria Familiar e recebeu apoio financeiro que, com a contrapartida, foi investido na aquisição de equipamentos na panificadora. As atividades na agroindústria sempre tiveram apoio da Epagri. A opção pelo investimento na Padaria deu-se pela experiência negativa de Sabrina em ter “trabalhado fora”, como assalariada. Isto a levou a planejar novos rumos para a vida pessoal buscando algo com que se identificasse, pois o irmão de Sabrina, Márcio, também retornou. A Padaria Cantinho Alegre trabalha com 57 itens comercializados em mercados locais e regionais, vendas diretas ao consumidor, festas, eventos e programas institucionais, tudo realizado pela família. A busca é por aprimoramento do processo da gestão do negócio da família para seguir com prosperidade e qualidade de vida.

“Os conhecimentos trazidos do Curso, o que se aprende, ninguém tira e se leva para sempre.

Além disso, os pontos positivos são poder trabalhar com a família e, como empreendedora, fazer minha rotina de trabalho. Conquistei qualidade de vida, conseguindo conciliar a agroindústria, os afazeres domésticos e cuidados com minha filha”.

(Sabrina Zimmermann)

“Ouvir minha filha dizer que eu fui a influência na escolha dela, não tem palavras para expressar meu sentimento”

(Madalena, mãe de Sabrina)

Thiago da Silva Largura, Lages

Morador da localidade de Macacos, interior de Lages, Thiago desenvolve as atividades de pecuária de corte e leite juntamente com os pais. Essas atividades são tradicionais na comunidade onde predomina a agricultura familiar, mas onde ainda se constata a utilização de tecnologias de baixo rendimento produtivo. Os conhecimentos adquiridos no Curso para jovens realizado no Centro de Treinamento de São Joaquim (Epagri/Cetrejo) despertaram interesse pela utilização de novas práticas e tecnologias a serem desenvolvidas na propriedade familiar, como implantação de pastagens perenes de inverno, manejo adequado do solo e da pastagem, correção e adubação do solo, uso de espécies forrageiras consorciadas e adequadas para a região e manejo correto. A utilização de planejamento forrageiro, manejo de pastagens, estação de monta definida, diagnóstico de prenhez, controle estratégico de parasitas proporcionam melhor aproveitamento das áreas de produção, da quantidade e qualidade de pasto, permitindo aumentar o ganho de peso e a lotação de animais por área, além de produzir carne de melhor qualidade. O resultado permitiu a melhoria da eficiência econômica na propriedade pela diminuição dos custos e ampliação das áreas de pastagens com maior lotação de animais, produzindo carne de qualidade e melhorando a renda familiar. Conseqüentemente, a qualidade de vida de todos melhorou vindo a contribuir com a permanência no espaço rural. Thiago tem como projeto trabalhar com raças britânicas exercitando a gestão compartilhada.





Tiago Masson, Ouro

Tiago vive em Ouro sendo a família constituída de casal e dois filhos. Participou da Turma 2013 no Centro de Treinamento de Campos Novos (Epagri/Cetrecampos) e seu projeto foi melhoria da diversificação da renda e da autossuficiência da propriedade na produção de alimentos para os animais. Os objetivos foram aumentar a produção de leite, baixando os custos de produção e aumentando a renda, melhorar a adubação das pastagens perenes e retirar as pedras das áreas utilizadas para culturas de verão e de inverno. As metas definidas foram de abertura e adequação de áreas de pastagem substituindo com capim-pioneiro para disponibilizar maior volumoso para os animais, abertura de estrada para melhorar a logística do trabalho e realizar a limpeza da área com máquinas. Como resultados da readequação da atividade leiteira, a família abandonou a suinocultura, diminuiu a mão de obra na propriedade e aumentou a renda líquida, inclusive com disponibilidade de oferta de mão de obra para prestação de serviço a outras unidades produtivas da comunidade. A família trabalha unida e os pais acolheram e apoiaram o filho nas mudanças na propriedade.

“Antes do curso e do projeto as condições de trabalho eram ruins. Sobra de dinheiro, havia pouca, dava mal para se manter. Agora já tem sobra financeira, sobra de mão-de-obra na propriedade e aproveitamos para trabalhar para os vizinhos. O curso foi bom pelo conhecimento adquirido.

Aprendi a forma correta de fazer as coisas, onde investir, em que investir, o que conduzir, fazer coisas diferentes, dar conta de tomar melhores decisões na propriedade”

(Tiago Masson)

Vanessa e Viviane Camassola, Campos Novos

Vanessa havia retornado do meio urbano para viver na propriedade buscando melhor condição de vida para a família e seu filho. Ela e a irmã participaram do curso para jovens no Centro de Treinamento de Campos Novos (Epagri/Cetrecampos). “O Projeto tornou nosso trabalho mais fácil. Trouxe uma qualidade de vida melhor especialmente nas questões de ordenha e nos garantiu a continuidade. Com a nova organização da propriedade ganhamos mais tempo para fazer outras atividades. Nas questões ambientais entrou a reserva de água da chuva, que facilitou muito a atividade do leite e outras necessidades relacionadas à água. Com o aquecimento solar temos água quente, sem custo e sempre pronta para ocupar. As pastagens garantem alimento para as vacas o ano inteiro. E as vacas, ficando nos piquetes, o sistema proporciona que os animais se alimentam e também deixem o esterco que aduba a pastagem. O projeto veio em boa hora. Hoje já precisamos pensar em novas alternativas para nos manter, já que a propriedade é de pequeno porte”.

“No curso eu e minha irmã aprendemos a ter autonomia. A gente viu que tem condições e capacidade para se virar, para resolver os problemas. Hoje precisamos tomar decisões que nem imaginávamos que precisava tomar. Foi importante o aprendizado que tivemos, como saber lidar com as atividades, com os negócios, como correr atrás para não ficar para trás. Vimos que não podemos ficar acomodadas”.

(Vanessa Camassola)





Vinícius Hack, Peritiba

Vinícius participou do curso no Centro de Treinamento de Concórdia (Epagri/Cetredia). Logo após concluir o Curso Técnico em Agropecuária e, a partir de uma decisão familiar, passou a trabalhar com os avós, Dona Lurdes e seu Fernando Bacca, com quem já convivia desde a infância, para fazer a sucessão da propriedade juntamente com a tia. A participação no Curso proporcionou amadurecimento para a vida em família e em sociedade possibilitando que se tornasse presença ativa em grupos e na vida comunitária. Para sua comunidade, um jovem com disposição e planos para o futuro. Pessoalmente, Vinícius pôde continuar sua história e inovar investindo em mudanças. Assim, alia o particular com atividades comunitárias como ser catequista na capela e tesoureiro da Sociedade Esportiva e membro da Cooperativa de Produção Agroindustrial de Peritiba - Copafaper, da qual é secretário e desempenha funções de articulação, principalmente no atendimento ao PNAE. Através de Vinícius, o objetivo do curso de tornar o jovem protagonista na comunidade e na família, está sendo atingido.

Vitor Baltazar Raupp, Santa Rosa do Sul

Vitor vive em Santa Rosa do Sul, e frequentou o Curso em 2016, no Centro de Treinamento de Araranguá (Epagri/Cetrar). Vitor cresceu trabalhando com avicultura de corte integrada e pecuária de leite com os pais e a irmã menor. Com a crise na avicultura, o aviário foi fechado e a família procurava uma alternativa de renda. Foi durante o curso, em visita à Serra Gaúcha, que surgiu a ideia de adaptar o aviário para um abrigo de produção de morangos no sistema semi-hidropônico. A ideia foi levada à sua família, que concordou e é pioneira no município nesse tipo de atividade. Inicialmente foi feito projeto de investimento com 12 mil pés da fruta e o sucesso foi tamanho que a produção já ultrapassa 30 mil pés de morango. Sob a marca Helevi, o jovem mostrou-se empreendedor e atende supermercados e minimercados da região. O morango se diferencia pela qualidade, resultado que advém do manejo adequado da adubação, do uso de produtos biológicos para controle de pragas e doenças e, claro, do capricho da família, que prima pela seleção das frutas entregando-as em bandejas diferenciadas e caixas personalizadas. Vitor tornou-se referência e inspirou outros agricultores a aderir ao cultivo do morango e, frequentemente, recebe pessoas para conhecer o sistema de produção.

“Hoje trabalho com o que gosto e estou muito feliz com a lavoura e com o rendimento que vem dela”

(Vitor Baltazar Raupp)



4. 2 Exemplos de gestão financeira: a aplicação do *Rural Invest*

Para fazermos avaliações sobre o andamento e a evolução financeira dos projetos, utilizamos a metodologia conhecida como *Rural Invest* por meio da qual é possível averiguar o antes e o depois da aplicação do projeto escolhido. Com isso, se analisam as mudanças ocorridas que contribuíram para as melhorias identificadas.

Apresentamos oito exemplos da aplicação desta metodologia, os quais se encontram identificados (Anexo VII) por propriedade e comunidade para facilitar a consulta. Desta forma, o leitor que tiver interesse neste tema, pode acessar o Anexo VII, onde os exemplos foram organizados pelo colega Adilson Dal Ponte.

CAPÍTULO 5

PERSPECTIVAS: JOVENS - UM PÚBLICO DA ATER CATARINENSE

Este capítulo volta-se a uma reflexão sobre as perspectivas da ATER com jovens ponderando algumas questões sobre o desafio e a assertiva de que é necessário trabalhar com um público que tem suas especificidades e que, se por um lado, nos desafia a sermos mais ágeis e melhores, por outro quer nossa orientação e interlocução.

5.1. Por que jovens querem permanecer na agricultura e na pesca

Ao contrário de gerações anteriores, que tinham na agricultura ou na pesca as únicas formas de vida e permaneciam por “só saber fazer isso”, “não ter estudo” (BECK, 1981; SEYFERT, 1985; WOORTMANN, 1995; ABRAMOVAY et al, 1998; DORIGON & RENK, 2014; SILVESTRO, 1995; SILVESTRO, 1998; SILVESTRO et al, 2001; PAULILO, 2004; STROPASOLAS, 2004; BIANCHINI, 2010; MASSON, 2013; KUMMER, 2013; KUMMER, 2019), os jovens com os quais convivemos nos dizem em sala de aula, nas avaliações de final de curso e em eventos coletivos, que estão “ficando por opção”, e o fazem por alguns fatores centrais, como:

- Qualidade de vida;
- Amor à agricultura e à “vida no campo”, ou à pesca;
- Renda;
- Liberdade para fazer seu próprio horário;
- Autonomia.

Alie-se a estes fatores uma autoestima que vem se fortalecendo, primeiro a partir do respeito e do reconhecimento de seus antepassados (pais, mães, avôs e avós, tios e tias) como seus referenciais de vida. Em segundo lugar, ao demonstrarem, ou se darem conta, de seu papel social e, portanto, do direito ao exercício da cidadania entendida como acesso aos “direitos básicos que asseguram a vida democrática” (SORJ, 2004, p.20).

Os jovens se mostram críticos em relação a limitações em saúde e educação de qualidade, infraestrutura, conectividade, espaços de lazer, pois percebem que os centros urbanos são mais bem servidos. Há lugares, no espaço rural, que contam com infraestrutura adequada, possibilidade de continuar os estudos perto de casa e acesso à saúde. Entretanto, urge avançar para que todos possam exercer plenamente a cidadania, como “a expressão de uma construção coletiva que organiza as relações entre os sujeitos sociais, que se constituem no próprio processo de definição de quem é e quem não é membro pleno de uma determinada sociedade politicamente organizada (SORJ, 2004, p.25).

Também querem ser parte ativa da sociedade em que estão inseridos. São articulados e têm vontade de avançar em conhecimento, ganhar seu próprio espaço e se fazer respeitar porque “fazem a diferença no sentido de produzir de forma cada vez mais limpa, tornando-se inclusive lideranças locais e comunitárias. Querem trabalhar, mas também viver momentos de descanso, ter os mesmos direitos que os cidadãos em relação à saúde e educação, ao acesso a facilidades, como lazer e internet, e respeito como pessoas e profissionais.

A decisão em permanecer em atividades como a agricultura familiar ou a pesca artesanal, como pode ser visto em suas respostas ao diagnóstico realizado em 2018 (vide Capítulo 3), parte do desejo de viver com mais liberdade, exercitar a autonomia e ter uma melhor qualidade de vida, se comparada a espaços mais urbanizados.

Melhor qualidade de vida entendida por eles como ar puro, água de qualidade, silêncio, paisagem verde, cheiro de terra. Ou sensação de estar livre e fazer aquilo por que têm paixão, como dizem muitos.

Jovens vêm optando por permanecer na agricultura ou na pesca por identificar possibilidades de viver com melhores condições de vida para eles próprios e para seus familiares e para se estabelecer como profissionais. São jovens com melhor nível de escolaridade se comparados a seus pais e em constante atualização. Entendem que estar informado é se preparar em competências para enfrentar o mundo atual.

Outro fator diz respeito à clareza da opção por permanecer a partir da experiência que muitos tiveram fora de suas comunidades. São jovens que saíram em busca de oportunidade, emprego e vida na cidade e retornaram ao ver que a realidade era distante do idealizado. Constatação que inclui questões como alto custo e baixa qualidade de vida, pouca ou nenhuma autonomia e retorno financeiro insuficiente, mesmo tendo extenuantes jornadas de trabalho como garçons, vigias, empregados na construção civil ou em agroindústrias.

Dos jovens que nunca saíram e permanecem, encontramos uma certeza que advém do gosto pela profissão a partir do exercício feito com seus pais, desde cedo. Questões como autonomia, liberdade de horário e possibilidade de “ser o próprio patrão” são relevantes. Não conseguem se imaginar trabalhando em locais fechados, sentados e sem liberdade. O gosto é pela vida ao ar livre e, embora vistas como penosas, as atividades desenvolvidas, além de fonte de renda, têm o objetivo de servir a sociedade, pois para muitos, mais do que uma profissão, produzir alimentos é um modo de vida.

5.2 Por que a ATER deve trabalhar com jovens

Ouvimos dizer que o “jovem é o futuro” e acreditamos nesta assertiva. Entretanto, os jovens com os quais estamos interagindo não gostam nem aceitam mais esta máxima. Dizem-nos, com firmeza, que são o presente, o hoje, e querem atenção, reconhecimento, qualidade de vida, acesso a informações e conectividade, “agora”, enfatizam.

Continuamos, portanto, com o desafio que foi definido quando tudo começou: espaço rural com jovens com qualidade de vida e protagonismo. Para a ATER catarinense trabalhar com jovem significa incluir um público que é o presente, segundo definem, mas que será, também, o futuro. Assim, estaremos assumindo o atendimento a beneficiários que são exigentes, conectados, interessados e ágeis. Compreender a formação das juventudes rural e pesqueira como um processo de construção social requer da Epagri um olhar aliado a uma atitude de disponibilidade de escuta desses jovens (MASSON, 2013).

Devemos, sim, trabalhar com eles porque estamos diante de um público que demonstra claramente que quer interagir com a ATER e tem pressa em aprender cada vez mais. E é justamente da desconstrução do como vínhamos fazendo que resulta o efeito contrário: construir possíveis formas de atuar e interagir com eles. É preciso investir em um processo de atualização continuado do corpo técnico e dirigente da Empresa para avançar na qualificação do trabalho com juventude.

A experiência nos mostra que, quando cativamos o público jovem, não precisamos dispendir esforços para garantir pessoas nesta ou naquela atividade. Eles são protagonistas e tomam para si a responsabilidade de acessar o que desejam e vão em busca da ATER para esclarecer dúvidas, dialogar sobre determinada temática ou avançar em inovações e melhorias em suas propriedades.

O jovem é, sim, público da ATER, pois é no cotidiano dialógico do extensionismo que contribuimos com o processo de crescimento pessoal com orientação, sugestões e apresentação de oportunidades na agricultura familiar e na pesca artesanal. Inclui também contribuir com um diálogo mediador no difícil processo de sucessão familiar. Neste sentido, o papel da ATER é trabalhar para que haja um encontro crítico e reflexivo entre sujeitos sociais

(instituição e jovens), imbuído de um mesmo objetivo e fazendo emergir uma ação humanista e libertadora (FREIRE, 1996) que possibilite emergir o potencial intrínseco de cada jovem em seus respectivos espaços (MASSON, 2013).

5.3 O que os jovens esperam da ATER e de instituições públicas

O jovem quer viver o presente, questiona, sugere, quer ser interlocutor e protagonista em contextos onde a autonomia, a participação, a inclusão digital, a conectividade, a qualificação e a autoestima são centrais. Em diferentes encontros estaduais, os jovens entregaram documentos (Anexo VIII) às autoridades para reivindicar uma política pública estadual que se comprometa, permanentemente, a estar voltada às suas demandas.

Foi possível identificar que os jovens esperam que se efetive formação continuada e assistência técnica direta que contribua com o desenvolvimento de um sujeito social com dignidade, protagonismo e empoderamento. Para tanto, é imprescindível garantir apoio financeiro com acesso facilitado a crédito e assegurar estrutura mínima (humana e física) com equipes multidisciplinares capacitadas.

Outro desejo que apontaram, em documentos entregues, é que sejam disponibilizados assentos a jovens em conselhos e fóruns de diálogo para a construção de políticas públicas específicas e participação nas discussões sobre materiais produzidos e ações a serem realizadas. Entendem também que a criação de um “selo jovem” para comercialização facilitaria o acesso ao mercado com o diferencial do apelo em apoiar a causa jovem.

Desejam que a Ação Jovem tenha continuidade, com inovação, melhorias e atualização constante considerando a diversidade de seus contextos. Tal assertiva advém do fato de que ainda persiste uma visão estereotipada de uma agricultura homogênea, que desconsidera diferenças e conflitos em grupos e/ou unidades domésticas. Isso exige estarmos atentos, pois a construção social da juventude ocorre de forma distinta e os conflitos são inerentes às relações humanas, incluindo os intergeracionais.

Jovens desejam orientação, porque muitos encontram dificuldade em ficar na família, mas reconhecem que não estão preparados para conseguir um trabalho no meio urbano ou para permanecer no espaço rural. Sentem-se sem autonomia, com pouca qualificação e baixa autoestima, esparsas opções de lazer, infraestrutura deficiente e consideram a atividade árdua, o que interfere na qualidade de vida. Estes fatores influenciam a permanência ou a saída da propriedade, impactando diretamente o processo de sucessão familiar.

Os jovens querem mudanças e há necessidade de readequações constantes e investimento em temas como humanização do trabalho, autoestima, gestão do tempo e da propriedade, relações familiares prevendo metodologia adequada. Promover a humanização com tecnologia é um tema caro a jovens e familiares, pois as atividades agrícolas e pesqueiras são imbuídas de penosidade, desgaste físico precoce e dores intensas. Muitos jovens querem continuar na atividade, mas com qualidade de vida e almejam encontrar formas de tornar o trabalho menos extenuante. Desenvolver estudos e pesquisas sobre instrumentos/equipamentos que humanizem o trabalho é fundamental.

Sobre o desejo de uma política pública específica, é preciso considerar que muitas são as instituições que atuam com jovens, mas ainda não se conseguiu planejar um trabalho com um direcionamento interinstitucional e multidisciplinar que agilize e desburocratize os processos como, por exemplo, acesso aos programas PNAE e PAA, que ainda são morosos. É necessário definir um plano estadual orientador com comprometimento do corpo técnico com condições de trabalho, ter uma definição clara do papel de cada instituição executora e parceira, que valorize o rural. Entretanto, longe de pensá-la como um espaço homogêneo, é central que considere a diversidade e a dinâmica de cada território, sobretudo as especificidades dos sujeitos que compõem seu tecido social.

É vital criar formas mais atrativas de atividades investindo em mídias e metodologia participativa, com aulas práticas, ampliando as parcerias em tópicos de interesse dos jovens bem como qualificar a comunicação e

a divulgação das atividades. Oportunizar ambiente virtual específico para atender este público que proporcione comunicação a distância e acesso às redes sociais é urgente.

Para atender os jovens a ATER necessita avançar na utilização de novas mídias durante as aulas e no pós-curso como forma de agilizar o acesso. Estávamos habituados a utilizar material impresso e percebemos que criar grupos informais no *Facebook* e no *WhatsApp* agilizou a comunicação para convidá-los ou sermos convidados para reuniões ou eventos, divulgarem e comercializarem seus produtos.

Dar continuidade à realização de encontros estaduais, regionais e municipais e promover a formação de grupos de diálogo envolvendo jovens, pais e lideranças comunitárias sobre a sucessão familiar também são ações vistas como importantes e urgentes.

A legislação é um tema que precisa ser ampliado visando promover o acesso a informações sobre legalização da propriedade, defesa sanitária, armazenamento de água, entre outros temas polêmicos, envolvendo as executoras afins. Facilitar processos de licenciamento ambiental, conceder incentivo financeiro e criar mecanismos de compensação são tópicos que precisam entrar nas pautas das instituições.

Outra questão fortemente aludida é o desenvolvimento de projetos de lazer e cultura incluindo parcerias em nível municipal para instalar infraestruturas destinadas, prioritariamente, ao público jovem, mas que também atenderiam outros públicos. Inclui-se aqui pensar como eles podem manter o vínculo social pós-curso e interagir com outros jovens em seus municípios.

O desafio, em última análise, é contribuir para transformar o jovem, aquele que não se dá conta de seu potencial, em um sujeito que se empodera e muda a realidade. Nós apoiamos, mas são os jovens que definem seus caminhos: ficar ou sair. Nosso papel é provocar e não de dar respostas prontas, pois somos todos responsáveis por nossas decisões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Ação Jovem Rural e do Mar, realizada na Epagri, desde 2012, segue os pressupostos de uma relação dialógica em que a construção do conhecimento se dá na relação entre jovens, famílias e profissionais da ATER catarinense. O propósito central é atender jovens que estão optando por permanecer na agricultura ou na pesca. Trata-se de um processo de educação não formal que permite um novo olhar e uma atitude de escuta com jovens e famílias oportunizando alternativas de permanência à medida que se reconhece que essa categoria possui uma condição singular em relação a outras.

Diferente de gerações anteriores, os jovens podem e querem escolher seus itinerários, construir projetos e buscar a inserção como sujeitos sociais na agricultura familiar ou na pesca artesanal. Percebe-se, em seus depoimentos, nos espaços em que interagimos, o interesse na permanência. Porém, querem se sentir valorizados, com qualidade de vida, exercendo as atividades com humanização do trabalho, acesso a informações e conectados via tecnologias, tanto quanto os jovens do espaço urbano.

A formação a partir de princípios da Pedagogia da Alternância e da Pedagogia da Cooperação, aliados ao pressuposto de ATER “aprender a fazer fazendo e aprendendo”, tem como propósito oferecer espaços de reflexão, diálogo e atualização com jovens e famílias oportunizando repensar possibilidades quanto ao modo de produção e gestão da propriedade que venham a resultar em satisfação e autonomia. Com isso, se oportuniza o desenvolvimento de aptidões experimentando atividades agrícolas ou não agrícolas, em uma dinâmica viável à sucessão familiar através de estímulo e preparo para os jovens serem lideranças e exercitarem cidadania, protagonismo e empoderamento.

A metodologia da Pedagogia da Alternância possibilita adequação do processo considerando diferentes contextos. Constitui-se em uma forma de oportunizar momentos de reflexão sobre a condição juvenil em que a equipe de ATER dialoga com os jovens enquanto sujeitos sociais capazes de se perceber, opinar, ser reconhecidos por famílias e comunidades e com capacidade e disposição de propor mudanças. O apoio dos pais é fator fundamental de inserção econômica e profissional dos jovens, pois o curso, estrategicamente, envolve a família. O resultado esperado é a abertura de espaços para que o jovem possa executar seu projeto, de forma individual ou compartilhada.

Trabalha-se para valorizar os saberes locais e os técnico-científicos, fortalecer a identidade da agricultura familiar e da pesca artesanal, estimular liderança e vocação empreendedora, com sustentabilidade, além de ampliar o espírito de solidariedade, aliando-o à inovação necessária para avançar em competência na produção de alimentos limpos e inserção em um mundo cada vez mais exigente, seletivo e globalizado.

Podemos afirmar que, em muitos municípios, as relações entre extensionistas e jovens se aproximaram no processo de interlocução que resulta na certeza, por parte de jovens e famílias, que podem contar com a Epagri. Por sua vez, extensionistas expressam satisfação quando se referem a jovens que desabrocham suas potencialidades e avançam em crescimento pessoal-profissional.

Por outro lado, precisamos ampliar o comprometimento dos profissionais de ATER no sentido de assumir os jovens como público prioritário, que oxigena a pesca e a agricultura, com vontade de aprender, trocar experiências e receber apoio orientador nas decisões. Em que pese o esforço institucional voltado a uma prática contemporânea com jovens, temos muito que avançar principalmente no que diz respeito ao diálogo sobre sucessão familiar, conflitos intergeracionais, gestão (do tempo, da propriedade, da vida), humanização do trabalho, temas caros a este público que “gosta do que faz”, mas entende que tudo pode ser feito com menos penosidade. É necessário qualificar os saber-fazer (DECERTEAU, 1996) na ATER para que a trajetória com jovens tenha vida longa.

Nos próximos passos é vital pensar em formas de facilitar o acesso a recursos financeiros para jovens em condições financeiras limitadas, pois se torna frustrante despertar interesses, definir demandas e criar um projeto

de investimento ou inovação que, depois, não se concretiza devido à difícil situação econômica familiar, realidade presente em algumas regiões de Santa Catarina.

Outro aspecto é a conectividade. Urge oportunizar a inserção no mundo digital, tema extremamente atrativo para os jovens em um amplo escopo de possibilidades. Estar conectado possibilita sociabilidade e lazer, acesso a informações, divulgação, compra de insumos e venda de produtos, levantamento de preços e custos, organização gerencial, atualização constante, estudos, conexão com grupos de interesse e contato direto e rápido com técnicos.

O jovem do espaço agrícola ou pesqueiro compõe um público conectado, que tem interesse em formação continuada, acesso a informações e atenção do Estado. Embora jovens, eles são profissionais que querem o direito de exercer sua cidadania e ao mesmo tempo desejam contribuir com a economia, com o cuidado ambiental e a diversidade sociocultural de Santa Catarina. É urgente definir uma política pública de Estado permanente, independentemente de mudanças governamentais.

Acreditamos estar compondo uma trajetória que faz a diferença no espaço rural catarinense, que contempla agricultura familiar e pesca artesanal, trajetória intensa construída com a junção de mentes e corações. Nesta junção, “o coração representa o sistema límbico, a parte do sentimento no cérebro, e a mente é o centro racional, da linguagem. A maior parte [...] prefere conquistar mentes [...] conquistar corações, no entanto, dá mais trabalho” (SINEK, 2018, p.71). O trabalho que alia mente e coração é mais complexo, com certeza, mas é o que permite um resultado mais inclusivo, pois não se trata de ensinar o jovem a ser agricultor ou pescador, ou apenas como produzir mais. Estamos falando de um processo de formação continuada que busca estimulá-lo a se assumir como produtor, competitivo e inserido no mercado, mas também como cidadão, protagonista de sua história e empoderado em suas escolhas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M.L.; CORTINA, N.; BALDISSERA, I.T.; FERRARI, D.L.; TESTA, V.M. **Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Edições Unesco, 1998, 101 p. 2ª ed.
- BACHELARD, G. **A dialética da duração**. 2ªed. São Paulo, Ática, 1994.
- _____. **A formação do espírito científico**. Rio do Janeiro, Contraponto, 1996.
- BARLEY, N. **O antropólogo inocente**. Lisboa, Fenda, 2006[1983].
- BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**. 8 ed. 1. Fatos e mitos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991 [1947].
- BECK, A. M. Roça, pesca e renda: trabalho feminino e reprodução familiar. **Boletim de Ciências Sociais**, 23, p.21-32, 1981.
- BIANCHINI, S. **O futuro das propriedades familiares sem sucessores: o caso do município de Paraíso**. Dissertação. Pelotas, UFPEL, 2010.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999.
- BROTTO, F.O. **Jogos Cooperativos: se o importante é competir, o fundamental é cooperar**. São Paulo: Cepeusp,1995/Santos: Projeto Cooperação,1997.
- BROTTO, F.O; GALLIAN, M. **Curso pedagogia da Cooperação**. Registro de Experiências. Apostila do Curso realizado com técnicos da Epagri (circulação interna). 2º semestre 2012.
- CASTORIADIS, C. **A Instituição Imaginária do Social**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- CAVALCANTI, R. de A. **Andragogia: A Aprendizagem nos Adultos**. Paraíba: **Revista de Clínica Cirúrgica da Paraíba**, nº 6, ano 4, julho de 1999.
- DECERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. **Artes de Fazer**. 2ªed, Petrópolis, Vozes, 1996.
- DORIGON, C.; RENK, A. (Org.) **Juventude rural, cultura e mudança social**. Chapecó: Argos, 2014.
- EDUCA BRASIL. **Transversalidade**. Disponível em: <http://www.educabrasil.com.br>. Acesso em 28 abril 2020.
- EPAGRI. **Proposta - Ação Institucional da Epagri com Jovens Rurais**, Florianópolis. Documento Interno, 2010.
- _____. **Proposta de metodologia antes, durante e pós-curso**. Florianópolis. Documento interno, 2014.
- _____. **Ação Jovem Rural Epagri. O trabalho com jovem como uma política pública em Santa Catarina**. Florianópolis. Documento interno, 2016.
- EPAGRI/CEPA. **Síntese Anual da Agricultura Catarinense 2014-2015**. Florianópolis: Epagri-Cepa, 2015.

ESTEVAM, D.O. *Casa Familiar Rural: a formação com base na Pedagogia da Alternância*. Dissertação de Mestrado (UFSC), Florianópolis, 2003.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 17ª. Ed, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia. Saberes necessários a prática educativa*. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

GARCIA, L.A.M. *Transversalidade e interdisciplinaridade*. <http://smeduquedecaxias.rj.gov.br/nead/Biblioteca/Forma%C3%A7%C3%A3o%20Continuada/Artigos%20Diversos/garcia-transversalidade-print.pdf>, 2007.

_____. Interdisciplinaridade e integralidade no ensino de saúde. *Revista Ciência Médica*. Campinas, 15(6), pp. 473-485, nov-dez, 2006.

GERBER, R.M. (Org.). *Narrativas sobre a Ação Jovem Rural na Epagri 2012 -2016: depoimentos e imagens*. Florianópolis: Epagri, 2016, 277p. (Epagri. Documento 260).

_____. *Aspectos metodológicos da extensão rural e pesquisa do estado de Santa Catarina*. Florianópolis: Epagri, 2016, 152p. (Epagri. Documentos, 251).

GIMONET, J.C. Nascimento e desenvolvimento de um movimento educativo: as casas familiares rurais de educação e orientação. In.: Seminário Internacional de Pedagogia da Alternância: alternância e desenvolvimento, 1, 1999, *Anais*. Salvador, UNEFAB, 1999, pp. 39-48.

INGOLD, T. Caminhando com dragões: em direção ao lado selvagem. In.: STEIL, C.A. e C.; MOURA, I.C. de M. *Cultura, percepção e ambiente*. Diálogos com Tim Ingold, 2012, pp.15-30.

INSTITUTO SOUZA CRUZ. Semear, cultivar, colher. *Relatório de atividades*. Rio de Janeiro: Instituto Souza Cruz, 2005.

HUIZINGA, J. *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura*. 2 ed. São Paulo, Perspectiva, 1990.

KNOWLES, M. *The modern practice of adult education. From pedagogo to andragogo*. USA, Cambridge University, 1970.

KUMMER, R. *Juventude rural, entre ficar e partir: a dinâmica dos jovens da comunidade de Cerro Azul, Palma Sola-SC*. Dissertação. Paraná: UNOESC, 2013.

_____. *Juventudes rurais e permanências: ruralidades e urbanidades representadas no Extremo Oeste de Sana Catarina*. Tese. Rio de Janeiro, UFRRJ, 2019.

MAGALHÃES, M.S. *Escola Familiar Agrícola: uma escola em movimento*. Dissertação de Mestrado (UFES), Vitória, 2004.

MASSON, I. *Juventude e Extensão Rural: projetos institucionais e perspectivas juvenis*. Dissertação. Santa Maria, UFSM, 2013.

MAUSS, M. *Ensaio sobre a dádiva*. São Paulo, Cosac Naif, 2003[1925].

PAULILO, M. I. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *Revista Estudos feministas*, vol. 12, n1, 229-252, 2004.

PIATTI, C.B. Pedagogia da Alternância: espaços e tempos educativos na apropriação da cultura. In.: *Boletim GEPEP*, vol 3, n.5, p.48-64, dez 2014.

SEYFERTH, G. Herança e estrutura familiar camponesa. *Boletim do Museu Nacional, Antropologia*, n. 52. Rio de Janeiro: UFRJ, 1985.

SINEK, S. *Comece pelo porquê*. Rio de Janeiro: Sextante, 2018.

SILVA, P.F. da. *As Unidades de Referência Técnicas - URT como base para o trabalho de Extensão Rural*. Epagri. Documento interno, 2017. No prelo.

SILVESTRO, M.L. *Transformações da agricultura familiar e estratégias de reprodução: o caso do Oeste catarinense*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995. 349p. (Dissertação de mestrado).

_____. *Juventude e agricultura familiar*. Santa Catarina: UNESCO, 1998.

SILVESTRO, M.L.; ABRAMOVAY, R.; MELLO, M.A.; DORIGON, C.; BALDISSERA, I.T. *Os Impasses Sociais da Sucessão Hereditária na Agricultura Familiar*. MDA-NEAD/EPAGRI, 2001.

STEINWANDTER, E. Gerência Estadual de Extensão Rural e Pesqueira: uma experiência desafiadora, instigante e gratificante. In.: GERBER, R.M. (Org.). *Narrativas sobre a Ação Jovem Rural na Epagri - 2012 -2016: depoimentos e imagens*. Florianópolis: Epagri, (Epagri. Documento 260), pp. 35-40.

SORJ, B. *A democracia inesperada. Direitos humanos, sociedade civil e crise da política partidária*. Rio de Janeiro, Zahar, 2004.

STROPASOLAS, V. O valor do casamento na agricultura familiar. *Revista Estudos Feministas*, vol. 12, n.1, pp. 253-267, 2004.

TEIXEIRA, E.S.; BERNARTT, M. de L.; TRINDADE, G.A. Estudos sobre pedagogia da alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa. In.: *Educação e pesquisa*, São Paulo, V. 34, n.2. pp. 224-242, maio/ago. 2008.

TURNES, V.A.; SCHMIDT, W.; GUZZATTI, T.C. *Formar novos rurais*. Criciúma: EDIUNESC, 2018.

URTEAGA, M. *La construcción juvenil de la realidad: jóvenes mexicanos contemporáneos*. México D. F. Casa Abierta al Tiempo; Juan Pablos Editor, 2011.

VIGOTSKY, L. *A Formação Social da Mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. <http://pt.wikipedia.org/wiki/GUT>.

WANDERLEY, M. de N.B. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.23-34.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WOORTMANN, E. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo/ Brasília, Hucitec/ UNB, 1995.

ANEXO I

Documento Técnico - Política Pública

O trabalho com Jovem Rural como uma Política Pública do Estado de Santa Catarina, 2015

Introdução

O espaço rural de Santa Catarina é rico em diversidade socioeconômica-ambiental-cultural. Aí inserida, a agricultura familiar representa não só uma atividade econômica, mas uma forma de ser e estar no mundo que se pauta por valores, diferentes saber-fazer e especificidades, compondo uma inegável importância produtiva e reprodutiva no Estado catarinense. A agricultura familiar representa 67% do valor (EPAGRI/CEPA, 2015) da produção de alimentos atualmente e compõe uma peculiaridade deste Estado pequeno, porém com destaque nacional.

Vale notar que as pequenas propriedades se diferenciam entre si por características que lhes conferem um alto grau de heterogeneidade. Testa (1996) aponta que a distinção desses grupos é fundamental, tanto para o desenvolvimento de tecnologias quanto para o estabelecimento de políticas públicas de apoio adequadas às reais condições dos agricultores em cada categoria, sobretudo para o trabalho direcionado aos jovens rurais.

O estado de Santa Catarina é visto como referência nacional, e mesmo internacional, quando se trata de agricultura familiar pelo reconhecimento da riqueza, tanto das tradições quanto das novas experiências que convivem nesse Estado ao Sul do Brasil. No entanto, é preciso superar o estereótipo de uma agricultura homogênea que desconsideraria as diferenças e conflitos existentes em grupos e/ou unidades domésticas. Isso implica estarmos atentos que a construção social da juventude rural ocorre de forma distinta em diferentes contextos culturais e que os conflitos são inerentes às diferentes relações humanas e sociais, entre as quais as que envolvem diferentes gerações.

1. Pensando o trabalho com jovens rurais

Neste contexto amplo da agricultura familiar, se inserem os jovens, público específico que exige atenção e diferentes formas de interagir. Neste sentido, na data de 22 a 24 de abril de 2015, ocorreu na Epagri/Cetrevi, em Videira, o Seminário de troca de experiência do trabalho com Jovem Rural SC Rural-Epagri-Beija Flor-SOL, tendo como objetivos proporcionar um momento para troca de experiência entre os profissionais, trocar ideias e dialogar sobre a continuidade do trabalho e pensar a sistematização (memória) desta ação. A abertura foi realizada pelo gerente anfitrião Jonatan Galio, pela responsável pelo Cetrevi, Cirlei Werlang da Silva, pelo representante do SC Rural, André Poletto, e pela então Gerente Técnica Estadual, Edilene Steinwandter, seguida de uma autoapresentação. Em seguida, Rose Gerber, da Gerência, reforçou os objetivos do Seminário e expôs uma breve lembrança dos antecedentes deste trabalho. Na sequência, Ivanda Masson, Extensionista Social da Epagri, MsC em Extensão Rural pela Universidade de Santa Maria, realizou a palestra de abertura intitulada “Juventude e Extensão Rural - Projetos institucionais e perspectivas juvenis” (MASSON, 2013). Logo a seguir, iniciou-se o rico momento de troca de experiências com relatos do representante da SOL, Edgar Tramontin. O Projeto Beija-Flor foi representado por André Poletto. A Epagri relatou 13 experiências, uma de cada uma de suas Unidades de Gestão Técnica (UGTs). Finalizada tal exposição, André Poletto discorreu sobre dois temas, “o processo de avaliação e de envolvimento interdisciplinar de equipes - antes/durante/pós-curso” e “SC Rural: ponderações sobre o trabalho atual e futuro”. Tendo como pano de fundo a lembrança dos antecedentes, a palestra proferida, a troca de experiências e a fala do representante do SC Rural, trabalhou-se, com a técnica do World Café, a temática “pensando a continuidade do trabalho”, momento

extremamente produtivo em que todos colaboraram com ideias, sugestões e questionamentos voltados a compor uma proposta de transformação do trabalho com Jovens Rurais ligado ao SC Rural em uma política pública permanente no que se refere a atuar com este público prioritário da extensão catarinense.

Ficou claro no evento, seja pelos relatos, seja nos dados expostos na palestra de abertura, que os jovens estão pedindo mudanças e há necessidade de readequação a esta realidade buscando algo inovador. Para tanto, é central pensar a dinâmica de cada território no trabalho com jovem, porém com um direcionamento dos trabalhos, tendo em vista que o jovem encontra dificuldade de ficar na família, por um lado, e, por outro, não está preparado e qualificado para conseguir um trabalho no meio urbano. Uma grande inquietação é como as empresas e instituições estão pensando o trabalho com jovem rural entendendo-o como o sujeito que vive um período de vida, que é a juventude. Em termos de instituições, são muitas que atuam com jovem rural – a extensão é apenas uma. Tal constatação exige que tenhamos claro qual o papel da extensão rural em Santa Catarina. É preciso diferenciar o que é uma ação com juventude e o que é uma política com juventude buscando sanar as lacunas advindas da descontinuidade nos trabalhos. Neste sentido, a experiência vem mostrando que o jovem não quer esperar, quer viver o tempo presente, não aceita tudo que lhe é oferecido. Questiona, pergunta, sugere. Ou seja, quer vivenciar, de fato, a proposta de ser um protagonista. A contribuição das instituições precisa considerar o desafio de definir como e a partir de onde contribuir com estes jovens. Autonomia, qualificação e autoestima são fatores centrais para o jovem rural. Em relação à dinâmica socioeducativa do jovem, é urgente ponderar que tipo de sujeito estamos construindo no espaço rural e que tipo de propostas estão sendo elaboradas.

2. Sobre a continuidade do trabalho na Epagri

Além da troca de experiência, este Seminário propiciou à equipe comprometida com o trabalho com jovem rural o exercício de pensar a continuidade do mesmo. No entanto, neste momento, apenas participaram os profissionais da Epagri, tendo em vista que Beija-Flor não compareceu ao evento e SOL se ausentou devido a outros compromissos. O direcionamento dos trabalhos foi a partir das seguintes questões: 1 O que precisa ser melhorado no processo do trabalho com jovem rural ? 2 O que precisa ser incluído no processo do trabalho com jovem rural ? 3 O que precisa ser inovado no processo do trabalho com jovem rural ? 4 O que precisa ser garantido à continuidade do trabalho com jovem após o SC Rural?

Como se trabalhou com uma técnica que permite a participação de todos em todos os grupos, ficou como consenso que é imprescindível instituir o trabalho com jovens rurais como uma política pública de Estado – como prioridade – tendo a sociedade como legitimadora do processo e a família, que é o núcleo das ações, sensibilizada sobre a sucessão familiar. Para tanto, é central a garantia de recurso financeiro para o trabalho com jovem rural, assegurar o acesso de jovens às políticas públicas de crédito existentes desburocratizando o processo para garantir sua efetiva aplicação. Aliado a isso, precisa ser assegurada estrutura mínima (humana e física) para a operacionalização do processo com equipes multidisciplinares – da Epagri, efetivadas por concurso público – comprometidas, capacitadas, com logística de coordenação, contemplando os anseios dos jovens (incluindo o periurbano) e seus familiares.

A Epagri não domina todas as áreas de conhecimento necessárias à implementação das ações, havendo necessidade da busca de parcerias com outras instituições capacitadas e, também, comprometidas com a ação. Cabe à Epagri, como empresa de extensão rural pública, reconhecer e efetivar o trabalho com jovem rural como política pública de Estado, comprometendo-se com a efetivação do processo de formação e assistência técnica contínua pós-curso aos jovens e seus familiares como forma de viabilizar a apropriação de resultados e esforços por toda a sociedade a partir das seguintes recomendações:

a) **Divulgação:** melhorar parcerias; fazer um vídeo institucional; elaborar materiais que identifiquem o trabalho; divulgar continuamente os trabalhos, promover encontro estadual com os jovens, oportunizando a troca de experiências entre grupos.

b) **Escolha de jovens:** procurar melhorar a atuação ampliando o foco de atuação incluindo ao público já trabalhado, o mais necessitado e aprimorar o contato com a família. É central entender que o jovem precisa ser percebido como público no núcleo familiar, o que implica, inclusive, investir em mais ações com os pais.

c) **Profissionais:** há necessidade de estimular os profissionais nos diversos contextos de atuação a assimilarem que não se trata de um trabalho específico. Ou seja, o curso de formação é uma das ações, mas o jovem deve ser inserido como público dentro do trabalho da extensão rural, haja vista que se trata de uma prioridade, mas não é um trabalho à parte. Logo, não é exclusividade da área técnica social ou de algumas pessoas, mas de equipes multi e interdisciplinares;

d) **Conteúdo:** o conteúdo também deve se pautar pela interdisciplinaridade buscando abarcar a grande diversidade de demandas dos jovens, respaldado pela ampla gama de qualificação do corpo de profissional da Epagri. Desta forma, a construção de conteúdos deve ocorrer em conjunto com os instrutores fortalecendo o link entre um conteúdo e outro e, ao mesmo tempo, visando padronizar a produção de material didático. Aliado a isso, oportunizar aulas mais práticas que vão repercutir na qualificação dos projetos. Desta forma, se estará instigando o jovem a, de fato, pensar a sua realidade de forma ampla identificando forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, num contexto que vai além de suas propriedades como, por exemplo, estudo de mercado, comercialização, etc.;

e) **Pós-curso:** é necessário, cada vez mais, buscar ampliar formas de qualificar o acompanhamento a famílias e jovens e a concomitante assessoria aos próprios projetos. Quando necessário, as equipes devem buscar a contribuição de técnicos específicos, seja da extensão rural ou da pesquisa.

f) **Cetres:** Por se tratar de um público jovem e exigente, é imprescindível e urgente efetivar melhorias nos Cetres (Centros de Treinamento), como internet, computadores, espaços de lazer. Também é preciso garantir o apoio de pessoas nos Cetres, melhorar a comunicação e divulgação das atividades com jovens nas gerências e reforçar o comprometimento dos atores envolvidos com apoio técnico e logístico em nível regional e estadual;

g) **Comunicação virtual:** no contexto atual de rápida criação de redes de comunicação, ainda mais com jovens, é necessário criar/oportunizar ambiente virtual específico para atender este público que proporcione comunicação à distância e acesso às redes sociais como complemento aos trabalhos realizados nas etapas de formação nos Cetres;

h) **Qualificação dos técnicos:** para trabalhar com um público específico como o jovem rural, é pré-requisito investir em um processo de formação continuada de equipes e instrutores em metodologias de ensino, incluindo Pedagogia da Cooperação e articulação com parcerias de outras instituições (Sesc, Sesi, universidades, Unimed, Senac, Pastoral da Juventude, etc.).

i) **Acompanhamento do trabalho com jovem:** como fortalecimento do trabalho, é importante implementar um processo de acompanhamento regional e estadual junto aos extensionistas municipais e responsáveis das UGTs.

j) **Pós-graduação:** Contemplar, dentro do processo de pós-graduação da Epagri, a temática da juventude como prioritária, fortalecendo a pesquisa em socioeconomia com foco na juventude e sucessão, respeitando as especificidades dos territórios.

Considerações finais

Por fim, espera-se, com esta proposta de política pública voltada ao jovem rural, que se possa, de fato, contribuir com o desenvolvimento de um sujeito social com dignidade, protagonismo e empoderamento. Como se refere Urteaga (2011, p.19), “reintroduzir o sujeito jovem como ator e poder se fazer ouvir as vozes dos segmentos juvenis” é imprescindível para que os jovens se constituam, de fato, como sujeitos sociais, ativos, superando a visão reducionista do espaço rural e do enquadramento cultural ou da tutela dessa população. Outro desafio está em colocar na pauta das instituições a contribuição para com a construção social da juventude rural em um processo contínuo e contextualizado com as realidades materiais e imateriais dos jovens, realidades que ultrapassam as questões meramente agrícolas.

Referências

FERRARI, D. L.; MIOR, L. C.; MARCONDES, T.; MONDARDO, M. Agroindústrias familiares: estratégias e desafios da inserção mercantil em Santa Catarina. In: ESTEVAM, D. O.; MIOR, L. C. (Org.). **Inovações na Agricultura Familiar: as cooperativas descentralizadas em Santa Catarina**. Florianópolis, SC: Insular, 2014. p. 101-128. v. 1. ISBN 978-85-7474-780-4.

MASSON, I. **Juventude e extensão rural: projetos institucionais e perspectivas juvenis**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2013.

TESTA, V. M. **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense**. Florianópolis: Epagri, 1996. 247p. (Proposta para discussão).

URTEAGA, M. **La construcción juvenil de la realidad: jóvenes mexicanos contemporáneos**. México: D. F. Casa Abierta al Tiempo: Juan Pablos Editor, 2011.

ANEXO II

Roteiro para elaboração do Diário de Bordo na temporada de pesca da tainha, camarão e outras - Ação Jovem do Mar

Hugo Mazon

Data de entrega:

Tipo de atividade: relatório descritivo

Orientações:

Cada jovem deverá realizar um relatório descritivo das atividades realizadas durante o período entre alternâncias do módulo I e módulo II, ou seja, durante as atividades na sua comunidade cada jovem deve relatar o seu dia a dia.

Para isso, o jovem deve fazer anotações do que desenvolveu ao longo dos dias de trabalho. O diário de bordo deve apresentar aspectos relacionados a sua atividade, mostrando momentos vividos durante o período, como saídas para a pesca, captura dos pescados, as pessoas envolvidas na atividade, a arte de pesca aplicada.

O diário de bordo é de livre preenchimento e não há obrigação de relatar todos os dias trabalhados, ou seja, o jovem pode realizar pequenas anotações durante o dia para, depois, poder descrever atividades realizadas naquele período, o nascer e o pôr do sol, confraternizações das quais participou com outros pescadores/maricultores, enfim, momentos vividos que fazem parte da cultura e da identidade da sua comunidade. O jovem pode utilizar fotos para ilustrar para melhor descrever o seu dia a dia.

Ao final da semana, do mês ou do período antes da segunda alternância, o jovem deve colocar este material em modo de relatório, selecionando o que achou mais importante e que deve constar no relatório final para entregar aos coordenadores do curso. Para elaborar o Diário de Bordo em modo de relatório o jovem deve utilizar o modelo disponibilizado abaixo. Caso tenha dificuldade, deve procurar auxílio do técnico municipal da Epagri de seu município.

Para auxiliar as anotações do dia a dia das atividades, segue uma tabela para anotações das atividades realizadas dia a dia.

Diário de bordo

Data	Descrição da atividade	O que você observou

ANEXO III

Plano de Desenvolvimento de Propriedade (PDP)

XII-PLANO DA PROPRIEDADE RURAL FAMILIAR

1. IDENTIFICAÇÃO DA PROPRIEDADE

Produtor: _____

Município: _____

Comunidade: _____ fone: _____

1.1 FORÇA DE TRABALHO

Nome	Idade	Dias disponíveis
Mão de obra contratada ocasional		
Mão de obra contratada permanentemente		
TOTAL		

1.2 ÁREA DO ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO

Terra	Em ha
Área total própria	
Área arrendada de terceiros	
Área arrendada para terceiros	
Área de mato e capoeira	
Área de pastagem perene	
Área de pastagem anual	
Inaproveitável e preservação	
Benfeitorias, estradas	
Superfície agrícola útil (SAU)	

1.3 ATIVIDADES AGRÍCOLAS ATUAIS

As culturas da propriedade

Cultura	Unidade	Área (ha)	Produção	Preço (em R\$)	Renda Bruta (em R\$)
TOTAL		-	-	-	

As criações da propriedade

Animais e Subprodutos	Unidade	Qtidade	Produção	Preço (em R\$)	Renda Bruta (em R\$)
TOTAL	-	-	-	-	

Outras rendas

Agropecuárias	Unidade	Qtidade	Produção	Preço (em R\$)	Renda Bruta (em R\$)
Não agropecuárias					
TOTAL	-	-	-	-	0,00

2. SITUAÇÃO ATUAL DA PROPRIEDADE (DIAGNÓSTICO)

2.1 VISÃO DE FUTURO (EM RELAÇÃO À FAMÍLIA E À PROPRIEDADE)



2.2 AMEAÇAS E OPORTUNIDADES DO AMBIENTE (FATORES EXTERNOS)

OPORTUNIDADES
AMEAÇAS

2.3 PONTOS FORTES E FRACOS DA PROPRIEDADE FAMILIAR (FATORES INTERNOS)

PONTOS FORTES
PONTOS FRACOS

2.4 AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO ATUAL

- Faça uma avaliação do atual sistema de produção e das atividades produtivas desenvolvidas no estabelecimento familiar.

--

3. ÁRVORE DE PROBLEMAS/SOLUÇÕES

A partir dos Pontos Fracos, dos Pontos Fortes, das Oportunidades e das Ameaças levantadas, construir a matriz de problemas e soluções.

PROBLEMAS	→	SOLUÇÕES

4. DEFINIÇÃO DE PRIORIDADES

1.
2.
3.
4.
5.

5. OBJETIVOS E METAS

- Para cada Objetivo estabeleça as Metas correspondentes.

O objetivo é o propósito final e de longo alcance, o sonho até onde levar a empresa. As metas são resultados desejados, quantificáveis e medidos através de indicadores claros.

Ordem	OBJETIVO	→	METAS
1			
2			
3			
4			

A estratégia é a ação a ser praticada para se chegar lá. É o conjunto de mecanismos e práticas adotadas pela empresa em busca do planejado e que responde à pergunta: “como vamos alcançar o objetivo e as metas?”.

As estratégias dizem respeito a isso, o modo como acertar.

7. PLANOS DE AÇÃO

- Para cada objetivo/meta identificado acima, estabeleça um Plano de Ação.

PLANO DE AÇÃO				
Objetivo: Garantir a produção de leite baseada em pastagens perenes (Implantação de pastagem).				
Ações a serem implementadas	Recursos financeiros totais (em R\$)	Cronograma		Recursos financeiros do SC Rural (em R\$)
		Início	Fim	

PLANO DE AÇÃO				
Objetivo: Garantir a produção de leite baseada em pastagens perenes (Sistema de pastoreio rotativo).				
Ações a serem implementadas	Recursos financeiros totais (em R\$)	Cronograma		Recursos financeiros do SC Rural (em R\$)
		Início	Fim	

PLANO DE AÇÃO				
Objetivo: Garantir a produção de leite baseada em pastagens perenes (Sistema de pastoreio rotativo).				
Ações a serem implementadas	Recursos financeiros totais (em R\$)	Cronograma		Recursos financeiros do SC Rural (em R\$)
		Início	Fim	

8. COMENTÁRIOS ADICIONAIS

RESPONSÁVEL TÉCNICO

NOME: _____

ASSINATURA _____

LOCAL E DATA _____

Ciente: _____

ANEXO IV

DIAGNÓSTICO ESTADUAL EPAGRI FORMAÇÃO COM JOVEM RURAL E DO MAR

Objetivo: compor um diagnóstico estadual sobre os Cursos de Formação da Ação Jovem 2012 a 2017.

FORMULARIO 1A - JOVEM RURAL

01 – Permanência na agricultura: após participar do Curso, você permanece na agricultura?

Qual/ais fator/res foi/foram relevante/s para esta decisão?

Qual foi a contribuição do Curso para a sua permanência na propriedade?

Você percebe alguma mudança nas relações familiares após o Curso? Poderia nos relatar?

O seu projeto de vida foi aplicado conforme o cronograma proposto? Sim. Não. Comente.

Quanto ao apoio financeiro do SC Rural ou do FDR, se recebeu, qual foi a importância desse apoio para sua família e para a propriedade?

Você investiu recurso financeiro além o valor do apoio financeiro do SC Rural ou do FDR? Pode nos contar quanto?

02 – Kit Informática: você adquiriu o Kit Informática? O que adquiriu? Qual o impacto desta aquisição em sua vida?

Comente:

03 – Sucessão familiar: você já assumiu a propriedade ou a família já iniciou o processo de sucessão?

Comente como você sente a evolução do processo de sua autonomia? Melhorou? O que falta para avançar?

04 – Situação após o Curso: em sua opinião, depois do Curso, você está:

Pior

Igual

Melhor

Diga-nos o porquê de sua resposta:

05. Outras alternativas: após o Curso, você implantou outra/s alternativa/s na propriedade além daquela/s que a família já vinha desenvolvendo?

Se sim, quais?

O que mudou com a implantação desta/s nova/s alternativa/s?

06. Quais atividades produtivas trabalha na propriedade? E quais gostaria de incrementar, aumentar ou investir?

07 – Unidade de Referência: Você considera que sua propriedade pode servir de referência para outros produtores?

Sim ()

Não ()

Daqui um tempo ()

Descreva o porquê de sua resposta:

08 – Desafios/problemas: quais os principais desafios/problemas que você ainda encontra na propriedade:

- () Pouca terra para o trabalho
- () Pouca assistência técnica
- () Poucos recursos para investimentos
- () Política pública adequada ao jovem
- () Outros. Cite

09 – Curso de Reciclagem: se tiver Curso/s de Reciclagem, em 04 etapas, você participaria?

Sim () Não ()

Por quê?

O que o atrairia em cursos de reciclagem?

10 - Eventos de capacitação: após o Curso, você participou em eventos de capacitação (palestras, dias de campo, cursos, oficinas, excursões, etc.), sejam oferecidos pela Epagri ou por outras instituições.

Sim () Não ()

Se lembrar em quais, cite:

11. Organização: durante, ou após o Curso, você passou a fazer parte, seja como associado/a, seja como diretoria/presidente, de CMDR, cooperativa, associação, colônia de pescadores, grupo de trabalho?

- Como membro?

- Como diretoria/presidente?

- Comente sua experiência: o que acrescentou em sua vida, como está sua participação, qual importância para você?

12. Considerações finais: há algum comentário, sugestão, crítica, que deseje fazer?

Muito obrigada por participar! A sua percepção é valiosa para nós e faz a diferença!

FORMULARIO 1B - JOVEM DO MAR

01 – Permanência na pesca e/ou maricultura: após participar do Curso, você permanece na pesca e/ou maricultura?

Qual/ais fator/res foi/foram relevante/s para esta decisão?

Qual foi a contribuição do Curso para a sua permanência na pesca e/ou maricultura?

Você percebe alguma mudança nas relações familiares após o Curso? Poderia nos relatar?

O seu projeto de melhoria da atividade produtiva foi aplicado conforme o cronograma proposto? Sim. Não.

Comente.

Quanto ao apoio financeiro do SC Rural ou do FDR, se recebeu, qual foi a importância desse apoio para sua família e para a melhoria da atividade produtiva?

Você investiu recurso financeiro além o valor do apoio financeiro do SC Rural ou do FDR? Pode nos contar quanto?

02 – Kit Informática: você adquiriu o Kit Informática? O que adquiriu? Qual o impacto desta aquisição em sua vida?

Comente:

03 – Sucessão familiar: você já assumiu a responsabilidade das atividades produtivas ou a família já iniciou o processo de sucessão?

Comente como você sente a evolução do processo de sua autonomia? Melhorou? O que falta para avançar?

04 – Situação após o Curso: em sua opinião, depois do Curso, você está:

Pior

Igual

Melhor

Diga-nos o porquê de sua resposta:

05. Outras alternativas: após o Curso, você implantou outra/s alternativa/s na atividade produtiva além daquela/s que a família já vinha desenvolvendo?

Se sim, quais?

O que mudou com a implantação desta/s nova/s alternativa/s?

06. Quais atividades produtivas trabalha a família? E quais gostaria de incrementar, aumentar ou investir?

07 – Unidade de Referência: Você considera que a maneira que você desenvolve sua atividade pode servir de referência para outros pescadores ou maricultores?

Sim () Não () Daqui um tempo ()

Descreva o porquê de sua resposta:

08 – Desafios/problemas: quais os principais desafios/problemas que você ainda encontra na atividade produtiva:

() Pouca assistência técnica

() Poucos recursos para investimentos

() Política pública adequada ao jovem

() outros. Cite

09 – Curso de Reciclagem: se tiver Curso/s de Reciclagem, em 04 etapas, você participaria?

Sim () Não ()

Por quê?

O que o atrairia em cursos de reciclagem?

10 - Eventos de capacitação: após o Curso, você participou em eventos de capacitação (palestras, dias de mar, cursos, oficinas, excursões, etc.), sejam oferecidos pela Epagri ou por outras instituições.

Sim () Não ()

Se lembrar em quais, cite:

11. Organização: durante, ou após o Curso, você passou a fazer parte, seja como associado/a ou como diretoria/presidente, de conselho, cooperativa, associação, colônia de pescadores, grupo de trabalho?

- Como membro?

- Como diretoria/presidente?

- Comente sua experiência: o que acrescentou em sua vida, como está sua participação, qual importância para você?

12. Considerações finais: há algum comentário, sugestão, crítica, que deseje fazer?

Muito obrigada por participar! A sua percepção é valiosa para nós e faz a diferença!

FORMULÁRIO 2 -TÉCNICOS

Objetivo: compor um diagnóstico estadual sobre os Cursos de Formação da Ação Jovem 2012 a 2017.

Nome:

QUESTÕES

1. Nº de jovens: Qual o número de jovens formados no município no período 2012 a 2017

Gerência Regional:

Município:

Turma/ Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Masculino						
Feminino						
Total						

2. Permanência x saída de jovens: a partir do conhecimento que você tem do município em que atua, quantos jovens que passaram pelos Cursos de Formação de 2012 a 2017 permanecem na agricultura, pesca e maricultura e quantos saíram?

Agricultura

Pesca

Maricultura

Permanecem:

Permanecem:

Permanecem:

Saíram:

Saíram:

Saíram:

Que fatores você considera que contribuem:

Para o jovem permanecer?

Para o jovem sair?

3. Relações familiares e Sucessão familiar: você percebe alguma mudança nas relações familiares após o Curso? Quais? O jovem está assumindo sua autonomia? Sim. Não. Por que em sua opinião? O que falta para efetivar o processo de sucessão familiar?

4. O que você considera importante fazer nos próximos anos para fortalecer a Ação Jovem Rural e do Mar?

Liste em tópicos o que considera central.

5. Temas: que temas importantes você, como técnico e apoiador desta formação, considera que devem ser tratados com os jovens nos cursos (sempre mantendo os conteúdos do eixo humano, gerencial, ambiental e técnico)

O que deveria ser tirado:

O que deveria ser mantido:

O que deveria ser incluído:

6. Projeto: quanto aos “projetos de vida” dos jovens rurais e “projetos de melhoria da atividade produtiva” dos jovens do mar:

- Os projetos foram aplicados conforme o cronograma proposto? Sim. Não. Comente.
- O que você sugere para melhorar o processo?

7. Impacto Ação Jovem: como você avalia o impacto da Ação Jovem e do Mar no espaço rural e pesqueiro catarinense? Mudou algo? Contribuiu? Comente?

8. Conteúdo temático – jovens egressos: o que você considera importante tratar com jovens egressos como “conteúdos temáticos”? Quais sugestões você propõe para o pós-curso?

9. Do seu ponto de vista, o que é interessante proporcionar aos jovens egressos em nível de:

Município:

Regional:

UGT:

Estado:

10. Considerações finais: há algum comentário, sugestão, crítica, que deseje fazer?

Muito obrigada por participar! A sua percepção é valiosa para nós e faz a diferença

ANEXO V

ROTEIRO ELABORAÇÃO DE PROJETOS - EXEMPLO

Considerações iniciais

Um projeto surge em resposta a um problema concreto. Elaborar um projeto é, antes de qualquer coisa, contribuir para a solução de problemas. Um projeto corresponde a uma comunicação escrita a respeito do que se pretende fazer. Trata-se de um instrumento balizador dos pontos fundamentais a serem enfrentados, planejando e organizando as atividades, prevendo etapas, determinando custos e recursos. É fundamental que se tenha claro e preciso em sua mente o que se pretende e como operacionalizar sua pretensão.

Os projetos podem ser de dois tipos:

- Novas atividades: contemplam a análise de uma nova produção de bens ou serviços;
- Incrementais: se refere às mudanças em alguma atividade existente.

Capa

A capa deverá conter o título do projeto e a identificação do autor. O título do projeto é elemento obrigatório. Deve dar uma ideia clara e concisa dos objetivos. Para que represente melhor a proposta, é recomendável definir o título ao final do projeto. Devem constar informações de identificação:

- Nome do Curso;
- Nome do autor(es): responsável do trabalho;
- Título principal do trabalho: claro, preciso, com palavras que identifiquem o seu conteúdo;
- Local e ano.

1 Apresentação da família e propriedade

Como sugestão, podem ser abordados os seguintes tópicos:

- Histórico familiar e relação com a atividade agrícola;
- Localização da propriedade;
- Informações sobre o uso do solo, recursos naturais e localização da propriedade;
- Histórico da comunidade, etc.;
- Informações de mercado relacionadas à atividade agrícola principal da propriedade;
- Por que foi escolhido o tema? Qual sua relevância e oportunidade?

2 Caracterização do problema

A elaboração de um projeto se dá caracterizando o problema que se pretende resolver ou transformar. A solução do problema deverá ser o objetivo geral do projeto. É a razão maior pela qual se executa um projeto; é o ponto de partida do processo. Consiste na resposta a um problema. Geralmente numa propriedade existem diversos problemas, que podem ser percebidos pela família e que a mesma tenha intenção de resolver/solucionar. No entanto,

o projeto não poderá resolver todos os problemas existentes, pois se torna muito complexo e de difícil execução. Sendo assim, em conjunto com a família, deve-se identificar qual o principal problema que desejam atacar/resolver através do projeto.

Dica: Descreva o problema priorizado!

Devemos tomar cuidado para não confundir o problema com parte de sua solução. Ex.: “Falta de pasto na produção leiteira”. Na verdade, esse problema já está envolvendo parte de uma solução que se busca. Temos que garimpar mais a fundo para definir melhor o problema real, que no caso poderia ser: alto custo de produção, ou baixa produção de leite por área ou por animal, ou baixa rentabilidade da atividade leiteira. Definir bem o problema permite abrir o leque das soluções e assim definir melhor o objetivo do projeto. É importante que o projeto contemple um conjunto de ações que coordenadas ajudem a resolver o problema.

3 Justificativa

A justificativa responde:

- Por que executar o projeto?
- Qual a importância desse problema ou questão para a família?
- Quais as possíveis parcerias?

Dica: Justificar a importância e contribuição do projeto para a propriedade.

Por que é importante resolver este problema?

4 Objetivos

4.1 Objetivo geral

O objetivo geral relaciona-se diretamente à resolução do problema. Define as grandes linhas e perspectivas da ação que serão convergidas em objetivos específicos. Esclarece e direciona o foco central do projeto de maneira ampla. É redigido em uma frase, utilizando verbos amplos e no infinitivo. Quando alcançado, dá resposta ao problema.

A especificação do objetivo responde as questões: PARA QUÊ? e PARA QUEM?

Exemplos:

- “Produzir plantas ornamentais de qualidade atendendo exigência de mercado para jardins bonitos proporcionando a satisfação e o bem-estar da família”;
- Consolidar a atividade de cultivo de plantas ornamentais como a principal renda da família, em sintonia com a produção de soja e leite;
 - “Produzir animais de reconhecido padrão genético, aliando eficiência produtiva e respeito ambiental para melhorar a renda familiar”;
 - “Consolidar a atividade de bovinocultura leiteira como a principal fonte de renda da família, intensificando a produção de leite através do manejo das pastagens e promovendo o bem-estar dos animais.”

4.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos referem-se às etapas de curto prazo, que serão cumpridas ao longo da execução do projeto, vinculadas ao objetivo geral e contribuindo para que ele seja atingido. Incluem ações concretas a realizar

contendo o que se pretende fazer e para quê. São indicadores de resultados parciais. São ativos, dinâmicos e breves.

Para cada objetivo específico deverá ser vinculado um resultado esperado.

Exemplos:

- Ampliar a área ocupada com pastagens perenes de verão;
- Dimensionar piquetes adequadamente;
- Implantar sistema silvipastoril;
- Implantar bebedouros para disponibilizar água aos animais;
- Concluir as instalações;
- Elevar a margem bruta da propriedade;
- Realizar acompanhamento econômico da atividade leiteira para melhor utilização dos recursos financeiros.

Dicas: É cada passo a ser dado para alcançar o objetivo geral.

5 Revisão bibliográfica (opcional)

É um texto que o autor produz a partir da leitura de materiais bibliográficos (livros, artigos científicos, revistas, etc.). Esse texto tem por objetivo apresentar as reflexões teóricas e técnicas que se relacionam com o(s) tema(s) e o(s) objetivo(s) do projeto. Elaborar esse texto irá estimular o autor a estudar sobre o tema que trata o projeto, antes de iniciar a sua execução.

Esta revisão trará informações básicas que orientarão posteriormente na execução das metas a serem apresentadas pelo projeto.

Dica: Como é um texto que vai ser construído baseado em informações já produzidas e registradas por outros autores, faz-se necessário sempre citar a fonte da consulta. Conforme exemplos:

Exemplo 1:

Em Santa Catarina a base da produção leiteira é caracterizada por propriedades familiares, diversificadas, com relevo declivoso e limitada fertilidade. Desta forma, para que o sistema de produção seja sustentável, devem-se levar em consideração as variáveis econômica, ambiental e social, buscando equilíbrio e dinâmica entre os fatores (FERNANDES, 2012).

Exemplo 2:

Segundo Fernandes (2012), em Santa Catarina a base da produção leiteira é caracterizada por propriedades familiares diversificadas, com relevo declivoso e limitada fertilidade. Desta forma, para que o sistema de produção seja sustentável, devem-se levar em consideração as variáveis econômica, ambiental e social, buscando equilíbrio e dinâmico entre os fatores.

6 Metas/Desenvolvimento/Resultados esperados

Que metas se pretende alcançar (quanto)? Quais os resultados esperados?

Os resultados esperados expressam o que se pretende obter com o projeto, seja contribuição/benefício/produto para determinado segmento ou para a sociedade. São benefícios econômicos, sociais e ambientais a serem alcançados e precisam ser mensuráveis (traduzidos em números). Será usado o quadro 6.1 abaixo para descrição das metas/desenvolvimento e resultados esperados.

6.1 Metas/Desenvolvimento/Resultados esperados.

O que?	Quanto?	Quando?	Desenvolvimento	Resultados esperados
Descrever neste quadro o objetivo específico.	Mensurar	Qual mês planeja executar.	Descrever como irá implementar esta etapa.	Descrever os resultados esperados com esta prática.
Ex. Ampliar a área ocupada com pastagens perenes de verão.	Ex. 3 hectares.	Ex. Agosto a novembro de 2015.	Ex. A área terá seu pH e níveis de NPK corrigidos e a nova pastagem será introduzida por meio de mudas....	Ex. Ampliar o plantel em 10 vacas leiteiras, com incremento de 25% na produção leiteira.

7 Cronograma (opcional)

É a organização das ações em uma ordem cronológica que orienta a execução das ações, ano a ano, permitindo uma rápida visualização da sequência em que devem acontecer.

Exemplo:

Etapas de execução	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Plantio de pasto perene	X	X	X	X	X				X	X	X	X
Correção do solo					X	X	X	X				
Sombreamento/ piquetes									X	X	X	X

8 Orçamento

O orçamento é um resumo, ou cronograma financeiro do projeto.

Exemplo:

ITEM	QTD	Coefficiente Técnico	Valor por unidade- R\$	Valor Total R\$
Arame Galvanizado n.14 (38 metros/Kg)		Kg		
Arame Galvanizado n.16 (62 metros/Kg)		Kg		
Isolador castanha		Uni		
Palanques (1,6 m x 7 cm x 7 cm)		Uni		
Tramas (1,2 m x 5 cm x 4 cm)		Uni		
Isolador Roldana (30 x 30 ou 36 x 36)		Uni		
Eletrificador de alta potência de 1 a 3 joules		Uni		
Haste de cobre para aterramento mín. 2m		Uni		
Kit para-raios		Uni		
Fio rígido de cobre 10mm encapado		M		
Fio rígido de cobre 2,5mm encapado		M		
Mangueira preta de 1/2"		M		
TOTAL				R\$

9 Referências

Apresentar as referências dos materiais consultados para a elaboração da revisão bibliográfica:

Exemplo:

FERNANDES, Carlos O. M.. Princípios da produção de leite a pasto. In: CÓRDOVA, Ulisses de A. (Or.). **Produção de leite à base de pasto em Santa Catarina**. Florianópolis: Epagri, 2012. p. 15-30.

ANEXO VI

PROJETOS - EXEMPLOS RECURSOS E CONTRAPARTIDAS

Projetos - Recursos e contrapartidas			
Tipo de Proposta	Descrição Subgrupo	Valor Apoio Proposta	Valor Contrapartida Proposta
Grupal	Olericultura	44.698,00	12.364,00
Individual	Olericultura	10.000,00	19.000,00
Grupal	Olericultura	45.000,00	18.511,00
Individual	Pecuária Leiteira - Aquisição Máquinas e Equipamentos	10.000,00	19.000,00
Individual	Fruticultura Temperada	10.000,00	12.189,00
Grupal	Unidade de Beneficiamento ou Transformação de Produtos Vegetais	44.990,00	18.000,00
Grupal	Restaurante - Melhoria da Infraestrutura	44.445,00	11.319,00
Individual	Fruticultura clima tropical	9.900,00	4.400,00
Individual	Pecuária Leiteira - Melhoria Pastagens	8.138,00	2.602,00
Individual	Restaurante - Melhoria da Infraestrutura	10.000,00	10.052,00
Individual	Produção de Grãos	10.000,00	5.000,00
Individual	Pecuária Leiteira - Construção ou Melhoria de Instalações	10.000,00	4.700,00
Individual	Olericultura	10.000,00	13.500,00
Grupal	Pecuária Leiteira - Construção ou Melhoria de Instalações	20.000,00	4.281,00
Individual	Olericultura - Sistema de Irrigação	10.000,00	3.194,00
Individual	Unidade de Beneficiamento de Mel	10.000,00	2.500,00
Individual	Olericultura - Sistema de Irrigação	10.000,00	2.808,00
Grupal	Olericultura - Sistema de Irrigação	33.494,00	8.374,00
Individual	Apicultura - Equipamentos	9.965,00	2.539,00
Individual	Fruticultura Temperada	6.900,00	1.400,00
Individual	Pecuária Leiteira - Aquisição Máquinas e Equipamentos	8.690,00	3.071,00
Individual	Pecuária Leiteira - Construção ou Melhoria de Instalações	9.415,00	2.810,00
Individual	Pecuária Leiteira - Construção ou Melhoria de Instalações	9.650,00	2.004,00
Individual	Pecuária Leiteira - Melhoria Pastagens	9.995,00	2.544,00
Grupal	Pecuária Leiteira - Aquisição Máquinas e Equipamentos	17.578,00	4.106,00
Individual	Olericultura	8.474,00	2.119,00
Individual	Unidade de Processamento de Leite e Derivados	10.000,00	2.039,00
Grupal	Pecuária de Corte	18.354,00	3.290,00
Individual	Pecuária Leiteira - Melhoria Pastagens	10.000,00	3.115,00
Grupal	Pecuária Leiteira - Aquisição Máquinas e Equipamentos	15.571,00	8.485,00
Individual	Olericultura	9.243,00	6.471,00
Individual	Pecuária Leiteira - Construção ou Melhoria de Instalações	9.971,00	2.662,00
Individual	Pecuária Leiteira - Construção ou Melhoria de Instalações	9.999,00	2.499,00
Grupal	Pecuária Leiteira - Construção ou Melhoria de Instalações	41.222,00	10.397,00
Grupal	Pecuária Leiteira - Aquisição Máquinas e Equipamentos	44.950,00	11.711,00
Grupal	Pecuária Leiteira - Construção ou Melhoria de Instalações	45.000,00	19.657,00

Continua...

...continuação

Projetos - Recursos e contrapartidas			
Tipo de Proposta	Descrição Subgrupo	Valor Apoio Proposta	Valor Contrapartida Proposta
Grupal	Pecuária Leiteira - Aquisição Máquinas e Equipamentos	45.000,00	15.080,00
Grupal	Pecuária Leiteira - Construção ou Melhoria de Instalações	45.000,00	15.164,00
Grupal	Pecuária Leiteira - Construção ou Melhoria de Instalações	44.885,00	17.699,00
Grupal	Pecuária Leiteira - Aquisição Máquinas e Equipamentos	45.000,00	18.558,00
Grupal	Unidade de Comercialização de Produtos	45.000,00	11.528,00
Individual	Unidade de Beneficiamento ou Transformação de Produtos Vegetais	10.000,00	5.655,00
Individual	Fruticultura Temperada	10.000,00	3.280,00
Grupal	Fruticultura Temperada	38.500,00	11.458,00
Individual	Unidade de Beneficiamento ou Transformação de Produtos Vegetais	10.000,00	4.000,00
Individual	Olericultura	8.679,00	2.400,00
Individual	Olericultura	9.466,00	2.655,00
Individual	Olericultura	9.662,00	2.520,00
Individual	Pousada Rural - Melhoria da Infraestrutura	9.118,00	24.650,00
Grupal	Pousada Rural - Melhoria da Infraestrutura	18.700,00	5.000,00
Individual	Pecuária Leiteira - Construção ou Melhoria de Instalações	10.000,00	22.810,00
Grupal	Pecuária de Corte	45.000,00	12.712,00
Grupal	Pecuária Leiteira - Aquisição Máquinas e Equipamentos	44.957,00	20.972,00
Grupal	Pecuária Leiteira - Construção ou Melhoria de Instalações	45.000,00	72.820,00
Grupal	Pecuária Leiteira - Construção ou Melhoria de Instalações	45.000,00	14.281,00

ANEXO VII

EXEMPLOS RURAL INVEST

Metodologia de Avaliação Econômico-Financeira de Sistemas Produtivos Agropecuários
BOVINOCULTURA DE LEITE

Nome do jovem – Amandio Kuhnen Neto

Município – Braço do Norte

Comunidade – Avistoso

Área da Propriedade – 22,00 hectares

Tipo de Produto – Leite de Vaca

Unidade de Análise: Renda Anual em R\$

Investimentos realizados – Sistema de Irrigação, Ordenhadeira Canalizada e Sala Ordenha/Alimentação

ANTES DA PARTICIPAÇÃO DO JOVEM NO CURSO

INVENTÁRIO PASTAGEM	Área - ha	Área	
		Verão	Inverno
Item			
Missioneira Gigante	2	2	3
Missioneira Irrigada	0	0	0
Pasto Comum	8	4	0
Tifton	0	0	0
Aveia e Azevém	0	0	0
Cana-de-açúcar	0	0	0
Silagem de Milho	1	0	1
TOTAL	11	6	4

INVENTÁRIO RAÇÃO			
Consumo RAÇÃO - em Kg	Consumo/mês	Mês/Ano	Consumo Anual
		300	12

INVENTÁRIO ANIMAIS		
Categoria Animal	Unidade	Qtidade Animais
Vacas	Cabeça	15
Novilhas	Cabeça	6
Terneiras	Cabeça	2
Bois de Trabalho	Cabeça	2
TOTAL		25

APÓS A PARTICIPAÇÃO DO JOVEM NO CURSO - 2018/2019

INVENTÁRIO PASTAGEM	Área - ha	Área - ha	
		Verão	Inverno
Item			
Missioneira Gigante	3	3	3
Missioneira Irrigada	3	3	3
Pasto Comum	1	1	0
Tifton	3	3	3
Aveia e Azevém	4	0	3
Cana-de-açúcar	0	0	0
Silagem de Milho	6	8	0
TOTAL	20	18	12

INVENTÁRIO RAÇÃO			
Consumo RAÇÃO - em Kg	Consumo/mês	Mês/Ano	Consumo Anual
	4.000	12	48.000

INVENTÁRIO ANIMAIS		
Categoria Animal	Unidade	Qtidade Animais
Vacas	Cabeça	37
Novilhas	Cabeça	16
Terneiras	Cabeça	12
Bois de Trabalho	Cabeça	0
TOTAL		65

Metodologia de Avaliação Econômico-Financeira de Sistemas Produtivos Agropecuários
BOVINOCULTURA DE LEITE

ANTES DA PARTICIPAÇÃO DO JOVEM NO CURSO

UNIDADE DE PRODUÇÃO - 22,00 ha

CICLO - Mensal

PRODUTO - Leite de Vaca

RECEITA Anual - R\$

Item	Unidade	Quantidade	Preço/Unidade	Receita Total
Leite	Litro	72.000	0,90	64.800,00

INSUMOS CUSTO Anual em R\$

Insumos	Unidade	Quantidade	Preço/Unidade	Valor Total
Ração	Kg	3.600	0,80	2.880,00
Sal mineral	Kg	480	1,00	480,00
Medicamento	Un	12	20,00	240,00
Energia elétrica	Un	12	50,00	600,00
Adubo químico	Sc	0	0,00	0,00
Ureia	Sc	0	0,00	0,00
Semente de aveia	Sc	0	0,00	0,00
Semente de azevém	Sc	0	0,00	0,00
Semente de milho	Sc	1	100,00	100,00
Ensilagem	H/M	4	40,00	160,00
Herbicida	L	2	100,00	200,00
Calcário	T	0	0,00	0,00
Sêmen	Un	20	12,00	240,00
TOTAL	xx	xx	xx	4.900,00

MÃO DE OBRA - Custo Anual em R\$

Item	Unidade	Quantidade	Preço/Hora	Custo Total
Mão de obra familiar	Hora	8.640	4,00	34.560,00

Cálculo da RECEITA LÍQUIDA SEM Projeto (RLsP)

RLsP		Receita Total	Custo Insumos	Custo Mão Obra
R\$ 25.340,00		64.800,00	4.900,00	34.560,00

APÓS A PARTICIPAÇÃO DO JOVEM NO CURSO - 2018/2019

UNIDADE DE PRODUÇÃO - 22,00 ha

CICLO - Mensal

PRODUTO - Leite de Vaca

RECEITA Anual - R\$

Item	Unidade	Quantidade	Preço/Unidade	Receita Total
Leite	Litro	252.000	1,10	277.200,00

INSUMOS CUSTO Anual em R\$

Insumos	Unidade	Quantidade	Preço/Unidade	Valor Total
Ração	Kg	48.000	1,00	48.000,00
Sal mineral	Kg	1.920	2,10	4.032,00
Medicamento	Un	12	500,00	6.000,00
Energia elétrica	Un	12	350,00	4.200,00
Adubo químico	Sc	80	80,00	6.400,00
Ureia	Sc	80	70,00	5.600,00
Semente de aveia	Sc	6	100,00	600,00
Semente de azevém	Sc	12	120,00	1.440,00
Semente de milho	Sc	12	400,00	4.800,00
Ensilagem	H/M	24	200,00	4.800,00
Herbicida	L	20	200,00	4.000,00
Calcário	T	20	45,00	900,00
Sêmen	Un	72	100,00	7.200,00
TOTAL	xx	xx	xx	97.972,00

MÃO DE OBRA - Custo Anual em R\$

Item	Unidade	Quantidade	Preço/Hora	Custo Total
Mão de obra familiar	Hora	12.960	4,00	51.840,00

Cálculo da RECEITA LÍQUIDA COM Projeto (RLcP)

RLcP	Receita Total	Custo Insumos	Custo Mão Obra
R\$ 120.808,80	277.200,00	97.972,00	51.840,00

Cálculo da RECEITA LÍQUIDA Incremental (RLInc)

RLInc	Cálculo da RECEITA LÍQUIDA COM projeto (RLcP)	RECEITA LÍQUIDA SEM projeto (RLsP)
R\$ 95.468,80	R\$ 120.808,80	R\$ 25.340,00

RESERVA ANUAL para Reposição dos Investimentos

R\$ 6.579,20

Item	Qtidade	Valor Total	Valor Resgate	Reserva Anual
Sistema de Irrigação	1	20.000,00	5.000,00	1.500,00
Ordenhadeira Canalizada	1	44.982,00	15.000,00	2.998,20
Sala Ordenha/Alimentação	1	49.621,98	8.000,00	2.081,00
TOTAL	xx	114.603,98	28.000,00	6.579,20

Metodologia de Avaliação Econômico-Financeira de Sistemas Produtivos Agropecuários
PISCICULTURA TERMINAÇÃO

Nome do Jovem - Gilmar Meurer

Município - Rio Fortuna

Comunidade - Rio Otília

Área usada para o empreendimento analisado - 0,90 ha (após curso)

Tipo de Produto - Tilápia (viva)

Unidade de análise: Renda Anual em R\$

Investimentos realizados - Alimentador Automático, Aeradores e Gerador de Energia

NEGÓCIO - a comercialização de Tilápias já acontece há mais de 15 anos na propriedade rural, porém a produção oscilava muito, não proporcionando um fluxo de caixa contínuo, gerando insegurança na renda familiar

REALIDADE DO NEGÓCIO

ANTES DA PARTICIPAÇÃO DO JOVEM NO CURSO	APÓS A PARTICIPAÇÃO DO JOVEM NO CURSO 2018/2019
2 pessoas atuando na atividade	2 pessoas atuando na atividade
Baixa produtividade	Aumento de 4 vezes em produtividade
Uso de 0,60 ha de área alagada	Uso de 0,90 ha de área alagada
1 safra por ano	2 safras por ano
Sem gerador, aumento de riscos	Aquisição de 1 gerador
Alimentação manual	Aquisição de 1 tratador automático
3 aeradores	Aquisição de 11 aeradores
Peso desuniforme	Melhoramento de carcaça
Baixo custo de ração- uso ineficiente e insuficiente	Aumento de 35% no valor da ração - aumento da produtividade e renda líquida maior
Baixo custo de energia - uso ineficiente e insuficiente	Aumento de 30% na energia - aumento da produtividade e renda líquida maior

Metodologia de Avaliação Econômico-Financeira de Sistemas Produtivos Agropecuários
PISCICULTURA TERMINAÇÃO

ANTES DA PARTICIPAÇÃO DO JOVEM NO CURSO

UNIDADE DE PRODUÇÃO - 0,60 ha

CICLO - 12 meses

PRODUTO - Tilápia (Peixe vivo)

RECEITA Anual - R\$

Item	Un	Qtidade	Preço/Unidade	Receita Total
Tilápia	Kg	22.000	4,30	94.600,00

DESPESAS Anual - R\$

Item	Un	Qtidade	Preço/Unidade	Custo Total
Ração	Kg	26.400	1,30	34.320,00
Eletricidade	Mês	12	300,00	3.600,00
Alevino	Un	27.000	0,10	2.700,00
Manutenção	Un	1	500,00	500,00
TOTAL	xxx	xxx	xxx	41.120,00

MÃO DE OBRA

Item	Un	Qtidade	Preço/Unidade	Custo Total
Mão de obra familiar	d/h	15	210,00	3.150,00
Mão de obra contratada 1(despesca)	d/h	15	210,00	3.150,00
TOTAL	xxx	xxx	xxx	6.300,00

Cálculo da RECEITA LÍQUIDA SEM
Projeto (RLsP)

RLsP	Receita Total	Custo Insumos	Custo Mão de Obra
R\$ 47.180,00	94.600,00	41.120,00	6.300,00

APÓS A PARTICIPAÇÃO DO JOVEM NO CURSO - 2018/2019

UNIDADE DE PRODUÇÃO - 0,90 ha

CICLO - 12 meses

PRODUTO - Tilápia (Peixe vivo)

RECEITA Anual - R\$

Item	Un	Qtidade	Preço/Unidade	Receita Total
Tilápia	Kg	83.200	4,15	345.280,00

DESPESAS Anual - R\$

Item	Un	Qtidade	Preço/Unidade	Custo Total
Ração 1	Kg	78.720	1,49	117.292,80
Eletricidade	Mês	12	1.431,90	17.182,80
Alevino	Un	122.000	0,12	14.640,00
Manutenção	Un	1	1.500,00	1.500,00
Ração 2	Kg	54.550	1,98	108.009,00
TOTAL	xxx	xxx	xxx	258.624,60

MÃO DE OBRA

Item	Un	Qtidade	Preço/Unidade	Custo Total
Mão de obra familiar	d/h	15	210,00	3.150,00
Mão de obra contratada 1(despesca)	d/h	22	210,00	4.620,00
Mão de obra contratada 2(despesca)	d/h	20	210,00	4.200,00
TOTAL	xxx	xxx	xxx	11.970,00

Cálculo da RECEITA LÍQUIDA COM Projeto (RLcP)

RLcP	Receita Total	Custo Insumos	Custo Mão de Obra	Reserva Anual
R\$ 71.335,40	345.280,00	258.624,60	11.970,00	3.350,00

Cálculo da RECEITA LÍQUIDA Incremental (RLInc)

RLInc	Cálculo da RECEITA LÍQUIDA COM projeto (RLcP)	RECEITA LÍQUIDA SEM projeto (RLsP)
R\$ 24.155,40	R\$ 71.335,40	R\$ 47.180,00

RESERVA ANUAL para Reposição dos Investimentos

R\$ 3.350,00

Investimentos	Qtidade	Valor Total	Valor Resgate	Reserva Anual
Gerador	0,25	40.000,00	10.000,00	1.200,00
Tratador Automático	1	3.500,00	1.000,00	250,00
Aerador	11	24.200,00	5.200,00	1.900,00
TOTAL	xx	xx	xx	3.350,00

Metodologia de Avaliação Econômico-Financeira de Sistemas Produtivos Agropecuários
UNIDADE DE PRODUÇÃO DE ALEVINOS DE TILÁPIA

Nome do Jovem – Miguel Faust

Município – São Ludgero

Comunidade – Bom Retiro

Tipo de Produto – Produção de Alevinos

Unidade de análise: Renda Anual em R\$

Investimentos realizados – Estruturar a produção de Alevinos de Tilápia, com a aquisição de equipamentos e reforma de açudes

REALIDADE DO NEGÓCIO

ANTES DA PARTICIPAÇÃO DO JOVEM NO CURSO	APÓS A PARTICIPAÇÃO DO JOVEM NO CURSO - 2017/2018
Safra 2015/2016	Safra 2017/2018
Produção de Alevinos - 600.000 unidades	Produção de Alevinos - 1.200.000 unidades
Mão de Obra Familiar - 300 D/H	Mão de Obra Familiar - 300 D/H
Comercialização Direta	Comercialização Direta

Metodologia de Avaliação Econômico-Financeira de Sistemas Produtivos Agropecuários

UNIDADE DE PRODUÇÃO DE ALEVINOS DE TILÁPIA

ANTES DA PARTICIPAÇÃO DO JOVEM NO CURSO

UNIDADE DE PRODUÇÃO DE ALEVINOS

CICLO - Anual

PRODUTO - Alevinos de Tilápia

RECEITA Anual - R\$

Item	Un	Qtidade	Preço/Unidade	Receita Total
Alevinos	Un	600.000,00	0,07	42.000,00

DESPESAS Anual - R\$

Item	Unidade	Quantidade	Preço Unitário	Custo Total
Ração	Kg	10.000	1,30	13.000,00
Energia	Mês	12	100,00	1.200,00
Manutenção	Ano	1	1.000,00	1.000,00
Matrizes	Un	1.000	3,00	3.000,00
Hormônio	G	75	29,00	2.175,00
Impostos	%	2,3	42.000,00	468,70
TOTAL	xx	xx	xx	20.375,00

MÃO DE OBRA

Item	Unidade	Qtidade	Preço/Unidade	Custo Total
Mão de obra familiar	Mês	10,00	800,00	8.000,00
TOTAL	xxx	xxx	xxx	8.000,00

Cálculo da RECEITA LÍQUIDA SEM Projeto (RLsP)

RLsP	Receita Total	Custo Insumos	Custo Mão de Obra
R\$ 13.625,00	42.000,00	20.375,00	8.000,00

APÓS A PARTICIPAÇÃO DO JOVEM NO CURSO - 2017/2018

UNIDADE DE PRODUÇÃO DE ALEVINOS

CICLO - Anual

PRODUTO - Alevinos de Tilápia

RECEITA Anual - R\$

Item	Un	Qtidade	Preço/Unidade	Receita Total
Alevinos	Un	1.200.000,00	0,14	168.000,00

DESPESAS Anual - R\$

Item	Unidade	Quantidade	Preço Unitário	Custo Total
Ração	Kg	20.425	1,62	33.000,00
Energia	Mês	12	350,00	4.200,00
Manutenção	Ano	1	5000	5.000,00
Matrizes	Un	1.200	4	4.800,00
Hormônio	G	150	29,66	4.450,00
Impostos	%	2,3	168.000,00	3.864,00
TOTAL	xx	xx	xx	55.314,00

MÃO DE OBRA

Item	Unidade	Qtidade	Preço/Unidade	Custo Total
Mão de obra familiar	Mês	10,00	1.200,00	12.000,00
TOTAL	xxx	xxx	xxx	12.000,00

Cálculo da RECEITA LÍQUIDA COM Projeto (RLcP)

RLcP	Receita Total	Custo Insumos	Custo Mão Obra	Reserva Anual
R\$ 94.099,33	168.000,00	55.314,00	12.000,00	6.586,67

Cálculo da RECEITA LÍQUIDA Incremental (RLInc)

RLInc	Cálculo da RECEITA LÍQUIDA COM projeto (RLcP)	RECEITA LÍQUIDA SEM projeto (RLsP)
R\$ 80.474,33	R\$ 94.099,33	R\$ 13.625,00

RESERVA ANUAL para Reposição dos Investimentos

R\$ 6.586,67

Investimentos	Qtidade	Valor Total	Valor Resgate	Reserva Anual
Aerador	11	13.200,00	4.000,00	920,00
Redes	2	5.000,00	0,00	1.666,67
Reforma tanques	1	20.000,00	0,00	4.000,00
TOTAL	xx	38.200,00	4.000,00	6.586,67

Metodologia de Avaliação Econômico-Financeira de Sistemas Produtivos Agropecuários
BOVINOCULTURA DE LEITE

Nome do jovem - Tiago Buss

Município - São Martinho

Comunidade - Canudos

Área da Propriedade - 33,00 ha

Tipo de Produto - Leite de Vaca

Unidade de Análise: Renda Anual em R\$

Investimentos Realizados - Carreta Agrícola e Fertilização das Pastagens

ANTES DA PARTICIPAÇÃO DO JOVEM NO CURSO

INVENTÁRIO PASTAGEM	Área - ha	Área	
		Verão	Inverno
Item			
Missioneira Gigante	8	8	8
Missioneira Irrigada	0	0	0
Pasto Comum	5	5	5
Tifton	3	3	3
Aveia e Azevém	5	0	5
Cana-de-açúcar	0	0	5
Silagem de Milho	5	5	5
TOTAL	26	21	31

INVENTÁRIO ANIMAIS

Categoria Animal	Unidade	Qtidade Animais
Vacas	Cabeça	20
Novilhas	Cabeça	4
Terneiras	Cabeça	12
TOTAL		36

APÓS A PARTICIPAÇÃO DO JOVEM NO CURSO - 2017/2018

INVENTÁRIO PASTAGEM	Área - ha	Área - ha	
Item		Verão	Inverno
Missioneira Gigante	8	8	8
Missioneira Irrigada	0	0	0
Pasto Comum	5	5	5
Tifton	3	3	3
Aveia e Azevém	5	0	5
Cana-de-açúcar	0	0	5
Silagem de Milho	5	5	5
TOTAL	26	21	31

INVENTÁRIO ANIMAIS

Categoria Animal	Unidade	Qtidade Animais
Vacas	Cabeça	33
Novilhas	Cabeça	7
Terneiras	Cabeça	16
TOTAL		56

Metodologia de Avaliação Econômico-Financeira de Sistemas Produtivos Agropecuários
BOVINOCULTURA DE LEITE

ANTES DA PARTICIPAÇÃO DO JOVEM NO CURSO

NOME DO JOVEM - Tiago Buss
UNIDADE DE PRODUÇÃO - 33,00 ha
CICLO - Mensal
PRODUTO - Leite de Vaca

RECEITA Anual - R\$

Item	Unidade	Qtidade	Preço/Unidade	Receita Total
Leite	Litro	78.012	1,06	82.692,72

INSUMOS CUSTO Anual em R\$

Insumos	Unidade	Quantidade	Preço/Unidade	Valor Total
Ração	kg	18.000	1,12	20.160,00
Medicamento	R\$	5.238	1,00	5.238,36
Energia elétrica	R\$	2.400	1,00	2.400,00
Adubo	Kg	3.000	1,50	4.500,00
Semente aveia/azevém	kg	300	3,00	900,00
Silagem	kg	96.000	0,07	6.240,00
Imposto	%	0,023	82.692,72	1.901,93
TOTAL Anual	xx	xx	xx	41.340,29

12

MÃO DE OBRA - Custo Anual em R\$

Item	Un	Qtidade	Preço/ano	Custo Total
Mão de obra familiar	Pessoa/ano	3	9.360,00	28.080,00

Cálculo da RECEITA LÍQUIDA SEM Projeto (RLsP)

RLsP	Receitas Totais	Custos Insumos	Custos Mão Obra
R\$ 13.272,43	82.692,72	41.340,29	28.080,00

APÓS A PARTICIPAÇÃO DO JOVEM NO CURSO - 2017/2018

NOME DO JOVEM - Tiago Buss
 UNIDADE DE PRODUÇÃO - 33,00 ha
 CICLO - Mensal
 PRODUTO - Leite de Vaca

RECEITA Anual - R\$

Item	Unidade	Qtidade	Preço/Unidade	Receita Total
Leite	Litro	126.000	1,20	151.200,00

INSUMOS CUSTO Anual em R\$

Insumos	Unidade	Quantidade	Preço/Unidade	Valor Total
Ração	kg	36.000	1,15	41.400,00
Medicamento	R\$	8.270,00	1,00	8.270,00
Energia elétrica	R\$	3.600,00	1,00	3.600,00
Adubo	Kg	5.000	1,80	9.000,00
Semente aveia/azevém	kg	360	3,00	1.080,00
Silagem	kg	200.000	0,10	20.000,00
Imposto	%	0,023	151.200,00	3.477,60
TOTAL Mensal	xx	xx	xx	86.827,60

12

MÃO DE OBRA - Custo Anual em R\$

Item	Un	Qtidade	Preço/ano	Custo Total
Mão de obra familiar	Pessoa/ano	3	11.280,00	33.840,00

Cálculo da RECEITA LÍQUIDA COM Projeto (RLcP)

RLcP	Receita Total	Custo Insumos	Custos Mão Obra	Reserva Anual
R\$ 29.932,40	151.200,00	86.827,60	33.840,00	600,00

Cálculo da RECEITA LÍQUIDA Incremental (RLInc)

RLInc	Cálculo da RECEITA LÍQUIDA COM projeto (RLcP)	RECEITA LÍQUIDA SEM projeto (RLsP)
R\$ 16.659,97	R\$ 29.932,40	R\$ 13.272,43

RESERVA ANUAL para Reposição dos Investimentos

R\$ 600,00

Item	Qtidade	Valor Total	Valor Resgate	Reserva Anual
Carreta Agrícola	1	17.000,00	5.000,00	600,00
TOTAL	xx	17.000,00	5.000,00	600,00

Metodologia de Avaliação Econômico-Financeira de Sistemas Produtivos Agropecuários
BOVINOCULTURA DE LEITE

Nome do jovem - Walmir Buss

Município - São Martinho

Comunidade - Canudos

Área da Propriedade - 20,40 ha

Tipo de Produto - Leite de Vaca

Unidade de Análise: Renda Anual em R\$

Investimentos Realizados - Carreta Agrícola e Melhoramento de Pastagens

ANTES DA PARTICIPAÇÃO DO JOVEM NO CURSO

INVENTÁRIO PASTAGEM	Área - ha	Área	
		Verão	Inverno
Item			
Missioneira Gigante	5	5	5
Missioneira Irrigada	0	0	0
Pasto Comum	0,5	0,5	0,5
Tifton	0,5	0,5	0,5
Aveia e Azevém	4	0	4
Cana-de-açúcar	0	0	0
Silagem de Milho	2,5	2,5	0
TOTAL	12,5	8,5	10

INVENTÁRIO ANIMAIS

Categoria Animal	Unidade	Qtidade Animais
Vacas	Cabeça	25
Novilhas	Cabeça	4
Terneiras	Cabeça	12
TOTAL		41

APÓS A PARTICIPAÇÃO DO JOVEM NO CURSO - 2018/2019

INVENTÁRIO PASTAGEM	Área - ha	Área - ha	
		Verão	Inverno
Missioneira Gigante	5	5	5
Missioneira Irrigada	0	0	0
Pasto Comum	0,5	0,5	0,5
Tifton	0,5	0,5	0,5
Aveia e Azevém	4	0	4
Cana-de-açúcar	0	0	0
Silagem de Milho	2,5	2,5	0
TOTAL	12,5	8,5	10

INVENTÁRIO ANIMAIS

Categoria Animal	Unidade	Qtidade Animais
Vacas	Cabeça	29
Novilhas	Cabeça	7
Terneiras	Cabeça	16
TOTAL		52

Metodologia de Avaliação Econômico-Financeira de Sistemas Produtivos Agropecuários

BOVINOCULTURA DE LEITE

APÓS A PARTICIPAÇÃO DO JOVEM NO CURSO - 2018/2019

NOME DO JOVEM - Walmir Buss
 UNIDADE DE PRODUÇÃO - 20,40 ha
 CICLO - Mensal
 PRODUTO - Leite de Vaca

RECEITA Anual - R\$

Item	Unidade	Qtidade	Preço/Unidade	Receita Total
Leite	Litro	109.800	1,20	131.760,00

INSUMOS CUSTO Anual em R\$

Insumos	Unidade	Quantidade	Preço/Unidade	Valor Total
Ração	Kg	25.200	1,12	28.224,00
Sal mimneral	Kg	48	50,00	2.400,00
Medicamento	R\$	8.004	1,00	8.004,00
Energia elétrica	R\$	5.400	1,00	5.400,00
Adubo	Kg	3.600	1,80	6.480,00
Semente aveia/zevém	Kg	600	3,00	1.800,00
Imposto	%	0,02	10.998,00	252,95
Silagem	kg	99.996	0,10	9.999,60
TOTAL Anual	xx	xx	xx	62.560,55

12

MÃO DE OBRA - Custo Anual em R\$

Item	Un	Qtidade	Preço/ano	Custo Total
Mão de obra familiar	Pessoa/ano	2	11.448,00	22.896,00

Cálculo da RECEITA LÍQUIDA COM Projeto (RLcP)

RLcP	Receita Total	Custo Insumos	Custos Mão Obra	Reserva Anual
R\$ 45.578,45	131.760,00	62.560,55	22.896,00	725,00

Cálculo da RECEITA LÍQUIDA Incremental (RLInc)

RLInc			Cálculo da RECEITA LÍQUIDA COM projeto (RLcP)	RECEITA LÍQUIDA SEM projeto (RLsP)
R\$ 32.720,50			R\$ 45.578,45	R\$ 12.857,95

RESERVA ANUAL para Reposição dos Investimentos

R\$ 725,00

Item	Qtidade	Valor Total	Valor Resgate	Reserva Anual
Carreta Agrícola	1	19.500,00	5.000,00	725,00
TOTAL	xx	19.500,00	5.000,00	725,00

Metodologia de Avaliação Econômico-Financeira de Sistemas Produtivos Agropecuários
BOVINOCULTURA DE LEITE

Nome do jovem - Cristiano Bach

Município - Witmarsum

Comunidade - Alto Rio Krauel

Área da Propriedade - 29,00 ha

Tipo de Produto - Leite de Vaca

Unidade de Análise: Renda Anual em R\$

Investimentos realizados - Melhorias e adequações na infraestrutura - piquetes, pastagens e galpão

ANTES DA PARTICIPAÇÃO DO JOVEM NO CURSO

INVENTÁRIO PASTAGEM			
Item	Área - ha	Área	
		Verão	Inverno
Mombaça	6	6	6
Azevém	15	0	15
Água nos piquetes	0	0	0
Silagem de Milho	15	15	0
TOTAL	21	21	21

INVENTÁRIO RAÇÃO

Consumo RAÇÃO - em Kg	Consumo/mês	Mês/Ano	Consumo Anual
	7.000	12	84.000

INVENTÁRIO ANIMAIS

Categoria Animal	Unidade	Qtidade Animais
Vacas	Cabeça	45
Demais categorias	Cabeça	45
TOTAL		90

APÓS A PARTICIPAÇÃO DO JOVEM NO CURSO - 2016/2017

INVENTÁRIO PASTAGEM			
	Área - ha	Área - ha	
Item		Verão	Inverno
Juggs	11	11	4
Azevém	25	0	25
Água nos piquetes	11	11	11
Silagem de Milho	18	18	0
TOTAL	29	29	29
INVENTÁRIO RAÇÃO			
Consumo RAÇÃO - em Kg	Consumo/mês	Mês/Ano	Consumo Anual
	11.143	12	133.716

INVENTÁRIO ANIMAIS		
Categoria Animal	Unidade	Qtidade Animais
Vacas	Cabeça	75
Demais categorias	Cabeça	45
TOTAL		120

Metodologia de Avaliação Econômico-Financeira de Sistemas Produtivos Agropecuários
BOVINOCULTURA DE LEITE

ANTES DA PARTICIPAÇÃO DO JOVEM NO CURSO

NOME DO JOVEM - Cristiano Bach

UNIDADE DE PRODUÇÃO - 21,00 ha

CICLO - Mensal

PRODUTO - Leite de Vaca

RECEITA Anual - R\$

Item	Unidade	Quantidade	Preço/Unidade	Receita Total
Leite	Litro	252.000	1,00	252.000,00

INSUMOS CUSTO Anual em R\$

Insumos	Unidade	Quantidade	Preço/Unidade	Valor Total
Silagem	ha	15	1.700,00	25.500,00
Ração	kg	84.000	1,00	84.000,00
Azevém	ha	15	700,00	10.500,00
Energia	R\$/mês	12	700,00	8.400,00
Sal, Sanidade, Sêmen	R\$/mês	12	1.280,00	15.360,00
Adubação Mombaça	ha	6	870,00	5.220,00
TOTAL	xx	xx	xx	148.980,00

MÃO-DE-OBRA - Custo Anual em R\$

Item	Unidade	Quantidade	Preço/ano	Custo Total
Mão-de-obra Familiar	Pessoas/ano	4	18.000,00	72.000,00

Cálculo da RECEITA LÍQUIDA SEM Projeto (RLsP)

RLsP		Receita Total	Custo Insumos	Custo Mão Obra
R\$ 31.020,00		252.000,00	148.980,00	72.000,00

APÓS A PARTICIPAÇÃO DO JOVEM NO CURSO - 2016/2017

NOME DO JOVEM - Cristiano Bach
 UNIDADE DE PRODUÇÃO - 29,00 ha
 CICLO - Mensal
 PRODUTO - Leite de Vaca

RECEITA Anual - R\$

Item	Unidade	Quantidade	Preço/Unidade	Receita Total
Leite	Litro	468.000	1,20	561.600,00

INSUMOS CUSTO Anual em R\$

Insumos	Unidade	Quantidade	Preço/Unidade	Valor Total
Silagem	ha	18	1.700,00	30.600,00
Ração	kg	133.715	1,20	160.458,00
Azevém	ha	18	700,00	12.600,00
Enérgia	R\$/mês	12	900,00	10.800,00
Sal, Sanidade, Sêmen	R\$/mês	12	2.176,00	26.112,00
Adubação Jiggs	ha	11	2.343,64	25.780,04
TOTAL	xx	xx	xx	266.350,04

MÃO-DE-OBRA - Custo Anual em R\$

Item	Unidade	Quantidade	Preço/ano	Custo Total
Mão-de-obra Familiar	Pessoas/ano	5	24.000,00	120.000,00

Cálculo da RECEITA LÍQUIDA COM Projeto (RLcP)

RLcP	Receita Total	Custo Insumos	Custo Mão Obra	Reserva Anual
R\$ 172.549,96	561.600,00	266.350,04	120.000,00	2.700,00

Cálculo da RECEITA LÍQUIDA Incremental (RLInc)

RLInc	Cálculo da RECEITA LÍQUIDA COM projeto (RLcP)	RECEITA LÍQUIDA SEM projeto (RLsP)
R\$ 141.529,96	R\$ 172.549,96	R\$ 31.020,00

RESERVA ANUAL para Reposição dos Investimentos

R\$ 2.700,00

Item	Qtidade	Valor Total	Valor Resgate	Reserva Anual
Infraestrutura	1	30.000,00	3.000,00	2.700,00
TOTAL	xx	30.000,00	3.000,00	2.700,00

Metodologia de Avaliação Econômico-Financeira de Sistemas Produtivos Agropecuários
Produção de MORANGO

Nome do jovem - Cleiton Goulart

Município - Atalanta

Comunidade - Vila Gropp

Área da Propriedade - 530 m2

Tipo de Produto - Morango

Unidade de Análise: Renda Anual em R\$

Investimentos realizados - Infraestrutura para ampliação da área de plantio

ANTES DA PARTICIPAÇÃO DO JOVEM NO CURSO

ÁREA DE PLANTIO	Área - m2	Número de Plantas	
		Unidade	Qtidade
Atividade			
Cultura do morango	270	Mudas	4.000
TOTAL	270	xx	4.000

PRODUÇÃO Total

Produto	Unidade	Produção
Morango	Kg	1.508
TOTAL		1.508

MERCADO

Produto	Unidade	Preço
Morango "in natura"	Kg	12,00
Morango congelado	Kg	6,00

APÓS A PARTICIPAÇÃO DO JOVEM NO CURSO - 2017/2018

ÁREA DE PLANTIO	Área - m ²	Número de Plantas	
		Unidade	Qtidade
Atividade			
Cultura do morango	530	Mudas	6.000
TOTAL	530	xx	6.000

PRODUÇÃO Total

Produto	Unidade	Produção
Morango	Kg	2.782
TOTAL		2.782

MAERCADO

Produto	Unidade	Qtidade Animais
Morango "in natura"	Kg	13,00
Morango congelado	Kg	6,00

Metodologia de Avaliação Econômico-Financeira de Sistemas Produtivos Agropecuários
Produção de MORANGO

ANTES DA PARTICIPAÇÃO DO JOVEM NO CURSO

NOME DO JOVEM - Cleiton Goulart
UNIDADE DE PRODUÇÃO - 270 m2
CICLO - Anual
PRODUTO - Morango

RECEITA Anual - R\$

Item	Unidade	Quantidade	Preço/Unidade	Receita Total
Morango "in natura"	Kg	1.508	12,00	18.096,00
Morango congelado	kg	750	6,00	4.500,00
TOTAL	xx	2.258	18,00	22.596,00

INSUMOS CUSTO Anual em R\$

Insumos	Unidade	Quantidade	Preço/Unidade	Valor Total
Mudas	Un	2.000,00	0,85	1.700,00
Slab	Un	334,00	9,00	3.000,00
Transporte	R\$	1,00	1.400,00	1.400,00
Energia	R\$	1,00	1.000,00	1.000,00
Embalagem	R\$	1,00	700,00	700,00
Adubação e outros	R\$	1,00	2.624,00	2.624,00
TOTAL	xx	xx	xx	10.424,00

MÃO-DE-OBRA - Custo Anual em R\$

Item	Unidade	Quantidade	Preço/Hora	Custo Total
Mão-de-obra Familiar	Hora	800	8,00	6.400,00

Cálculo da RECEITA LÍQUIDA SEM Projeto (RLsP)

RLsP	Receita Total	Custo Insumos	Custo Mão Obra
R\$ 5.772,00	22.596,00	10.424,00	6.400,00

APÓS A PARTICIPAÇÃO DO JOVEM NO CURSO - 2017/2018

NOME DO JOVEM - Cleiton Goulart
 UNIDADE DE PRODUÇÃO - 530 m2
 CICLO - Anual
 PRODUTO - Morango

RECEITA Anual - R\$

Item	Unidade	Quantidade	Preço/Unidade	Receita Total
Morango "in natura"	Kg	2.782	13,00	36.166,00
Morango congelado	Kg	400	6,00	2.400,00
TOTAL	xx	3.182	19,00	38.566,00

INSUMOS CUSTO Anual em R\$

Insumos	Unidade	Quantidade	Preço/Unidade	Valor Total
Mudas	Un	4.000,00	0,78	3.120,00
Slab	Un	700,00	7,00	4.900,00
Transporte	R\$	1,00	2.000,00	2.000,00
Energia	R\$	1,00	1.000,00	1.000,00
Embalagem	R\$	1,00	1.140,00	1.140,00
Adubação e outros	R\$	1,00	2.400,00	2.400,00
TOTAL	xx	xx	xx	14.560,00

MÃO-DE-OBRA - Custo Anual em R\$

Item	Unidade	Quantidade	Preço/Hora	Custo Total
Mão-de-obra Familiar	Hora	1.200	8,00	9.600,00

Cálculo da RECEITA LÍQUIDA COM Projeto (RLcP)

RLcP	Receita Total	Custo Insumos	Custo Mão Obra	Reserva Anual
R\$ 13.506,00	38.566,00	14.560,00	9.600,00	900,00

Cálculo da RECEITA LÍQUIDA Incremental (RLInc)

RLInc	Cálculo da RECEITA LÍQUIDA COM projeto (RLcP)	RECEITA LÍQUIDA SEM projeto (RLsP)
R\$ 7.734,00	R\$ 13.506,00	R\$ 5.772,00

RESERVA ANUAL para Reposição dos Investimentos

R\$ 900,00

Item	Qtidade	Valor Total	Valor Resgate	Reserva Anual
Infraestrutura	1	10.000,00	1.000,00	900,00
TOTAL	xx	10.000,00	1.000,00	900,00

Metodologia de Avaliação Econômico-Financeira de Sistemas Produtivos Agropecuários
Produção de MORANGO

Nome da jovem - Mariara (Iara)

Município - Vitor Meireles

Comunidade - Serra da Abelha II

Área da Agroindústria - 50 m2

Tipo de Produto - Panificados

Unidade de Análise: Renda Anual em R\$

Investimentos realizados - Construção Agroindústria de 50 m2

ANTES DA PARTICIPAÇÃO DO JOVEM NO CURSO

INFRAESTRUTURA	Área - m2	Unidade	Qtidade
Local adaptado	50	Un	01
TOTAL	xx	xx	4.000

MIX PRODUTOS

Produto	Tipos de Produtos
Panificados	02
TOTAL	

TRABALHO

Produto	Unidade	Qtidade
Mão de obra	Pessoas	02
Horas Trabalhadas	Horas	56
TOTAL		

COMERCIALIZAÇÃO

Produto	Local de Venda
Panificados	02
TOTAL	

APÓS A PARTICIPAÇÃO DO JOVEM NO CURSO - 2017/2018

INFRAESTRUTURA	Área - m2	Unidade	Qtidade
Agroindústria	20	Un	01
TOTAL	xx	xx	6.000

MIX PRODUTOS

Produto	Tipos de Produtos	
Panificados	11	

TRABALHO

Produto	Unidade	Qtidade
Mão de obra	Pessoas	02
Horas Trabalhadas	Horas	112

COMERCIALIZAÇÃO

Produto	Local de Venda	
Panificados	07	

Metodologia de Avaliação Econômico-Financeira de Sistemas Produtivos Agropecuários
Produção de MORANGO

ANTES DA PARTICIPAÇÃO DO JOVEM NO CURSO

NOME DO JOVEM - Mariara Panificação (Iara)

UNIDADE DE PRODUÇÃO -

CICLO - Anual

PRODUTO - Panificados

RECEITA Anual - R\$

Item	Unidade	Quantidade	Preço/Unidade	Receita Total
Pão de milho inteiro	Unidade	2.400,00	8,00	19.200,00
Biscoitos	Pacote 400 g	2.500,00	9,60	24.000,00
TOTAL	xx	xx	xx	43.200,00

INSUMOS CUSTO Anual em R\$

Insumos	Unidade	Quantidade	Preço/Unidade	Valor Total
Embalagem (bem.+Rótulo)	Un	2.650,00	0,12	318,00
Matéria prima(Óleo, Trigo, Açucar)	Un	1,00	18.879,20	18.879,20
Transporte	Un	1,00	2.600,00	2.600,00
Batata doce e cará	Un	1,00	7.020,00	7.020,00
Diversos	Un	1,00	3.600,00	3.600,00
TOTAL	xx	xx	xx	32.417,20

MÃO DE OBRA - Custo Anual em R\$

Item	Unidade	Quantidade	Preço/Hora	Custo Total
Mão-de-obra Familiar	Hora	1.344	10,00	13.440,00

Cálculo da RECEITA LÍQUIDA SEM Projeto (RLsP)

RLsP	Receita Total	Custo Insumos	Custo Mão Obra
-R\$ 2.657,20	43.200,00	32.417,20	13.440,00

APÓS A PARTICIPAÇÃO DO JOVEM NO CURSO - 2017/2018

NOME DO JOVEM - Mariara Panificação (Iara)

UNIDADE DE PRODUÇÃO -

CICLO - Anual

PRODUTO - Panificados

RECEITA Anual - R\$

Item	Unidade	Quantidade	Preço/Unidade	Receita Total
Pão de Milho	Unidade	4.080,00	10,00	40.800,00
Biscoitos	Pacote 280 g	1.925,00	7,00	13.475,00
Bolos diversos	Pacote 1 kg	425,00	23,85	10.137,50
Rosquinha	Pacote 120 g	576,00	18,08	10.416,00
Pão de Mel	Unidade	840,00	2,21	1.860,00
Pão Sovado	Unidade	40,00	7,00	280,00
Cafés	Unidade	52,00	150,00	7.800,00
Festa - Bolo	Unidade	60,00	90,00	5.400,00
Festa - Doce	Cento	12,00	80,00	960,00
Festa - Salgado	Unidade	2.400,00	0,80	1.920,00
Bolacha Decorada	Unidade	270,00	5,56	1.500,00
TOTAL	xx	xx	xx	94.548,50

INSUMOS CUSTO Anual em R\$

Insumos	Unidade	Quantidade	Preço/Unidade	Valor Total
Embalagem (bem,+Rótulo)	Un	27.328,00	0,12	3.279,40
Óleo, Trigo, Açúcar	Un	1,00	23.793,90	23.793,90
Transporte	Un	1,00	5.200,00	5.200,00
Batata-doce e Cará	Un	1,00	11.934,00	11.934,00
Diversos	Un	1,00	6.000,00	6.000,00
TOTAL	xx	xx	xx	50.207,30

MÃO DE OBRA - Custo Anual em R\$

Item	Unidade	Quantidade	Preço/Hora	Custo Total
Mã de obra Familiar	Hora	2.688	10,00	26.880,00

Cálculo da RECEITA LÍQUIDA COM Projeto (RLcP)

RLcP	Receita Total	Custo Insumos	Custo Mão-Obra	Reserva Anual
R\$ 15.961,20	94.548,50	50.207,30	26.880,00	1.500,00

Cálculo da RECEITA LÍQUIDA Incremental (RLInc)

RLInc	Cálculo da RECEITA LÍQUIDA COM projeto (RLcP)	RECEITA LÍQUIDA SEM projeto (RLsP)
R\$ 18.618,40	R\$ 15.961,20	-R\$ 2.657,20

RESERVA ANUAL para Reposição dos Investimentos

R\$ 1.500,00

Item	Qtidade	Valor Total	Valor Resgate	Reserva Anual
Agroindústria	1	40.000,00	10.000,00	1.500,00
TOTAL	xx	40.000,00	10.000,00	1.500,00

ANEXO VIII

DEMANDAS JOVENS – DOCUMENTOS

Documento entregue ao Governo do Estado - Encontro Estadual de Jovens - Lages, 12/08/2015

Nós, jovens participantes dos cursos de Liderança, Gestão e empreendedorismo com Jovens Rurais e encontros de jovens realizados pela Epagri no Cetrag (Centro de Treinamento de Agrônômica) no Alto Vale do Itajaí, Região de Rio do Sul, presentes no “I Encontro Estadual da Juventude Rural Empreendedora”, realizado no dia 12 de agosto, em Lages, consideramos que o momento é favorável para o diálogo e a construção de novas propostas para o fortalecimento da agricultura familiar e do papel do jovem como protagonista nesse processo e que a juventude rural é um segmento social relevante por ter demandas sócio-político-culturais e econômicas específicas e custos socioeconômicos que necessitam de investimentos diretos. Também entendemos que a juventude é a grande responsável pela sucessão familiar nas propriedades. Frente a isso, reivindicamos aos governantes que:

- Seja implantada em nível estadual uma política pública permanente para trabalhar com juventude rural;
- Mantenha-se o curso de formação permanente de jovens nos moldes do que está sendo ofertado pelo SC Rural;
- A exemplo dos cursos ministrados pela casa familiar rural, em que o jovem recebe o certificado do ensino fundamental, criem-se cursos na área da agricultura que habilitem os jovens nas áreas afins. Exemplo: curso voltado para a área de agronomia, gerenciamento da propriedade e veterinária para fortalecer a profissão de agricultor;
- Criem-se políticas públicas com linhas de crédito com juros menores para os jovens rurais;
- Crie-se um selo jovem rural para comercialização de produtos;
- Criem-se mecanismos para diminuir a carga de impostos sobre os produtos da agricultura familiar;
- Repensem-se as leis direcionadas à agricultura familiar;
- Inclua-se na grade curricular do ensino fundamental e do ensino médio a disciplina da área agrícola/ambiental;
- Seja aperfeiçoada a operacionalização do PNAE e PAA;
- Que a ATER seja integral e constante;
- Amplie-se o acesso a linhas de crédito diferenciadas para jovens visando à construção de casas na área rural;
- Sejam regulamentadas e implementadas legislações que tratam dos produtos artesanais e de pequenas indústrias artesanais;
- Criem-se leis de incentivo para manutenção das famílias na agricultura – infraestrutura social e de serviços;
- A exemplo da saúde e da educação, seja definido um percentual de recursos do orçamento para a agricultura familiar;
- A exemplo do kit forrageira, implante-se o kit saneamento ambiental e kit adubação verde;
- O serviço de assistência técnica seja fortalecido por meio da contratação de profissionais das áreas humana, econômica e socioambiental;
- Sejam garantidos preços mínimos para os produtos da agricultura familiar;
- As políticas públicas tenham mais abrangência nos municípios menos favorecidos;
- As políticas públicas para associações e cooperativas sejam fortalecidas;
- Busquem-se formas de desburocratizar o SC Rural;

- Amplie-se o acesso a compra de terras para mais famílias;
- Seja aumentado o limite da renda para o acesso ao crédito;
- Seja otimizada a burocracia para o acesso a políticas públicas;
- Sejam fortalecidas as parcerias na área da agricultura familiar entre governo federal, estado e município;
- Criem-se mecanismos de fortalecimento e reconhecimento da identidade da agricultura familiar e da valorização da profissão de agricultor(a);
- Criem-se mecanismos de incentivo à sucessão familiar nas propriedades;
- Criem-se mecanismos de compensação por áreas preservadas;
- Que nós, jovens, tenhamos direito a assento em conselhos e fóruns de diálogo para a construção de políticas públicas específicas e nas discussões e elaboração de materiais a nós direcionados.

Documentos entregues no Encontro Estadual de Jovens, Chapecó, 17/08/2016

Nós Jovens Rurais, participantes dos trabalhos desenvolvidos pela Epagri - Unidade de Gestão Técnica do Oeste de Santa Catarina, nos anos de 2013, 2014 e 2015, estamos cientes da importância que tem a agricultura familiar na produção de alimentos e, preocupados com o elevado número de saídas dos jovens do campo para a cidade, após discussões com técnicos, lideranças municipais e familiares, apresentamos alguns pontos que julgamos serem cruciais para nossa permanência no espaço rural.

Propostas de seminário microrregional realizado com os municípios de Planalto Alegre, Guatambu e Caxambu do Sul em 19/08/2014

Propostas de curto prazo:

- Capacitar jovens nas atividades com bom potencial para a agricultura familiar;
- Disponibilizar equipes técnicas específicas para a juventude;
- Promover nas escolas e em outros cursos uma grade curricular com matérias afins;
- Promover maior acesso a informações via internet;
- Estimular/promover maior discussão com os pais sobre a sucessão familiar.

Propostas de médio prazo:

- Conhecer experiências de sucesso;
- Construir projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural nos municípios com foco na juventude rural;
- Socializar conhecimentos entre as entidades representativas da agricultura familiar;
- Melhorar e disponibilizar infraestrutura e acesso a telefone e internet no campo;
- Facilitar processos de licenciamento ambiental nas propriedades.

Propostas de longo prazo

- Desenvolver projetos de lazer e cultura no espaço rural;
- Planos de desenvolvimento que possam agregar valor aos produtos.

Propostas do seminário realizado em Cordilheira Alta no dia 10/09/2014

- 1 Promover a humanização da mão-de-obra com tecnologia.
- 2 Mais acesso aos meios de comunicação.
- 3 Profissionalização dos jovens através de cursos e outras ferramentas.
- 4 Mais alternativas de lazer no campo.
- 5 Fazer pesquisas para saber o que os jovens necessitam.
- 6 Promover a formação de grupos de discussão envolvendo pais, filhos e lideranças comunitárias para discutir o tema da sucessão familiar.
- 7 Melhores políticas públicas que estimulem a permanência do jovem no campo.

Considerações:

O grupo deu ênfase ao problema do celibato no campo expondo um documentário sobre o tema.

Propostas do seminário realizado em Nova Erechim em 12/07/2014

- 1 Valorização dos produtos agrícolas com melhores preços e menos oscilações.
- 2 Redução nos impostos para o setor.
- 3 Mais seguro agrícola.
- 4 Alternativas técnicas para redução dos custos de produção.
- 5 Implantação de uma política agrícola que garanta lucratividade nas atividades agrícolas.
- 6 Ampliação do programa de acesso à moradia no espaço rural.
- 7 Aposentadoria mais digna no espaço rural.
- 8 Mais oferta de educação e melhor acesso para os jovens.
- 9 Disponibilizar formação adequada na área de gestão na propriedade.
- 10 Mais incentivo dos pais para que os jovens permaneçam na agricultura.
- 11 Maior persistência por parte dos jovens em ocupar o seu espaço de protagonismo na unidade familiar.
- 12 Aproveitar patrimônio e experiência dos pais para melhorar a gestão nas propriedades.

Propostas do Seminário realizado em Vargeão - Linha Santa Catarina em 06/12/2014

- 1 Fortalecer a agricultura familiar criando mecanismos para diminuir a manipulação das grandes empresas. As empresas exigem cada vez mais produção.
- 2 Criar mecanismos de agregação de valor nas unidades de produção.
- 3 Estimular e promover a produção orgânica.
- 4 Reduzir impostos sobre a agricultura familiar.
- 5 Ampliar programas de investimento na agricultura familiar.
- 6 Disponibilizar crédito facilitado e subsidiado para os jovens rurais.
- 7 Disponibilizar ATER especializada para trabalhar com gestão da propriedade.
- 8 Conceder incentivo financeiro a quem está adequado ao código ambiental.
- 9 Criação de Conselho Municipal e Estadual da juventude.
- 10 Criação de centros de lazer na agricultura com atividades focadas para a cultura local.

- 11 Manter qualidade das estradas e infraestrutura no espaço rural.
- 12 Garantir telefonia e informática no campo com qualidade de sinal e preço justo.
- 13 Ampliar a oferta de cursos técnicos.
- 14 Melhorar e reestruturar escolas no espaço rural.
- 15 Construir proposta pedagógica adequada para educação no campo.
- 16 Disponibilizar transporte público adequado para os jovens.
- 17 Promover capacitação dos jovens para formação de lideranças.
- 18 Disponibilizar bolsas de estudo voltadas para tecnologias no campo e direcionadas para os jovens agricultores.
- 19 Não incentivar estudo em período integral nas escolas onde os jovens estudam.
- 20 Organizar eventos voltados à juventude e agricultura familiar.
- 21 Promover intercâmbio nacional e internacional entre os jovens.

Queremos dar continuidade ao trabalho de nossos pais, a este trabalho tão digno que é o da agricultura familiar, mas para isso precisamos de apoio e de algumas políticas que venham contribuir para nossa permanência no espaço rural.

Documento Jovem do Mar

Nós, jovens participantes do curso com **Jovens do Mar** realizado pela Epagri no Cetrei (Centro de Treinamento de Itajaí) presentes no “Encontro Estadual de Jovens Empreendedores do Espaço rural e Marinho Catarinense”, realizado no dia 17 de agosto, em Chapecó, gostaríamos de aproveitar o momento para expressar, primeiramente nossos agradecimentos ao Governo do Estado de Santa Catarina pelas ações de:

- Concessão das áreas de maricultura, bem como a demarcação viabilizada por este Governo e realizada pela Epagri;
- Fiscalização da pesca industrial durante o período da pesca da tainha, assegurando que os pescadores artesanais realizassem suas atividades com êxito, garantindo sustento dessas famílias;
- Regulamentação da Lei que isenta o pagamento do ICMS do micro e pequeno produtor rural e pescadores artesanais de Santa Catarina.

Da mesma forma gostaríamos de apresentar aqui as demandas da atividade que exercemos e que consideramos importantes para o fortalecimento e a valorização da atividade pesqueira. A pesca artesanal, uma atividade passada de pai para filho, que traz em si uma complexidade cultural e dinâmica única, onde nós jovens, herdamos de nossos pais, avós e comunidades onde vivemos, uma bagagem sociocultural que nos define como pescadores artesanais. Esta atividade, da qual muito nos orgulhamos, enfrenta dificuldades para a sua realização. O perigo constante que o pescador enfrenta diariamente nesta interação entre o homem e o mar, a desvalorização do pescador e dos produtos são grandes entraves para a continuidade dessa atividade, fazendo-se necessário uma maior atenção do poder público. Nesse sentido, gostaríamos de apresentar alguns pontos que consideramos importantes para a continuidade da atividade na área pesqueira:

- Intervenção do Governo do Estado nos processos e fiscalização nos pedidos de carteira de pescador;
- Implementar, em nível estadual, uma política pública permanente para trabalhar com jovens do mar;
- Criar políticas públicas com linha de crédito com juros menores para os jovens do mar;

- Isenção de taxas para a regularização de empreendimentos de processamento de pescados para projetos de jovens do mar;
- Priorizar projetos de jovens do mar para concessão de serviço de inspeção de unidades de processamento de pescados;
 - Criar, assim como existe o Kit Forrageira, kits voltados para a pesca (salvatagem, tecnológicos);
 - Definir linhas de crédito do FDR específicas para regularização da maricultura;
 - Disponibilizar corpo técnico capacitado dentro da Secretaria de Agricultura e Pesca planejando ações de melhoria e valorização da atividade;
 - Criar incentivos para pesquisas na área pesqueira e de maricultura buscando sustentabilidade;
 - Reavaliar os períodos de defeso permitindo que o próprio pescador participe da decisão de qual época é mais indicada de acordo com a realidade de Santa Catarina;
 - Viabilizar subsídio para o óleo diesel;
 - Investir no processo de qualificação de mão de obra para a preparação do pescador possibilitando a venda para o consumidor final;
 - Facilitar e incentivar linhas de apoio financeiro e técnico para o desenvolvimento de tecnologias voltadas à pesca e à maricultura;
 - Que a ATER seja integral e constante, com profissionais habilitados para trabalhar com pesca e maricultura;
 - Fortalecer as políticas públicas para fomento de associações e cooperativas;
 - Criar mecanismos de fortalecimento e reconhecimento da identidade do pescador e do maricultor;
 - Que nós, jovens, tenhamos direito a assentos em conselhos e fóruns de diálogo para a construção de políticas públicas específicas para a pesca e maricultura.

Chapecó, 17 de agosto de 2016.

-  www.epagri.sc.gov.br
-  www.youtube.com/epagritv
-  www.facebook.com/epagri
-  www.twitter.com/epagrioficial
-  www.instagram.com/epagri
-  linkedin.com/company/epagri
-  <http://publicacoes.epagri.sc.gov.br>